

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM LETRAS

RAUCIELE DA SILVA CAZUZA

**A LÍNGUA PORTUGUESA NA COMUNIDADE INDÍGENA TIKUNA SÃO JOSÉ I,
ILHA DO CAMALEÃO, MUNICÍPIO DE ANAMÃ-AM.**

MANAUS - AM

2021

RAUCIELE DA SILVA CAZUZA

**A LÍNGUA PORTUGUESA NA COMUNIDADE INDÍGENA TIKUNA SÃO JOSÉ I,
ILHA DO CAMALEÃO, MUNICÍPIO DE ANAMÃ-AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Letras, Faculdade de Letras da Universidade Federal do Amazonas como requisito para a obtenção do título de Mestre em Letras, na área de concentração em Teorias e Análises Linguísticas, linha de pesquisa: Linguística Aplicada.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Raynice Geraldine Pereira da Silva

MANAUS - AM
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C386l Cazuza, Rauciele da Silva
A Língua Portuguesa na comunidade indígena tikuna São José I,
ilha do Camaleão, município de Anamá-AM. / Rauciele da Silva
Cazuza . 2021
106 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Raynice Geraldine Pereira da Silva
Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do
Amazonas.

1. Linguística Aplicada. 2. Língua Portuguesa. 3. Identidade. 4.
Deslocamento Linguístico. I. Silva, Raynice Geraldine Pereira da. II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

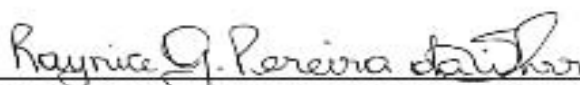
RAUCIELE DA SILVA CAZUZA

**“A língua portuguesa na comunidade indígena Tikuna São José I,
Ilha do Camaleão, município de Anamá - AM”**

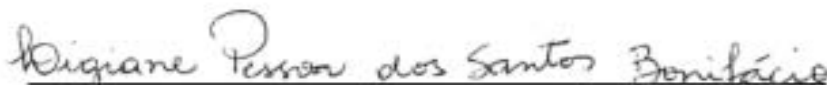
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal do Amazonas como requisito para obtenção do título de Mestre em letras na área de Estudos da Linguagem.

Aprovada em 30 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Raynice Geraldine Pereira da Silva (UFAM)



Profa. Dra. Ligiane Pessoa dos Santos Bonifácio (INC-BC/UFAM)



Profa. Dra. Hellen Cristina Picanço Simões (PPGE/UFAM)

DEDICATÓRIA

A Deus, pela saúde, pela força de vontade, pelo conhecimento,
pela vida e pelos direcionamentos sempre voltados ao altruísmo
e à alteridade.

A Santo Expedito que nunca me abandonou nessa caminhada.

Aos meus pais, *in memoriam*: José da Silva Cazuzza e Sebastiana
Guimarães da Silva.

A minha família, a minha esposa e aos meus amigos.

Aos meus filhos, Rafael Victor, Maria Clara e Helena, pois são

peças fundamentais para essa conquista

Aos povos indígenas do Amazonas.
Em particular, aos Tikuna da Comunidade São José I, Ilha do Camaleão, Anamã-AM.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre me ajudar nos momentos difíceis;

A Santo Expedito do qual sou devoto e que recorro frequentemente nas minhas orações. E aqui tomo a liberdade de externar um fragmento de sua oração: “*Meu Santo Expedito das Causas justas e urgentes, Socorre-me nesta Hora de Aflição e Desespero, interceda por mim junto ao Nosso Senhor JESUS CRISTO; Vois que sois o Santo dos Aflitos, vós que sois o Santo dos Desesperados, vós que sois Santo das Causas Urgentes. Proteja-me, ajuda-me, dai-me força, coragem e serenidade.*” Meu muito obrigado;

A minha mãe, Dona Sabá, que mesmo sem condições financeiras fez tudo para me criar e educar. E que infelizmente faleceu vítima de Covid, em 02.03.2021. Obrigado por tudo que fez por mim;

A minha esposa e aos meus filhos, Rafael Victor, Maria Clara e Helena, que tem sido os maiores incentivadores para estudar e concluir o Mestrado;

A professora e amiga Jonise Nunes que inseriu em minha mente a ideia de que o Mestrado poderia ser mais uma bandeira para ajudar os irmãos indígenas na luta desigual e discriminatória;

Ao meu amigo Davi Grijó que realiza um trabalho técnico extraordinário e me auxilia nas discussões pedagógicas, junto à aldeia tikuna São José I;

Agradeço à minha orientadora Raynice Geraldine que me acolheu no momento em que praticamente tinha desistido da pesquisa e sensibilizou-se pelo meu projeto, ajudando de forma humana, corrigindo, apontando e melhorando o trabalho;

A comunidade indígena tikuna São José I que me recebeu com carinho, respeito, atenção, abrindo às portas da aldeia para a realização desta pesquisa;

Agradeço as lideranças da comunidade São José I por terem me recebido sempre bem em todas as vezes que fui à comunidade;

Aos professores do Mestrado com os quais tive a oportunidade de aprender, reaprender e rever conceitos;

Aos colegas do Mestrado pelos incentivos, pelo compartilhamento de conhecimentos e saberes;

Aos colegas de trabalho que me apoiaram nessa caminhada, em particular a colega Adriana Moreno que não negou o pedido de cedência para eu participar das aulas teóricas presenciais no Mestrado;

Aos colegas do CEPAN pelo incentivo e por acreditar em mim.

CAZUZA, Rauciele da Silva. A língua portuguesa na comunidade indígena tikuna São José I, ilha do Camaleão, município de Anamã-AM. 2021. Dissertação (Mestrado em Letras) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa que teve como finalidade diagnosticar, compreender e refletir sobre o uso da língua portuguesa no contexto da comunidade indígena tikuna São José I, situada na ilha do Camaleão, município de Anamã-AM. Nessa conjuntura a língua é caracterizada como objeto de poder e identidade de um povo, observado que preponderantemente na comunidade estudada, a utilização do português como língua única está muito presente. Nessa linha de investigação, pretende-se apresentar reflexões e fatos sobre o uso da língua portuguesa na comunidade e quais as motivações que contribuíram para um processo de deslocamento da língua materna, tornando o português como primeira língua e a língua indígena restrita a um pequeno grupo de falantes. De cunho etnográfico, baseada nas reflexões da Linguística Aplicada, a pesquisa se constitui na abordagem qualitativa, fundamentando-se nos pensamentos de autores como Mélia (1979), Rodrigues (1996), Maher (2007), Braggio (2002) entre outros que tratam do uso da língua portuguesa no contexto das comunidades indígenas, seja como primeira ou segunda língua. Por fim, o estudo, com base em análises das informações coletadas, deduz que o português, por ser a ferramenta principal de diálogo com a sociedade envolvente, é a língua majoritária e de vitalidade plena nesta comunidade tikuna. E que há, entre os aldeados, uma forte corrente para o ensino bilíngue.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Língua Portuguesa. Identidade. Deslocamento linguístico.

CAZUZA, Rauciele da Silva. The Portuguese language in the indigenous Tikuna community São José I, Ilha do Camaleão, municipality of Anamã-AM. 2021. Dissertation (Masters in Letters) - Faculty of Letters, Federal University of Amazonas, Manaus, 2021.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the results of a research that aimed to diagnose, understand and reflect on the use of the Portuguese language in the context of the indigenous Tikuna community São José I, located on the Ilha do Camaleão, municipality of Anamã-AM. In this context, the language is characterized as an object of power and identity of a people, observed that predominantly in the studied community, the use of Portuguese as a single language is very present. In this line of investigation, we intend to present reflections and facts about the use of the Portuguese language in the community and what are the motivations that contributed to a process of displacement of the mother tongue, making Portuguese as the first language and the indigenous language restricted to a small group of speakers. Of an ethnographic nature, based on the reflections of Applied Linguistics, the research constitutes a qualitative approach, based on the thoughts of Méliá (1979), Rodrigues (1996), Maher (2007), Braggio (2002) among other authors dealing with the use of the Portuguese language in the context of indigenous communities, whether as a first or second language. Finally, the study, based on the analysis of the information collected, deduces that Portuguese, as the main tool for dialogue with the surrounding society, is the majority language and with full vitality in this Tikuna community. And that there is, among the villagers, a strong current for bilingual education.

Keywords: Applied Linguistics. Portuguese language. Identity. Linguistic displacement.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ponta da praia da ilha do Camaleão-----	23
Figura 2 – Comunidade tikuna São José I-----	27
Figura 3 – Mapa da ilha do Camaleão/Purus- Localização-----	29
Figura 4 – Mapa da ilha do Camaleão/Purus- Comunidades-----	31
Figura 5 – Reunião de lideranças indígenas, professores e Semed-Anamã-----	33
Figura 6 – Artesanatos tikuna confeccionados na aldeia São José I-----	35
Figura 7 – Desenhos de crianças tikuna representando alguns clãs-----	37

LISTA DE QUADRO E TABELAS

Quadro 1 – Organização social exogâmica Tikuna -----	26
Quadro 2 – Classificação clânica da Aldeia tikuna São José -----	27
Tabela 01.Facilidade linguística em Língua Tikuna -----	27
Tabela 01.Facilidade linguística em Língua Tikuna -----	80
Tabela 02. Facilidade linguística em Língua Portuguesa -----	81
Tabela 03. Uso e atitudes linguísticas de acordo com o domínios sociais -----	82
Tabela 04. Leitura e escrita na comunidade São José I -----	84
Tabela 05. Usos orais do Português e Tikuna na aldeia São José I-----	85

LISTAS DE ABREVIATURAS

AM	Amazonas
CF	Constituição Federal
LP	Língua Portuguesa
L2	Língua dois (segunda língua)
L1	Língua um (primeira língua)
LI	Língua Identidade
LIND	Língua Indígena
LT	Língua Tikuna
TI	Terra Indígena
LIND	Língua Indígena

LISTAS DE SIGLAS

CEE-AM	Conselho Estadual de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAN	Centro de Treinamento Padre José de Anchieta
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
FACED	Faculdade de Educação
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEEI	Gerência de Educação Escolar Indígena
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OIT	Organização Internacional do Trabalho
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1. OS TIKUNA DA ALDEIA SÃO JOSÉ I:	24
POVO, TERRITORIALIDADE, SOCIEDADE, CULTURA, LÍNGUA.	24
1.1 Os Tikuna: “a ilha que escolheu um Povo”	25
1.2 O dualismo tikuna e sua origem mítica: grupos clânicos na aldeia São José I.	27
1.3 Comunidades e territorialidade na Ilha do Camaleão	29
1.3.1 Ilha do Camaleão/Anamã: localização geográfica	32
1.3.2 Ilha do Camaleão/Anamã: comunidades	33
1.4 As relações dos tikuna da aldeia São José I e a sociedade envolvente	35
1.5 A cultura tikuna na aldeia São José I	37
CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	40
2.1. Instrumento de Pesquisa: Observação	41
2.2. Instrumentos de Pesquisa: Inquirição	44
CAPÍTULO 3. REFERENCIAL TEÓRICO	50
3.1 Alguns conceitos acerca das línguas indígenas na Linguística Aplicada	57
3.2 Contatos linguísticos dos Povos Indígenas	57
3.3 Língua e sociedade: uma relação instável nas comunidades indígenas do Amazonas.	59
3.4 Alfabetização em comunidades indígenas: condição para o surgimento de conflitos.	64
3.5 Políticas e planejamentos linguísticos em comunidades indígenas no Amazonas.	67
3.6 As línguas tikuna e portuguesa na comunidade São José I	75
CAPITULO 04: ANÁLISE DOS DADOS - PROFICIÊNCIA, FACILIDADE, USOS, ATITUDES LINGÜÍSTICAS, LEITURA E ESCRITA NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ I	80
4.1 Proficiência e uso das línguas portuguesa e tikuna	81
4.2 Das entrevistas	89
4.3 Das observações	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	101

INTRODUÇÃO

Com a invasão das terras brasileiras em 1500 e a chegada das primeiras famílias europeias em 1532, a língua portuguesa chega ao nosso território. No transcorrer do processo de ocupação da nova colônia lusitana, a dificuldade de comunicação com os povos originários que aqui viviam foi aos poucos se tornando o maior gargalo para os anseios colonizadores dos portugueses. De acordo com Silva Neto (1963), as línguas faladas por esses nativos, vistas como maior obstáculo para a conquista e dominação dessa terra, obrigaram os portugueses a criarem estratégias para superar esse empecilho. Uma delas foi ensinar aos indígenas a fala e a escrita da língua portuguesa, repassando a esses povos a cultura do branco, no intuito de facilitar o intercâmbio e a dominação.

Então é possível afirmar, baseado em Rodrigues (1986) e D'Angelis (2008), que do século XVI aos dias atuais, o processo cultural de imposição de uma língua majoritária (português) sobre as outras consideradas de menos prestígio transcorreu e/ou transcorre de forma desigual, justificado por meios considerados, por muitos, como certos e adequados: a catequização em massa, a civilização e a integração forçada à sociedade dos brasileiros. O fato é que historicamente, desde a chegada dos europeus ao Brasil, os indígenas aos poucos foram perdendo sua liberdade de escolha e de vida, sendo obrigados a adotarem uma língua diferente da sua, de suas comunidades e de seus ancestrais. Nesse universo de segregação e expropriação fundiária, linguística, econômica e social, ainda hoje é obrigado aprender a língua portuguesa por uma questão de sobrevivência, uma vez que nela são produzidas as leis, os documentos e os processos burocráticos que movem a sociedade brasileira.

Gorete Neto (2012) ajuda nessa discussão ao afirmar que a língua portuguesa é para o indígena a língua do colonizador e traz ranço da violência, do contato e do silenciamento das línguas indígenas. E aprender o português para o indígena significa lutar pelos seus direitos, já que essa língua caracteriza-se num instrumento, arma e ferramenta indispensável para a sobrevivência de muitos povos. Para a autora, o português passa a ser para os povos indígenas “um mal necessário”, pois ao mesmo tempo em que pode facilitar a vida frente à burocracia da sociedade envolvente, traz consigo um saber ocidentalizado e capitalista que coloca em xeque os padrões culturais, comunitários e cosmológicos dos povos indígenas.

Rodrigues (1986) afirma em sua literatura que após a chegada dos portugueses ao Brasil, no século XVI, o número de povos indígenas passava de mil que viviam, de acordo com suas peculiaridades, seus costumes, suas crenças, suas tradições e sua língua.

Atualmente, embora haja incongruências acerca das línguas indígenas brasileiras – por imprecisão com os critérios usados para definir o que é um idioma e o que é um dialeto -, grande parte dos pesquisadores, Rodrigues (1986), D’Angelis (2008) dentre outros concordam com os estudos de que hoje no Brasil são faladas aproximadamente 180 línguas indígenas. Pressupõe-se também que, desde a “invasão” do nosso território, houve a perda de 1000 línguas. Isso representaria um percentual de 85% das línguas existentes no Brasil no início da colonização (RODRIGUES, 1986).

Nesse sentido, é importante compreender que o pesquisador e linguista Aryon Rodrigues (1986), atuando no campo da linguística descritiva e da linguística histórica acerca das línguas indígenas no Brasil, utilizou como base metodológica em suas pesquisas a classificação genética das línguas, a identificação de graus de afinidades genéticas entre elas, a reconstrução de partes dessas línguas, os aspectos culturais da pré-história dos seus respectivos falantes, a elaboração de modelos de diversificação interna de agrupamentos genéticos, assim como a elaboração de diagnósticos de interferências externas no desenvolvimento histórico das línguas.

Segundo Rocha (2019, p.39), Aryon Rodrigues traz para os estudos das línguas indígenas brasileiras o grau de parentesco genético existente entre elas para assim estabelecer e definir a classificação das mesmas. A autora ainda afirma que Rodrigues (1986) usou como direcionamento os estudos do linguista americano Morris Swadesh, que dedicou anos de sua vida nos estudos linguísticos históricos e comparativos: família, tronco e filo. De acordo com esses princípios, Rodrigues (1986) desenvolveu soluções, fundamentando diagnósticos de graus de relações genéticas entre línguas, a reconstrução de partes dos sistemas linguísticos de línguas individuais e de conjuntos de línguas e, ainda, contribuindo para o desenvolvimento de modelos analíticos que descrevem a natureza e direções das mudanças ocorridas ao longo da história das línguas, consolidando, no âmbito das línguas nativas do Brasil, a funcionalidade de teorias e métodos de estudos comparativos. E assim classificou as línguas indígenas brasileiras em tronco, famílias e línguas isoladas, ressaltando a presença de dois troncos preponderantes: tronco Tupi e Macro-Jê.

Cabral (2014, p.538) afirma que Aryon Dall’Igna Rodrigues conduziu os estudos classificatórios dessas línguas pelo caminho seguro da verdadeira linguística histórica, cujos métodos e teorias ele tão bem entendia e dominava. Para a autora, ele foi um linguista que procurou entender de nossas línguas nativas, com olhar cognitivo, fortalecendo com isso a construção do conhecimento sobre as línguas indígenas do Brasil, a ciência linguística, a

nossa pré-história e a história dos povos que as falam.

Por outro lado, de acordo com o levantamento do Censo Demográfico de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 274 línguas são faladas por indígenas de 305 etnias diferentes, sendo a língua tikuna a mais usada com aproximadamente 34.000 mil falantes. Segundo o Relatório Metodológico Demográfico (2010, p.348), a pesquisa linguística contou com a colaboração de pesquisadores ligados ao Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, da Associação Brasileira de Antropologia, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva, da Fundação Nacional do Índio, da Fundação Nacional de Saúde, do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística - GTDL, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – IPHAN do Ministério da Cultura, dentre outros.

O Relatório Metodológico Demográfico (2010, p.349) ressalta ainda que na preparação da lista de códigos das línguas faladas pelos indígenas, o IBGE, juntamente com os linguistas do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística – GTDL, coordenado pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Nacional - IPHAN, fez uma previsão de agregações para que pudessem ser totalizados os respectivos falantes, segundo os troncos e as famílias linguísticas, além das chamadas línguas de classificação e de identificação. As línguas indígenas faladas em outros países e que não eram faladas nas terras indígenas brasileiras foram consideradas como línguas de outros países, a exemplo da Aymara e Quéchuá, dentre outras. Para a codificação dessas línguas, o IBGE utilizou os resultados dos censos dos países da América Latina na rodada de 2000 com as maiores frequências.

No entanto, é importante frisar que o Censo 2010 trabalhou com o direcionamento de que a declaração do entrevistado é soberana e, caso a língua falada não constasse nas respectivas listas, foi considerada como língua não determinada. Nesse sentido, para muitos estudiosos o resultado desse levantamento foi considerado inflacionado por incluir nomes de etnias ou mesmo línguas que já não são mais faladas.

Indubitavelmente, dependendo dos critérios que foram utilizados para se chegar ao número de línguas indígenas existentes no Brasil, sejam eles mais ou menos científicos, ainda são necessários estudos linguísticos e antropológicos mais sistemáticos para termos um número mais preciso sobre esse percentual. E mesmo não convergindo, esses dados mostram a situação caótica em que se encontra grande parte das línguas indígenas brasileiras. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO hoje qualquer língua falada por menos de 100 mil pessoas corre risco de desaparecer e necessita de

planejamentos e projetos linguísticos para sobreviver. Isso é extremamente preocupante porque praticamente quase a totalidade das línguas indígenas brasileiras têm menos de 30 mil falantes, com exceção do tikuna, já citado anteriormente, que ultrapassa por pouco essa marca.

Em outras palavras, isso evidencia perdas significativas de história, de tradição e de memória não só para as populações indígenas, mas para toda diversidade linguística do mundo. Segundo a hipótese Sapir-Whorf, a língua de uma determinada comunidade organiza sua cultura, sua visão de mundo, pois uma comunidade vê e compreende a realidade que a cerca por meio das categorias gramaticais e semânticas de sua língua. Há portanto uma interdependência entre linguagem e cultura. Um povo vê a realidade mediante as categorias de sua língua e esta se constitui com base em sua forma de vida (CUNHA, 2011). No caso especial do povo em estudo, esta correlação é perceptível na cosmologia que define a sociedade clânica dos tikuna. Para eles, as histórias míticas contadas ao longo dos anos, escritas ou faladas em língua tikuna, apresentam seres da floresta com almas humanas carregadas de simbologia para a vida da aldeia (OLIVEIRA, 2002).

Com relação ao panorama linguístico da Amazônia, Rodrigues (1996) afirma que se caracteriza hoje pelo predomínio de três famílias linguísticas amplamente distribuídas nos espaços geográficos: a Aruak, a Karibe e a Tupi-Guarani, em contraste com um grande número de famílias menores, que em parte se justapõem às maiores e em parte se intercalam no meio delas. E no caso específico do Amazonas, segundo dados do IBGE, censo 2010, a população de indígenas atinge uma totalidade de 183.514 mil pessoas, sendo 129.529 mil vivendo em terras indígenas e as demais ocupando os centros urbanos da sociedade envolvente. Segundo Rocha (2019), esse quantitativo populacional representa a soma de 66 povos indígenas, num universo de 29 línguas faladas. É interessante comentar que os dados expostos pela pesquisadora ressaltam a vertiginosa diversidade linguística existente no Amazonas e a importância do cuidado com a preservação dessas línguas. Diversidade que, de acordo com Rodrigues (1986), é composta por três famílias do tronco tupi e mais doze famílias que agregam 47 línguas. Nesse contexto, o autor classificou a língua tikuna como uma língua isolada que não apresenta parentesco com qualquer outra língua indígena. Já Soares (2008), estudiosa da língua tikuna, destaca algumas características em relação a esta língua indígena. Para a autora, a língua tikuna é uma língua tonal que tem como ordem sintática padrão Sujeito Objeto e Verbo (SOV). Segundo a pesquisadora, esta língua ainda

apresenta sistemas de clíticos e marcação temporal fora dos padrões habituais, sendo considerada uma língua pro-drop.

Diante desse quadro nada amistoso e desolador, em que as línguas indígenas vão, aos poucos, enfraquecendo até morrerem, impulsionadas pelo abandono, por parte de um grupo étnico, do uso da língua tradicional em suas práticas comunicativas em detrimento a um sistema linguístico de prestígio econômico e social, que evidenciamos a comunidade indígena tikuna São José I, localizada na ilha do Camaleão, município de Anamá/AM, como o corpus deste trabalho de pesquisa que tem como temática central a língua portuguesa nessa aldeia indígena. Uma pequena comunidade, de 29 domicílios e aproximadamente 121 indígenas tikuna, hoje monolíngues em língua portuguesa, que se situa na confluência dos rios Solimões e Purus, entre os municípios de Anamá, Beruri e Anori. Uma comunidade forjada, segundo relatos dos mais velhos, na ameaça, na intimidação, no açoite, na desvalorização de sua cultura e da língua originária. Fatos sofridos e dolorosos, relatados nas entrevistas, durante os trabalhos de campo, que gradativamente fizeram com que a comunidade deixasse de ver na língua tikuna a valorização merecida. Maher (2010, p.34) afirma que uma comunidade de fala não desiste de sua língua livremente. Para ela, não é como se racionalmente a comunidade mensurasse os prós e os contras e tomasse a fria decisão de abandonar sua língua em favor da língua majoritária: o português. Para a pesquisadora, há algo muito mais atinado por trás desse jogo etnocêntrico como a visão de mundo do indígena e suas práticas sociais consideradas inferiores.

Nesse ambiente crítico, alicerçado nas reflexões da Linguística Aplicada e pesquisas relacionadas a temáticas de uso das línguas em comunidades indígenas, em que o português é utilizado como primeira (L1) ou segunda língua (L2) – o seguinte trabalho de pesquisa tem como intenção: analisar o uso da língua portuguesa no contexto comunicativo dessa aldeia; averiguar possíveis discussões políticas e planejamento linguístico nessa comunidade; investigar se há motivações para que a língua portuguesa prepondere no currículo escolar da aldeia.

Uma inquietação que vem sendo movida em minhas metas como pesquisador desde 2012, quando iniciei um trabalho como professor/formador dos professores indígenas da aldeia. Nas inúmeras idas e vindas à comunidade tikuna São José I, sempre era perceptível um forte domínio da língua portuguesa na fala e na escrita das pessoas que ali moravam, apesar de observar que a língua tikuna ainda sobrevivía entre um pequeno grupo de anciãos. E constantemente essa sede de respostas me fazia refletir: que motivações levaram ao

desprestígio de uma língua tão rica de cultura, com ampla literatura a seu respeito, de boa organização gramatical, discursiva e linguística, considerada pelo censo IBGE (2010) como a língua indígena mais falada no Brasil? Essas incongruências geraram alguns questionamentos em minha mente: o primeiro girava em torno de tentar entender por que a língua tikuna é sempre estigmatizada como inferior à língua portuguesa entre os aldeados dessa comunidade? O segundo era averiguar se o desprestígio e a invisibilidade da língua tikuna tinha alguma relação com os preconceitos e discriminações da sociedade envolvente? O terceiro era compreender se o prestígio social, dentro e fora da comunidade, passava pelo uso do português em seus contextos linguísticos? O quarto era verificar se no currículo da escola comunitária tinha espaço para discussão de planejamento e projetos linguísticos. E de todas essas dúvidas surgiu essa pesquisa intitulada “A língua portuguesa na comunidade indígena tikuna São José I, Ilha do Camaleão, município de Anamá/AM”.

Durante os trabalhos de campo, muitas falas dos entrevistados ressaltaram que a imposição da língua portuguesa, inicialmente minoritária, viria a se transformar em um elemento de prestígio social e de nacionalidade entre os indígenas na ilha do Camaleão. A crescente hegemonia da língua dos patrões e coronéis da borracha proibia os tikuna de usarem a língua de seus ancestrais. Essas falas, ora em entrevistas ora em conversas informais e descontraídas, durante as refeições, banhos e momentos de lazer, foram maturando meus pensamentos e proporcionando a compreensão de algumas indagações evidenciadas anteriormente. Uma delas foi compreender que os indígenas tikuna da aldeia São José I, por questões históricas de dominação e inserção em uma sociedade considerada dominante, se apossaram do português, ao perceber nessa língua um meio de acesso aos conhecimentos considerados universais, sendo uma importante ferramenta para reivindicar seus direitos, entender as leis e compreender os textos oficiais: um instrumento de comunicação que facilita o acesso à vida nos centros de saúde, cartórios, delegacias e outros departamentos dos centros urbanos.

Então o caminho sinuoso de tentar encontrar respostas para o porquê da sobrepujança da língua portuguesa sobre a língua tikuna nessa aldeia passou a ser percebido como uma questão de sobrevivência, tanto do ponto de vista econômico quanto cultural. E essa afirmação ainda será tema de discussão nos capítulos deste trabalho, todavia não é objetivo desse estudo afirmar ou negar que a apropriação da língua portuguesa, pelos indígenas da aldeia São José I, seja algo equivocado ou errôneo, mas discutir e refletir que a maneira como ela passou a fazer parte da vida desta aldeia contribuiu para um processo de deslocamento da

língua materna, tornando o português primeira língua e a língua indígena restrita a um pequeno grupo de falantes. Por isso, a proposta dessa pesquisa tem como base um estudo etnográfico e linguístico, no intuito de mostrar que o uso da língua portuguesa se consolidou neste local impulsionado pela relação direta com as exigências da vida prática, especialmente fora da comunidade, além de buscar reflexões sobre possíveis organizações de planejamentos e projetos linguísticos que deem paridade para o uso das duas línguas na aldeia São José I: o português e o tikuna.

Maher (2010) afirma que a intimidação e a depreciação – acintosa ou não - são exemplos de fatores que levaram comunidades indígenas ao abandono ou a invisibilidade de suas línguas originárias. Por isso, segundo a pesquisadora, muito há de ser feito para que possamos eliminar da sociedade esse tipo de visão preconceituosa sobre as línguas indígenas, exteriorizando que elas podem ter a mesma importância comunicativa que as demais línguas. Albuquerque Júnior (2007) declara que o preconceito e a discriminação com as línguas ou as populações indígenas têm relação direta com o desconhecimento da história de vida sofrida por esses povos. Para ele, definições prévias ou descrições que não advêm do conhecimento do outro geram hostilidade, estranheza, indiferença, falta de altruísmo e alteridade com os grupos indígenas.

É interessante comentar, e isso ficou claro nas conversas, falas, entrevistas e depoimentos gravados, que o conjunto dessas formas de desigualdade gerou/gera, na maioria dos aldeados da comunidade São José I, a ideia de que ser indígena não é vantajoso; de que ser indígena não é bom; de que ser indígena não o coloca em pé de igualdade social com o não indígena. E declarações desta natureza podem ser a causa da enorme dubiedade existente entre os habitantes dessa aldeia: de resgatar e preservar sua cultura, especialmente sua língua, ou aproximar-se cada vez mais do modo de vida dos não indígenas, da sua religião, do seu capitalismo, da sua cultura. E isso pode ter gerado o abandono substancial de sua língua originária em detrimento a língua de prestígio social e cultural da sociedade envolvente. Pois se a língua não se manifesta, outros elementos da vida desse povo perdem a possibilidade de serem transmitidos. Câmara Jr. (1977) afirma que é pela língua que os demais elementos da cultura são manifestados.

Entretanto, usamos as palavras de Maher (2006), que teve como base um trabalho realizado com professores indígenas do Acre, para afirmar que é notório entre a maioria dos linguistas que a língua portuguesa não representa o “símbolo tradicional de indianidade”. Porém, para a pesquisadora, com toda a situação de contato entre indígenas e não indígenas

que vem perdurando ao longo de séculos, hoje a variedade do português usado por muitas comunidades torna-se uma peculiaridade linguística daquela aldeia, passando a ser caracterizado como uma possível identidade sim, pois a construção da identidade não é de domínio exclusivo de língua alguma. E que um “português indígena” também pode marcar a identidade de seus falantes. A pesquisadora ainda aprofunda essa questão ao expor, que tanto na forma escrita quanto falada, a variedade do português indígena difere do português considerado padrão e de outras variedades dessa língua. Pois a língua portuguesa usada nas comunidades indígenas é específica por ser moldada de acordo com a utilização de cada grupo étnico, sofrendo alterações lexicais numa elisão com as línguas indígenas. E nesse caso específico, perde o posto de língua de imposição e assume o papel de construção, reconstrução e veiculação da identidade indígena (GORETE NETO, 2012).

E é com esse propósito que o presente estudo busca avançar e ajudar na compreensão que mesmo em comunidades indígenas monolíngues em língua portuguesa, com variedades específicas de um português indígena, ainda há espaço para discussões de planejamentos e projetos linguísticos, em projetos pedagógicos curriculares ou ações comunitárias. A intenção é deixar esclarecido que o princípio básico para reconhecimento e valorização dos povos indígenas inicia-se pela paridade cultural e linguística entre sociedades indígenas e sociedade envolvente. Nesse caso especial, não cabe discursos de que a língua portuguesa é mais prestigiada pela importância interlocutora com o não indígena, mas trazer para dentro da aldeia reflexões que coloquem as duas línguas em evidência. Seja a língua portuguesa como primeira língua e o tikuna a segunda ou vice-versa. A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), com proeminência para o artigo 6º, que prenuncia a consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas, reconhece aos indígenas o direito de decidir seus próprios destinos e assim ter maior controle sobre suas vidas e seus problemas, a fim de diminuir as marcas indelévels deixadas ao longo do tempo. Por isso é importante trazer para essas comunidades reflexões a respeito das medidas que os afetam, principalmente quanto a sua cultura e sua língua.

Para alcançar as metas aqui externadas, a pesquisa está organizada em quatro capítulos. O **capítulo 1** (“Os tikuna da aldeia São José I: povo, territorialidade, sociedade, cultura”) apresenta informações acerca da historicidade das primeiras famílias tikuna que habitaram esse lugar, a formação territorial expropriada, os processos migratórios do Alto Solimões até a Ilha do Camaleão e o contato com outros grupos sociais em espaços geográficos nada amistosos. Além de discorrer sobre a situação etnográfica da ilha e o atual

cenário sociolinguístico da aldeia. É interessante comentar que o retrato etnográfico escolhido para compor a base desse capítulo tem como alicerce a história oral, relatos e vivências de quem fez ou faz parte desse processo sobre o seu próprio ponto de vista. E essa é a intenção: não mostrar uma história totalizante, nem tão pouco provar uma verdade absoluta, mas relatar dados que somente aquele povo sabe e que, talvez, nenhum documento escrito apresente.

O **capítulo 2** – “Procedimentos metodológicos” - apresenta alguns procedimentos metodológicos utilizados para a coleta e análise dos dados nesse estudo, ressaltando duas ferramentas básicas: a observação e a inquirição. A opção pelo uso desses dois instrumentos tem como intenção verificar o nível de utilização do português dentro dessa comunidade e possíveis modificações culturais com a apropriação desse sistema linguístico como primeira língua. É importante ressaltar que esse trabalho vem sendo organizado há alguns anos e aos poucos se consolidando, pois desde 2012, desenvolvo trabalhos linguísticos com essa aldeia no plano auditivo, visual e sinestésico: ouvindo, conversando, entrevistando, vendo, observando, associando ações, imagens e conteúdos. Ou seja, trabalhos de cunho etnográfico que buscam, em uma abordagem qualitativa, analisar e compreender a utilização da língua portuguesa e da língua tikuna na comunidade São José I, tendo como base: narrativas, diários, questionários abertos e fechados, entrevistas e observações. Pois de acordo com Marconi e Lakatos (2010) são procedimentos usados na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

No **capítulo 3**, exponho a fundamentação teórica da pesquisa, usando autores como Meliá (1979), Braggio (2002), Maher (2007), Gorete Neto (2005), Paula (2018), Bonifácio (2019) e outros pesquisadores para compreensão das possíveis causas da realidade linguística em comunidades indígenas brasileiras, bem como a importância da busca de planejamentos linguísticos paritários que favoreçam a manutenção das línguas indígenas, mesmo nas comunidades com forte tendência ao monolinguismo em língua portuguesa. Nesse sentido, divido o capítulo em seis partes: a primeira (“Alguns conceitos acerca das línguas indígenas”) traz conceitos básicos relacionados ao uso das línguas indígenas à luz da Linguística Aplicada; a segunda (“Contatos linguísticos dos Povos Indígenas”) aborda os possíveis cenários resultantes do intenso contato linguístico entre as línguas indígenas e o português; a terceira (“Língua e sociedade: uma relação instável nas comunidades indígenas do Amazonas”) discute a relação sinuosa entre língua e sociedade nas comunidades indígenas do Amazonas, em especial a aldeia pesquisada, ressaltando que essa “guerra de línguas”, evidencia na verdade o confronto de ideologias e o modo de vida existente entre indígenas e a

sociedade envolvente; a quarta – “Alfabetização em comunidades indígenas: condição para o surgimento de conflitos” – traz reflexões acerca do papel da escola nas comunidades indígenas e como a escrita, vista para esses povos como um processo mágico de prestígio social, pode ser um valioso instrumento nas mãos dos dominantes; a quinta (“Política e planejamentos linguísticos em comunidades indígenas”) discorre sobre a importância da valorização e manutenção das línguas indígenas em projetos sociais ou pedagógicos, ressaltando que para isso é necessário planejamentos linguísticos adequados a cada comunidade, sendo a língua o instrumento que proporcionará o ensino, a aprendizagem e a interculturalidade entre os saberes. Sendo imprescindível a necessidade de se discutir qual língua ou quais assumirão essa função. Por fim, a sexta etapa (“As línguas tikuna e portuguesa na comunidade São José I”) aborda o uso da língua indígena e do português na aldeia, evidenciando o processo comunicativo no meio social, tanto na oralidade quanto na escrita.

O **capítulo 4**, além de conter a análise dos dados coletados, se preocupa em trazer para o estudo situações reais de uso da língua dentro do contexto social da aldeia tikuna pesquisada, mostrando o quanto é necessário ouvir as vozes de todos que realmente vivenciam as práticas discursivas naquela localidade. Com este objetivo a escrita optou pela análise das informações contidas nos questionários, pelas entrevistas como ferramenta de geração de dados, pelas observações registradas no diário de campo, durante a aplicação dos questionários, refeições, momentos de lazer, encontros casuais e descontraídos com os aldeados.

Por fim, ressaltamos a importância da avaliação ética de um projeto de pesquisa estabelecida nas Diretrizes e Normas de Pesquisa envolvendo seres humanos, por meio da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, visando salvaguardar a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar do sujeito pesquisado. Além disso, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) colabora para a qualidade do trabalho proposto, bem como a discussão do papel desse estudo no desenvolvimento social da comunidade. E assim frisamos que essa pesquisa acadêmica encontra-se em análise no Conselho de Ética/Plataforma Brasil, intitulada **“A língua portuguesa na comunidade indígena tikuna São José I, Ilha do Camaleão, município de Anamá-AM”**, tendo como pesquisador responsável **Rauciele da Silva Cazuza**, sob o CAEE **43660520.2.0000.5020**.

CAPÍTULO 1. OS TIKUNA DA ALDEIA SÃO JOSÉ I: POVO, TERRITORIALIDADE, SOCIEDADE, CULTURA, LÍNGUA.

Início este capítulo com algumas reflexões acerca da historicidade de um povo, da firmação territorial em determinadas regiões amazônicas, dos processos migratórios efetivados por pequenos grupos humanos e a interação com outros grupos, em espaços diferenciados, que podem gerar, dentro de uma comunidade indígena, um grande emaranhado de “acertos e contradições” linguísticas e culturais.

Segundo Bonifácio (2019), é importante entender que o contato civilizatório oriundo de grupos sociais distintos, ao longo do tempo, sempre nos mostrou o surgimento de fenômenos linguísticos em que uma língua, por questões econômicas e sociais, passa a ser mais prestigiada que a outra. Para Franceschini (2011), essa intensa “guerra de línguas”, cruel e desigual, na verdade traz à tona um exemplo frequente de etnocentrismo presente em comunidades indígenas: de um lado o indígena e sua maneira de ser no mundo e do outro, a sociedade envolvente com todo seu preconceito e soberania peculiar. E a história de formação do povo brasileiro é cercada por características de fortes contatos que resultam em uma vasta diversidade cultural e linguística no país. Diversidade essa que, na maioria dos casos, cria conflitos e deixa marcas permanentes entre os grupos de falantes, evidenciando a vertiginosa disparidade cultural e sociolinguística entre grupos indígenas e não indígenas (BRAGGIO, 2012).

É interessante perceber que apesar da diversidade linguística e da guerra entre línguas já citadas, a ideia de país monolíngue é extremamente enraizada no seio da sociedade brasileira. E isso não é uma dádiva. Muito pelo contrário, pois sentimentos como este sempre levam a extremismos, preconceitos e discriminação. É como se a língua portuguesa normativa sempre assumisse o papel de majoritária e pomposa, cabendo às demais o lugar de coadjuvantes que aos poucos tendem a invisibilidade e, conseqüentemente, total desaparecimento (CANDAUI, 2008).

Dessa maneira, a proposta deste capítulo é evidenciar que na comunidade tikuna São José I, ilha do Camaleão, vários fatores influenciaram/influenciam para a preponderância do português na fala da aldeia. De acordo com relatos dos entrevistados, ocorrida durante a pesquisa de campo, podemos deduzir que os movimentos migratórios, as ocupações

territoriais, as relações exogâmicas e casamentos com não indígenas, as práticas religiosas e comerciais podem ter configurado os contatos linguísticos nesse local, levando, nos dias atuais, a adoção do português como língua de prestígio e de franca circulação na aldeia.

1.1 Os Tikuna: “a ilha que escolheu um Povo”

FIGURA 01: Ponta da praia da Ilha do Camaleão



Fonte: Elenusa Teles – Trabalho de campo, 2020.

Na verdade, não poderíamos iniciar esse diálogo, sem antes ressaltar a inter relação que outros autores estabeleceram sobre os tikuna e a cosmologia que envolve a formação étnica desse povo. Para tal, Oliveira (2002) e Bonifácio (2019) afirmam que o Povo Tikuna constitui a população indígena mais numerosa da Amazônia Brasileira, que ao longo do tempo, apresenta uma história marcada por intensos contatos com seringueiros, pescadores e madeireiros na região do Rio Solimões. E enfatizam com base na mitologia tikuna, que os primeiros indígenas desse povo foram pescados por *Yo'i* - um dos principais heróis culturais - nas águas vermelhas do igarapé Eware - próximo às nascentes do igarapé São Jerônimo -, margem esquerda do Rio Solimões, especificamente, entre os municípios de São Paulo de Olivença e Tabatinga no Amazonas, região a qual concentra o maior contingente populacional dessa etnia. Possuem uma autodenominação *Magüta* - literalmente, “pessoas pescadas com vara” - que devido à pintura de jenipapo, usada no corpo, são chamados por outros povos de “povo do nariz preto” (OLIVEIRA, 2002).

Entretanto, essa é a história contada e repassada em praticamente todas as literaturas que estudam a etnia tikuna. E não seria adequado para um trabalho acadêmico suprimir imprescindíveis informações histórico-culturais de um povo. Mas o ponto nevrálgico aqui é contar a história da chegada desse povo na ilha do Camaleão sobre a perspectiva deles. Tendo

como base relatos e a vivência de quem fez ou faz parte desse processo sobre o seu próprio ponto de vista¹. Delgado (2006) participa desse diálogo ao afirmar que os laços culturais, que se encontram envolvidos principalmente nas memórias dos homens e das mulheres, são os que sustentam a vida em comunidade. Para esse autor, a memória é uma construção sobre o passado, atualizada e renovada no presente. Assim podemos imaginar a reconstrução do passado a partir de narrativas de fatos e lugares onde essa memória é preservada, apresentando riquezas de detalhes que, muitas vezes, não são encontradas nos documentos oficiais. E aqui chamamos atenção que ao escolher essa forma de retrato etnográfico, cuja base é o trabalho com a história oral, não queremos mostrar uma história totalizante, nem tão pouco provar uma verdade absoluta, pois a memória não apresenta exatidão, por não ter um dado preciso, mas possui dados que somente aquele povo sabe e que, talvez, nenhum documento escrito apresenta. E essa é a intenção.

Nesse direcionamento, a pesquisa optou, durante as entrevistas, em registrar todos os fatos linguísticos observados na fala dos informantes com as especificidades dos seus dialetos, sobretudo no plano da morfossintaxe, por exemplo: oscilação das regras de concordância, omissões de preposições, artigos e outros. Também foi realizado um trabalho minucioso para registrar trechos de audição incerta ou expressões desconhecidas. Lucchesi (2009) afirma que o critério básico é registrar fatos linguísticos observados na fala do informante que se constituem marcas peculiares no seu dialeto, tanto no nível fônico, quanto no morfosintático. Todos esses cuidados foram sistematizados em uma Chave de Transcrição que subsidiou os trabalhos de transcrição do Projeto *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*.

Nesse caminho, para entender melhor a expressão citada no início do capítulo “*a ilha que escolheu um Povo*”, conforme figura 01 (ilustração da ponta da praia da ilha do Camaleão, que segundo relatos dos entrevistados, representava as mesmas condições da chegada de seus antepassados) e compreendermos a origem da comunidade São José I, que vem de três famílias - Manuel do Carmo, Miguel Cruz e Firmino Cruz - foram ouvidos depoimentos² da senhora “Maria” - aqui representada com esse nome fictício - que traz na memória as histórias de seu povo.

¹ Vansina (1982) afirma que o conjunto das tradições orais de uma sociedade compõe o saber acumulado por ela. Já Thompson (1992) destaca a importância da história oral como um método bastante promissor para a realização de pesquisas em diferentes áreas. Para ele, a história oral busca dar voz aos pequenos eventos do cotidiano que fazem partes de nossas vidas, dá voz aos silenciados, mostrando o quanto são sujeitos da história.

² A opção foi transcrever a fala do português tikuna, com toda sua característica lexical, fonética, sintática, morfológica, circularidade (característica discursiva da língua tikuna) próximo da oralidade, bem como as especificidades culturais presentes na fala social da aldeia São José I. Sendo traço peculiar nas demais falas.

Dona Maria , 44 anos, moradora da Comunidade São José I, professora indígena de educação escolar indígena da aldeia e descendentes dos patriarcas fundadores da comunidade, confirma em entrevista, a chegada dos primeiros indígenas tikuna à ilha do Camaleão, as circunstâncias em que ocorreu esse fato e o surgimento das primeiras casas neste local.

[...] o povo tikuna que hoje vive na Ilha do Camalhão vieram do Alto Solimões trazidos pelo patrão português Manel Mafra que usava os serviços deles na coleta da castanha, borracha, pesca e agricultura. [...] E esse patrão fazia a viagem de Tabatinga *pra* Manaus, trazendo *pra* Manaus produtos regionais para vender. Na metade do ano de 1912, o patrão Mafra desceu o Rio Solimões, dentro de uma jangada, trouxe junto cinco famílias: três tikuna e duas kokama. [...]. Nessa viagem, bem na *ponta* da praia da ilha que estava em formação, a jangada *encalhou*, fazendo com que os animais saíssem *pra* ilha. Isso fez com que as *famílias* saíssem atrás dos porcos, galinha, patos, ovelha. [...] na ilha tinha um mato tipo cipó cheio de espinhos que servia *pros camalhão* ficarem dentro. Tinha muito *camalhão* dentro desse mato [...]E isso fez os indígenas chamar a ilha de Ilha do Camalhão [...] Como demorou para ajeitar a jangada, as *indígena* começaram a construir casas pequenas, cobertas com palhas e plantar pequenas plantações de feijão e milho na ilha. Quando a jangada ficou pronta, Mafra seguiu *pra* Manaus, levando com ele só *os marido*, pois as mulheres ficaram cuidando das plantações na terra. [...] Mafra foi *pra* Manaus vender *os produto* e quando voltou *pra* ilha, passou a mandar os indígenas a trabalhar na agricultura na ilha. Mas do outro lado da ilha, na boca do Purus, morava outro português criador de boi de nome Emílio Português. Ele tinha criação de gado e no período da seca, colocava esses bois *pra* comer *canarana*. Mas os bois começaram a comer as plantações das indígenas. *Aí* começaram *as primeiras confusão* entre indígena e não indígena, com o tempo, isso foi sendo contornado. [...] com as subidas e descida do comerciante, mais famílias vinham do Solimões e a aldeia foi se tornando lugar seguro das famílias indígenas tikuna e kokama. De todas as pessoas que chegaram na ilha , Beapino Dantas tem destaque, pois ajudou no pedido, junto ao SPI (serviço de Proteção ao Índio, do processo de demarcação e consolidação da Terra Indígena da Ilha do Camalhão[...]). (“DONA MARIA”, 2019).

Ao analisarmos a fala de “Dona Maria”, entenderemos que na verdade não havia intenção alguma dos tikuna em habitar a ilha recém-formada. Como dizem os mais velhos da aldeia São José I, enraizada em uma visão mítica, não foram os tikuna que escolheram a Ilha do Camaleão, mas sim a ilha que escolheu um povo. Para eles, o deus *Yo’i* e a força da natureza obrigaram a embarcação do senhor Manuel Mafra a estacionar exatamente no local em que construiriam uma nova vida.

1.2 O dualismo tikuna e sua origem mítica: grupos clânicos na aldeia São José I.

De acordo com Oliveira (2002), apoiado nas escritas do etnólogo Nimuendajú (1952), a sociedade clânica dos tikuna é patrilinear – a determinação clânica é transmitida de pai para filho – agrupadas em metades, que apresenta como base para essa organização social uma espécie de dualismo mítico. Isto é, a organização clânica do povo tikuna tem como base explicações na mitologia.

Segundo a liderança indígena tikuna “Guto” e “dona Santa”, também citados nesse trabalho com nomes fictícios, ambos do clã Buriti, o conjunto de clãs identificados por aves formam uma metade. Já os demais, por nomes de plantas, formam a outra. É que essa identificação clânica ajuda o membro da comunidade a ter mais respeito dentro da aldeia.

[...] os grupos *clânico* funciona como uma marca *pra nós* tikuna. Uma lei para que *nós leva pro caminho certo* dentro da sociedade do nosso povo. [...] Fazer parte de um grupo *pro tikuna* impede de casar com pessoas do seu próprio clã e também com aqueles que faz parte da sua metade. [...] *isso é mando do deus* Yo’i que não podia separar *as pessoa pra* saber quem era. Então, junto com Ipi, *bandou* em dois grande grupo, que ao beber um *caldo de jacurarú* sabia o clã que pertencia[...]. Mas fico triste porque os jovem de hoje aqui na comunidade não respeita a lei do nosso povo. Cada um se casa sem saber o clã que pertence. [...]o jovem não ouve mais história *dos antepassado*. E aqui na aldeia São José I tem o clã buriti, o clã mutum e o clã onça. *Mas só nós velho* sabe o verdadeiro sentido de *cada um para nós tikuna*. [...] acho que nossa cultura deve ser *aprendida ali no escola, junto com meu língua, junto com meu história de meu povo*. [...] acho que ali só ensina coisa da cidade. E isso me deixa triste e preocupado, *porque o que eu não sei bem falar o tal de português. Como eu não sabe né. Eu nem tende o que bem o que o homi da cidade fala. E tudo que prendi com meu pai morrerá no meu mente [...]* (LIDERANÇA “GUTO”, 2019).

Com base nesse depoimento do senhor “Guto”, entendemos que a classificação clânica dentro da sociedade tikuna determina entre seus membros certa posição social, sem a qual não seria possível a identidade como membro desse povo. Oliveira (2002) nos fala que cada clã tikuna é constituído por outras unidades, os subclãs. E que nesse sistema social, cada indivíduo pertence simultaneamente e necessariamente a várias unidades sociais (metade exogâmica, clã, subclãs), uma vez que estão constituídas umas nas outras. O que é observado no quadro abaixo:

QUADRO 1: Organização Social exogâmica Tikuna

METADE PLANTAS		METADE AVES	
Clã	Subclã	Clã	Subclã
Auaí	’a-ru: (auaí grande)	Arara	ts’á’ra (canindé)
	’ts’everu: (auaí pequeno)		ñõ’ĩ (vermelha)
	’aits’anari (jenipapo do igapó)		moru: (maracanã)
Buriti	’tema (buriti)		vo’ó (maracanã grande)
	ny’eni (n) tsi (buriti fino)		’a’ta (maracanã pequeno)
Saúva	’vaira (açai)	Mutum	ñu’në (n) (mutum cavalo)
	’nai (n) yëë (saúva)		ai’veru: (urumutum)
	tëku: (saúva)	Japu	ba’rĩ (japu)
Onça	ts’i’va (seringarana)		tau: (tucano)
	’na?nĩ (n) (pau mulato)	Manguari	ñau: (n) a (manguari)
	ts’e’e (acapu)		dyavi’ru: (jaburu)
	’ts’u: (n) a (caranã)		tuyo:y’u (tuyuyu)
’keture (maracajá)	Galinha	o’ta (galinha)	
		Urubu Rei	’e’ts’a (urubu-rei)

	Gavião Real	<i>'da-vi</i> (gavião real)
--	-------------	-----------------------------

Fonte: Oliveira (2002).

Entretanto, como já foi elucidado no começo dessa escrita, o interessante aqui é a história repassada pelos moradores da aldeia São José I. Nesse sentido, de acordo com as palavras do cacique Gutemberg, alicerçada pelas histórias ouvidas de seu falecido pai Roberto Dantas Custódio, na aldeia há apenas três clãs – onça, mutum, buriti – que apresentam uma descrição mitológica de árvores com mamíferos, por acreditarem que determinadas árvores possuem almas tais quais os humanos e essa alma vaga à noite na forma de animal. Já no caso dos clãs identificados como metade aves, de acordo com a palavra do entrevistado, todos têm nomes de pássaros da floresta e também possuem idêntica mítica carregada de simbologia para o povo tikuna. Conforme explicitado na tabela abaixo:

QUADRO 2: Classificação clânica da aldeia tikuna São José I

Metade Plantas		Metade Aves	
Buriti	<i>'tema</i> (buriti)	Mutum	<i>ñu?në</i> (n) (mutum cavalo)
	<i>ny'eni</i> (n) <i>'si</i> (buriti fino)		<i>ai'veru:</i> (urumutum)
	<i>'vaira</i> (açai)		
Onça	<i>'s'é'e</i> (acapu)		
	<i>'ts'u:</i> (n) <i>a</i> (caranã)		
	<i>'keture</i> (maracajá)		

Fonte: Cacique tikuna Gutemberg Custódio – Trabalho de campo, 2019.

Portanto, para o povo Tikuna a existência de grupos patrilineares e exogâmicos reunidos em metade aves e metade planta pode contribuir para a manutenção tradicional do matrimônio e do parentesco nas aldeias. Pois segundo os mais velhos, a vida social de uma aldeia tikuna é basicamente movida, desde as atividades alimentares, recreativas e religiosas, pelas determinações clânicas em que um tikuna pertence. Segundo Oliveira (2002) essa forma de divisão social dos tikuna é preponderante na vida desse povo: uma espécie de “dimensão-chave” para toda cosmologia existente nas aldeias. O pertencimento a um clã confere ao indivíduo um lugar na sociedade, sem o qual não é possível se reconhecer e ser reconhecido como Tikuna. “Em outras palavras, não pertencer a nenhum clã é não ser Tikuna” (OLIVEIRA, 1996). E esse fato talvez incomode as lideranças tikuna da Aldeia São José I: o fato dos indígenas mais novos, praticamente, desrespeitarem essa tradição tão importante para a cultura desse povo.

1.3 Comunidades e territorialidade na Ilha do Camaleão

Figura 02: Comunidade Tikuna São José I



Fonte: Elenusa Teles – Trabalho de campo, 2019.

De acordo com o senhor “Guto” e “dona Maria”, moradores da comunidade São José I, a histórica questão fundiária do povo tikuna, nas comunidades que pertence à ilha do Camaleão, envolve diversas problemáticas quanto ao acesso e uso da terra. Para exemplificar o sentido de territorialidade e organização comunitária presente na aldeia, usamos a figura 02. Segundo a fala dos entrevistados, em um contexto de imposição e segregação, o que mais chama atenção na memória de seu povo se interpela na servidão imposta pelos patrões e comerciantes aos seus patriarcas; as violências sofridas em conflitos com latifundiários; as constantes invasões e ocupações de suas plantações por rebanhos de gado. Para os antigos moradores, as invasões, as ocupações e a exploração de seu povo foram ou são determinantes para as transformações ocorridas no espaço territorial das comunidades, sendo fatores significativos para a continuidade da existência da vida indígena, direcionamentos linguísticos condizentes aos seus anseios econômicos e sociais, auto-organização e possibilidade de autodeterminação.

Para Almeida (2010), na realidade brasileira, a terra, na sua dimensão política e econômica, é um bem que envolve muitas tensões e conflitos de disputa. Segundo a escritora, a realidade do acesso, uso e apropriação das terras brasileiras é resultado de uma condição colonial de longa exploração, que trouxe consequências nocivas às populações originárias e garantiu a grande concentração de terras nas mãos de classes agrárias privadas. Essa fala é pertinente dentro desse diálogo, uma vez que é comum ouvir dos aldeados indígenas mais antigos, habitantes da ilha, relatos contundentes acerca do violento poder de dominação e exploração exercido, por meio de múltiplas formas de expropriação, por patrões e comerciantes não indígenas sobre a população tikuna que vive nas comunidades da ilha do Camaleão. O chamado latifúndio devastador e desumano trouxe para os moradores das aldeias

indígenas da ilha do Camaleão constantes ameaças de expropriação e rompimento com seu principal meio de sobrevivência: o direito à terra.

Gomes (2012) afirma que no decorrer do século XX ocorreram muitas transformações positivas para as populações indígenas no Brasil. Para ele os fatos tiveram implicações tanto na dimensão institucional de organização dos serviços de políticas como na atuação direta do Estado e dos órgãos de proteção em favor dos povos originários. E mesmo incipiente e contraditório, houve processos de mapeamento que favoreceram a presença indígena no território brasileiro. Para exemplificar essa afirmação, o autor cita a Constituição de 1937 – artigo 154 – e 1946 - artigo 216 – que rezam sobre a posse da terra, aos silvícolas que se achem localizados em caráter permanente.

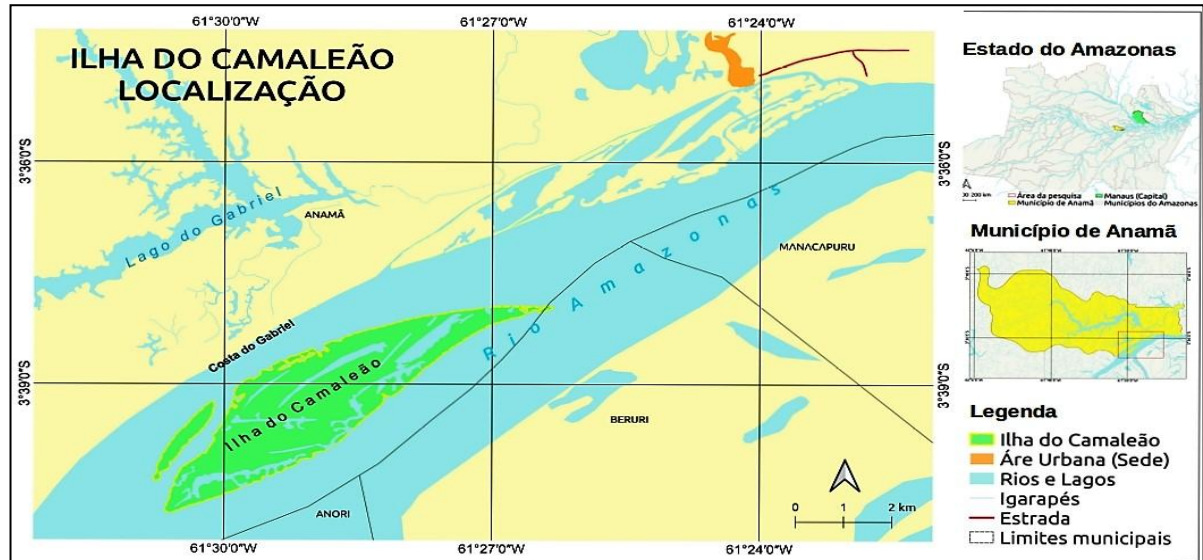
Nesse mesmo contexto de mudanças, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), criado em 1910, passou a ser, em 05 de dezembro de 1967, Fundação Nacional do Índio (FUNAI), tendo agora a grande incumbência de transformar o “índio em brasileiro” (Gomes, 2012) e dar celeridade aos processos de demarcação das terras indígenas. Incumbência essa ratificada pelo Estatuto do Índio, Lei 6.001/73, que deu total responsabilidade a este órgão do Governo pela definição do que é terra indígena e demarcação em todas as suas etapas. E nessa esteira, a Constituição Federal de 1988, nos artigos 231 e 232, reconheceu aos indígenas o seu modo de vida, as suas formas de organização, costumes, línguas, crenças, tradições, e o direito sobre as terras tradicionalmente ocupadas por eles.

E de 1912 a 1995, os indígenas dessa pequena ilha situada próxima a confluência dos Rios Purus e Solimões, sofreram angústias e incertezas sobre a principal demanda da vida humana, a terra: condição fundamental para viver com dignidade, com direito à saúde, educação, autodeterminação e autodesenvolvimento (FUNAI, 2016). Da expropriação de suas terras e lavouras ao pensamento conservador brasileiro integracionista e assimilacionista, esse pequeno grupo tentou sobreviver, mesmo que tendo como preço a invisibilidade de sua identidade indígena. E segundo as palavras de “dona Maria”, quando o senhor Beapino Dantas – um de seus ancestrais – iniciou o processo de aquisição da ilha, ouviu das famílias que ali já habitavam que aquele pedaço de terra seria vital para a continuidade de suas vidas, já que representava, de forma pacífica e harmoniosa com a natureza, o local para suas atividades produtivas, bem como a utilização racional dos recursos ambientais necessários para o bem-viver em coletividade, tão necessários à manutenção de seus costumes, usos, crenças e tradições. Dessa forma, entendemos o verdadeiro sentido de territorialidade/demarcação fundiária para as populações indígenas, se levarmos em consideração a premissa de que as

terras indígenas são “direitos originários” que antecedem a criação do próprio Estado brasileiro (CIMI, 2015).

1.3.1 Ilha do Camaleão/Anamã: localização geográfica

FIGURA 03: Mapa da Ilha do Camaleão - localização



Org: CAZUZA, R. da S.; CAVALCANTE, D. G.

Fonte: Base de dados - FUNAI (1976), Google Earth (2020), IBGE (2017) e trabalho de campo (2019), DATUM SIRGAS 2000, Coordenadas geográficas.

O mapa mostra a localização geográfica da Ilha do Camaleão em relação ao Estado do Amazonas, de maneira que o leitor desse estudo possa se situar no espaço geográfico em que foi realizada a pesquisa, tendo como referência a capital do Estado, o município de Anamã, a qual a ilha pertence geograficamente, e os demais centros urbanos que mantêm intercâmbios constantes com as comunidades indígenas daquele local: Anori, Beruri e Manacapuru.

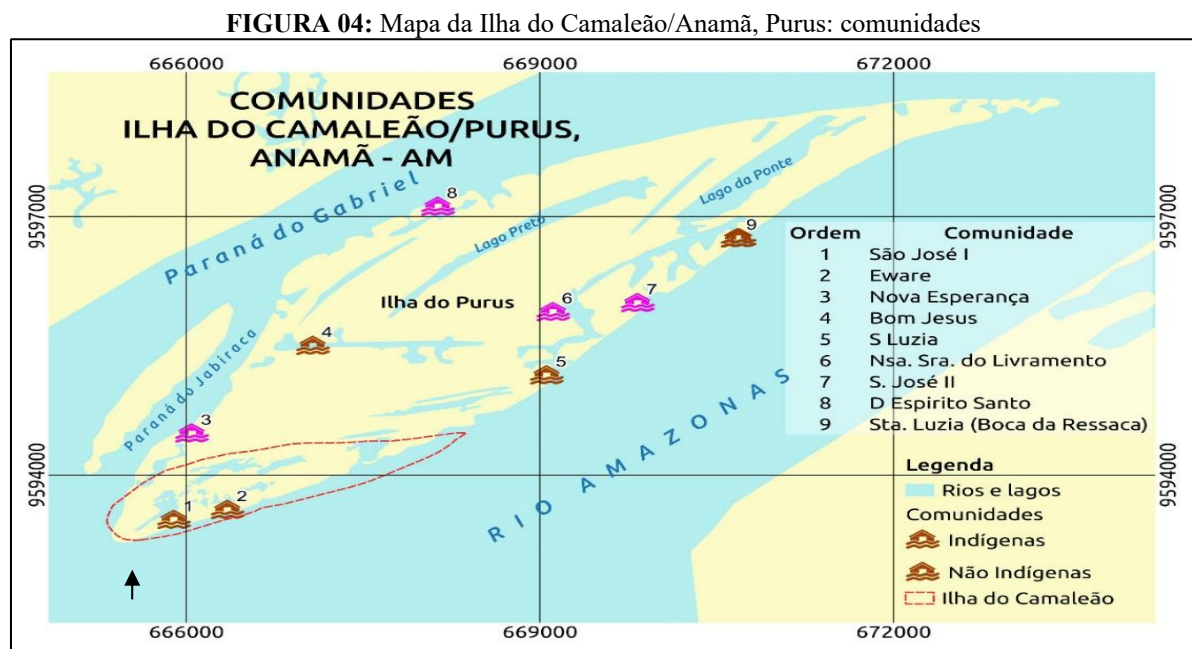
Atualmente, a ilha do Camaleão faz parte da Mesorregião do Centro Amazonense e está localizada no município de Anamã, estado do Amazonas. Este município localiza-se a oeste de Manaus, capital do Amazonas, apresentando, em linha reta, uma distância de aproximadamente 164,19 quilômetros. E a reserva indígena da ilha do Camaleão - com uma superfície de 236,78 ha (duzentos e trinta e seis hectares e setenta e oito ares), perímetro de 9.638, 30 metros - homologada em 03 de julho de 1995, como Terra Indígena de posse imemorial e tradicional dos grupos indígenas tikuna e kokama, está incluída nos domínios territoriais desse município (FUNAI, 1995).

Uma região banhada pelo Rio Amazonas que ocupa a porção sudeste do município de Anamã, localizada próxima a confluências dos Rios Purus e Solimões, de biodiversidade

variada, cercada de rios e lagos que são fundamentais para a sobrevivência das populações que ali habitam. Sua distância em linha reta, em relação à sede do município de Anamá, é de aproximadamente 14 quilômetros, limitando-se: ao norte com o município de Anori/sede – a uma distância de 21 quilômetros em linha reta; ao sul, Beruri/sede com 29 quilômetros em linha reta; ao leste, Manacapuru/sede a 105 quilômetros também em linha reta. (GOOGLE EARTH, 2020).

Segundo a FUNAI (1995), a Terra Indígena (TI) da ilha do Camaleão é uma porção do território nacional, que após regular processo de administração e homologação por Decreto Presidencial, passou aos cuidados dos indígenas tikuna e kokama para assim proverem suas atividades produtivas, culturais e desenvolverem seu bem-estar social, segundo seus usos, línguas, costumes e tradições.

1.3.2 Ilha do Camaleão/Anamá: comunidades



Organização: CAZUZA, R. da S.; CAVALCANTE, D. G.

Fonte: Base de dados - FUNAI (1976), Google Earth (2020), IBGE (2017) e trabalho de campo (2019), DATUM SIRGAS 2000, Sistema de Coordenadas UTM, Zona 20M.

Segundo relatos dos mais velhos, desde a chegada das primeiras famílias indígenas à ilha do Camaleão até os dias atuais, a relação entre indígenas e não indígenas não é muito confortável. Para eles há muitas negatividades nessa instável convivência. Nesse processo de constante deslocamento de pessoas de um lugar para outro – aldeia indígena/comunidade não indígena/aldeia indígena/cidade – é importante perceber como esses grupos étnicos interagem, bem como qual grau de nocividade é gerado por essas trocas culturais e linguísticas dentro da

ilha. Em outras palavras, é perceptível que entre os grupos humanos que habitam esse local há inúmeras diferenças culturais que são refletidas na própria formação territorial das comunidades indígenas e não indígenas, pois diferenças e fronteiras são construídas e evidenciadas sociolinguisticamente nos próprios grupos étnicos, levando a construções equivocadas de etnocentrismo, discriminação e preconceitos.

Durante os trabalhos de campo, ouvimos em entrevistas ou conversas informais relatos e falas acerca de conflitos oriundos da invasão de suas áreas de pesca e lagos. E isso nos leva a refletir o quão importante para o indígena em ter sua reserva demarcada e assegurada a sua sobrevivência. Assim como bem diz o artigo 231 da Constituição Federal (CF) §2º, as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas destinam-se à sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes (BRASIL, 1988). Isso significa que a territorialidade funciona como forte fator de identificação, bem como uma inegável arma de ampla defesa e força para os aldeados que dependem daquele espaço geográfico para sua organização social, atividades produtivas, manutenção de seus costumes, línguas e tradições.

Na ilha do Camaleão, existem quatro comunidades indígenas, sendo duas tikuna – São José I e Eware – e duas kokama – Bom Jesus e Santa Luzia. Há também nesse mesmo espaço geográfico, quatro comunidades de ribeirinhos que convivem com os indígenas. Essas comunidades foram se formando ao longo dos anos e abrigam pessoas vindas de outras regiões de Anori, Beruri, Rio Solimões e Purus. São elas: Nova Esperança, Nossa Senhora do Livramento, Divino Espírito Santo e São José II. De acordo com antigos moradores, a configuração comunitária da ilha sofre muito com o fenômeno das “terras caídas” que ocorre nas margens do Rio Amazonas, principalmente nas áreas de várzeas, causando a erosão fluvial e deslocamento do solo que ficam nas margens dos rios. Para os moradores são frequentes os deslizamentos, escorregamento, desabamento e desmoronamento de terras. E o resultado dessa ação erosiva nas margens do rio é preocupante para os moradores da ilha, pois esse fenômeno das “terras caídas” gera grandes problemas para o meio ambiente e o social. É como se a estrutura social das comunidades fosse se modificando por conta da alteração na paisagem geográfica, levando os comunitários indígenas e não indígenas a se adaptarem para as novas configurações da ilha: comunidades que antes ficavam em um espaço geográfico são obrigadas a irem para outros.

Em um ambiente que permanece submerso por quatro a cinco meses durante o ano, os indígenas sempre têm buscado estratégias para manter sua permanência nessa planície

inundada. Durante as pesquisas de campo foi nos relatado por moradores que, desde os primeiros moradores, umas das principais problemáticas da ilha sempre foi a busca da capacidade adaptativa a esse ambiente que sofre com suas constantes alterações.

Boa parte dos indígenas da Ilha do Camaleão são agricultores e pescadores. E usam as várzeas, que são terras ricas em matéria orgânica, para laborar suas plantações. Geralmente, a agricultura praticada é a de subsistência, tendo como ênfase culturas de ciclo curto, adaptáveis à sazonalidade das águas. As culturas mais comuns na ilha são mandioca, macaxeira, milho, feijão e melancia que servem para consumo interno dos comunitários. O excedente do que produzem é trocado ou comercializado entre as famílias ou vendido na cidade de Anamã. Há ainda pequenas criações de porcos, galinhas e patos usados para o consumo próprio das famílias. Todavia, a pesca é atividade proeminente entre eles, já que é o único meio de obtenção de renda tanto na cheia quanto na seca. O peixe é fonte nutritiva essencial no hábito alimentar dos amazonenses e passa a ser um produto que se expande acerca das necessidades dos consumidores tanto da ilha quanto dos centros urbanos. Para realizar a atividade pesqueira os indígenas usam canoas a remo ou movida a “motores rabeta” e utensílios como anzol, linha de pesca, espinhel, tarrafa e malhadeiras de pequeno porte.

Ainda é pertinente nessa caracterização da ilha do Camaleão e suas comunidades, a observação de que em 1995, data da homologação deste local como TI (terra indígena), a área demarcada era de 236 ha. Hoje, é visível que o fenômeno das “terras caídas” alterou drasticamente essa configuração, tornando as dimensões oficiais passíveis de revisão, já que o perímetro destinado às populações indígenas não é mais o mesmo. Além disso, o processo erosivo uniu as duas ilhas: Purus e Ilha do Camaleão.

1.4 As relações dos tikuna da aldeia São José I e a sociedade envolvente

FIGURA 05: Reunião de lideranças indígenas, professores e Semed-Anamã



Fonte: Elenusa Teles – Trabalho de campo, 2019.

Bonifácio (2019, p.42) diz que a atuação de vários atores sociais ao longo da história de contato com os tikuna – seringalistas, empresários, madeireiros, comerciantes, o Estado, missionários de diferentes confissões religiosas – gerou diversas representações, propostas e ações para os povos indígenas e as terras que habitavam. Segundo a autora, de um lado, foram-lhes impostas novas relações com o território que tradicionalmente ocupavam e, de outro, novas condutas, novos costumes e aprendizados, direcionados sempre na tentativa de subjugar as tradições culturais e linguísticas do povo tikuna, tendo como ferramenta opressora a imposição da língua portuguesa. Na figura 05 há um bom exemplo do intenso fluxo de contato entre os aldeados da aldeia São José I e instituições governamentais do município de Anamã.

Ao analisarmos, os relatos de alguns aldeados, ocorridos durante as entrevistas no trabalho de campo, perceberemos que nas últimas décadas o contato entre os indígenas aldeados da aldeia São José I e a sociedade envolvente intensificou. Segundo o Senhor “Guto” e “dona Maria”, esse contato tem aumentado por diferentes influências:

[...] As comunidades da ilha está perto da cidade. E isso faz com que meu povo se vá muitas e muitas vez entre aldeia e a sede de Anamã, Beruri, Anori e Manaus. [...] Esse ida nas cidades é pra resolver problema de documentação nos banco, tratativas de documentação na FUNAI, busca de atendimento de serviços de saúde e estudos mais melhor pros professores indígenas. [...] O que nos deixa triste é que para isso tem que falar sempre o tal de português nas cidades. E ele acaba vindo também pra dentro de nossas aldeias, das nossas casa, das nossas falas, da nossa vida. E nós tem que aprender a lidar com isso, pois sem esse língua português nós não pode viver [...]” (LIDERANÇA “GUTO”, 2019).

Então com base nessa afirmação, entendemos que o uso linguístico da comunidade São José I está vinculado ao contexto social do qual o falante faz parte. Uso determinado, em muitos casos, pelo contato constante com populações não indígenas em suas relações sociais, econômicas, religiosas e culturais.

É importante também deixar registrado que esse relacionamento interétnico entre os tikuna da aldeia São José I e a sociedade envolvente nem sempre foi amistoso. Do início de 1912 até meados dos anos 80, a servidão coletiva passou a assolar essa relação. Segundo os relatos de dona Maria, apoiada nas narrativas de seus antepassados, seu povo vivia uma relação de vassalagem com seus patrões. Isto é, uma relação econômica de subserviência para com o patrão que funcionava como uma espécie de prisão. Essa cadeia interminável ocorria quando o patrão fornecia determinado crédito ao indígena. Daí em diante, aquele indígena mantinha fidelidade total ao patrão, sendo obrigado a produzir bens para quitar a dívida que nunca terminava. Barboza (2015) usa para definir essa relação de “sistema de patronagem”.

Segundo a autora, nesse sistema, embora o indígena não fosse submetido forçosamente a fazer parte dele, era perceptível a carga de servidão e escravidão imposta por seus patrões.

E nesse trabalho, relatos dessa contundência ajudam na compreensão de algumas escolhas feitas pelos tikuna que moram na ilha do Camaleão, pois mesmo com o passar do tempo, o desrespeito a sua cultura e a sua língua, denotam a percepção de que ainda continuam a ser vistos como subalternos, ocupando uma escala social de inferioridade, em que o não indígena atua com supremacia cultural e o indígena passa a aceitar essa imposição, sendo o dominado. Isso se justifica nos programas sociais impostos na aldeia, na negação da língua tikuna no currículo da escola, no não desenvolvimento de projetos que valorizem a cultura e a arte desse povo. A impressão que se tem observado em inúmeros trabalhos de campo, junto a essa comunidade indígena, é que em cada ação governamental desenvolvida na aldeia, predomina sempre a vontade e o interesse da sociedade envolvente. É como se nunca tivesse terminado a subserviência aos patrões. E hoje essa vassalagem é submetida ao Estado e seus interesses particulares estabelecidos em políticas sociais distorcidas, planejamentos educacionais descontextualizados e subversivos, programas de saúde e saneamento básico insuficiente, dentre outros.

1.5 A cultura tikuna na aldeia São José I

FIGURA 06: Artesanatos tikuna confeccionados na aldeia São José I



Fonte: Elenusa Teles – Trabalho de campo, 2019.

Para Soares (2017), o povo tikuna tem em sua percepção a ideia cosmológica de que o mundo é sagrado, povoado por seres mitológicos vivos. Isso os leva a cuidar e proteger de todos os habitantes da natureza, por acharem que essas figuras míticas estão representadas nesses seres. Segundo a escritora, esse povo se considera o guardião da natureza que o criador e seus antepassados lhe entregaram. E para manter essa chama sempre viva, buscam nos benzimentos, cânticos, danças, rituais, pinturas corporais, músicas e artesanatos a forma de demonstrar carinho e respeito à natureza.

Para os mais antigos da comunidade São José I, as histórias contadas por seus ancestrais são sagradas e merecem todo respeito, pois, mesmo sendo entendidas por muitos como lendas ou mitos, elas representam o patrimônio coletivo do povo Tikuna, uma vez que evidenciam a percepção cosmológica de entender o mundo e as coisas que nele existe. Então podemos dizer que as narrativas históricas para os tikuna são elementos intangíveis que constituem um conjunto de saberes, tradições, técnicas, hábitos, comportamentos, costumes, modo de agir e fazer na comunidade.

Para evidenciar o quão importante é o patrimônio cultural transmitido entre gerações para os tikuna, o senhor “Guto”, em um diálogo informal, ocorrido durante a pesquisa de campo, afirmou que antigamente essa espiritualidade presente na mitologia de seu povo servia para sustentar suas vidas, seus trabalhos, seus projetos, suas roças, suas pescas, suas festas e a educação de seus filhos. Uma riqueza cultural que variava desde as práticas de rituais, cerimoniais, disciplina social, valores éticos e morais até mesmo a maneira de se alimentar e ingerir determinados chás que serviam para a cura de males espirituais e físicos. Nessa conversa, ele me disse que ouvia muitas histórias de seu finado pai. Dentre muitas narrativas, uma me chamou a atenção, De acordo com o cacique:

“[...] Eware é um lugar muito bonito *pra nós*. É sagrado prá nós povo tikuna. É canto cuidado pelos bichos e os espíritos dos que já morreram. *Lá as planta é sempre crianças e a vida sempre está e nunca falta*. [...] Tudo tem em muita quantidade, mas precisa ser usada com respeito e amor *né, prá nós índio* a natureza é alma do tikuna. Cada animal ou mata que *vive no floresta* tem valor *prá nós* e merece cuidado. *Se nós não respeita a mata como iremos viver. Ela é casa dos animal* e o lugar donde tiramos tudo. A natureza é um dom de Deus e todos os seres tem que ter amparo de amor e de proteção. E toda *nossa danças*, cantos, dancas, rituais, benzimento, bebidas, alimentos, *serve pra sempre está mostrando pra nós né* que *devemos muito pros animal e a mata*. E que tudo é criação de Deus. [...]” (LIDERANÇA “GUTO”, 2019).

O que mais foi perceptível, durante o trabalho de campo, é que a produção artística da aldeia tikuna São José I parece viver uma eterna batalha pela resistência e afirmação de sua identidade. A impressão é que a valorização dessa rica cultura está restrita aos mais velhos ou a pequenos grupos isolados de professores indígenas e líderes comunitários. Além disso, observamos na comunidade São José I, que entre alguns indígenas da aldeia, a religião evangélica está muito presente entre eles, sendo a prática de cultos evangélicos comum na cultura dessa aldeia. De alguma forma, certamente os deuses mitológicos estão dando lugar ao Deus dos não indígenas e por isso não se torna mais interessante manter viva a chama das narrativas míticas.

Um das atividades observadas, durante os trabalhos de campo, que ainda mostram a arte tikuna que resiste na comunidade é a confecção de cestos, peneiras, paneiros e tipitis (conforme figura 06), cuja criação cabe às mulheres. Segundo os mais velhos, a tecelagem é uma atividade ligada desde cedo à figura feminina que começa quando pequena, permeia a adolescência e se concretiza na fase adulta. Essa técnica de tecelagem, que ultrapassa gerações, usa na manufatura de tais objetos, duas plantas nativas da região: o “arumã” - um vegetal perene presente no bioma da região amazônica, com altura aproximada de 2,50 m, encontrada em áreas inundáveis, pântanos, beiras de rios e igapós – e o cipó "titica" ou “ambé” – espécie de plantas que vivem grudadas em galhos de árvores, que podem estar em terra-firme, na beira de igarapés ou pequenos rios, no meio da floresta.

As pinturas corporais tikuna, mesmo que em raras ocasiões, ainda sobrevivem na aldeia São José I. Somente em algumas comemorações festivas e escolares, elas aparecem e servem para determinar a que família ou clã o indígena pertence. Geralmente são confeccionadas a partir de elementos naturais como urucum e jenipapo. E cada grafismo simboliza um clã – de animais ou plantas -, sua identidade, grupo social e o estado civil do indígena. Por isso, segundo os mais velhos, há diferentes tipos de traços para crianças, adolescentes, jovens, solteiros ou casados.

FIGURA 07: Desenhos de crianças tikuna representando alguns clãs



Fonte: Vandercléia, 2014.

Nesse sentido, entendemos que as raras manifestações culturais ainda predominantes nesse espaço, simbolizam as relações mitológicas presentes nas ações do dia a dia, no trabalho, no tipo de alimentação, nos contatos sociais e nos entendimentos entre vida e morte. E que infelizmente, sem o devido cuidado, está ficando no esquecimento das crianças e dos mais jovens da aldeia tikuna São José I.

CAPÍTULO 2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Início este capítulo comentando o porquê da importância da metodologia escolhida em uma pesquisa científica. Assim argumento que é papel fundamental de uma pesquisa científica expressar clareza nos fundamentos expostos à sociedade acadêmica, justificando os motivos daquele estudo. E para tal é necessário um bom direcionamento metodológico. O passo a passo da metodologia adotada pelo pesquisador é imprescindível para que os objetivos pré-estabelecidos no projeto inicial do trabalho sejam atingidos. Somente a partir dessas escolhas, será possível sistematizar e colocar em prática os melhores métodos e procedimentos para uma eficaz coleta e interpretação de dados que servirão para compor os argumentos cruciais da temática pesquisada.

Para chegar a este propósito é necessário um método científico. Um conjunto de normas básicas que devem ser seguidas para a produção de conhecimentos, tendo a ciência como aporte para a pesquisa e comprovação de um determinado conteúdo. Nesse contexto, o trabalho em questão apresenta um conjunto de procedimentos metodológicos específicos selecionados e direcionados pelo pesquisador, tendo como ação primária a observação assistemática e sistemática de fatos, relatos de experiências, deduções lógicas, análises e comprovação científica dos resultados obtidos. É importante ressaltar a escolha dos métodos qualitativos e quantitativos para compreensão e interpretação dos fenômenos linguísticos, obtidos por meio de narrativas, diários, questionários abertos e fechados, entrevistas e observações, estudando as particularidades e experiências individuais dos indígenas tikuna da comunidade São José I que habitam a ilha do Camaleão, município de Anamá.

É importante salientar a diversidade de instrumentos científicos que o pesquisador tem ao seu redor e que cabe a ele as escolhas mais complacentes para ratificar os objetivos de seu estudo. Digo isso porque nesse trabalho uma das particularidades pretendidas, por meio de dados coletados, foi verificar se o uso da língua portuguesa, neste contexto, é um mecanismo linguístico favorável para o desenvolvimento social e econômico da comunidade; se a escolha da Língua Portuguesa como língua de instrução nas escolas da aldeia ignora ou nega as características culturais dos Tikuna, diminuindo paulatinamente o universo cultural desse povo, uma vez que é por meio desses conhecimentos passados de geração a geração que podemos acessar suas experiências vividas ao longo do tempo, a maneira de pensar, de sentir, de agir e de viver. Dessa forma, é necessário discernimento científico na aplicação dos questionários, olhar aguçado nas observações, imparcialidade nos relatos escritos, coerência

nas entrevistas e audições dos relatos de experiências dos participantes, sensatez na exegese de documentos e na análise dos resultados, para que a veracidade seja sempre preponderante nessa pesquisa, já que na descrição de um fenômeno linguístico, o trabalho com *corpus* é imprescindível, pois é por meio dele que será possível a descrição de todos os contextos nos quais uma expressão linguística pode ocorrer.

Simas (2013) afirma que a sensatez na análise dos fenômenos linguísticos possibilita o pesquisador compreender melhor a singularidade de cada povo e a relação cosmológica com a natureza e o mundo que o cerca. A língua como ferramenta de comunicação, compreensão e atuação no mundo possibilita a determinado povo realizar rituais distintos de passagens à vida adulta; celebrar o nascimento a sua maneira; organizar diferentes cerimônias religiosas e matrimoniais; fabricar remédios medicinais de forma peculiar; usar vestimentas de maneira única, valorizando certos artesanatos, penas e adereços.

Dessa forma, para investigar as relações entre as variáveis de uso da Língua Portuguesa dentro do contexto sociolinguístico na aldeia São José I, foram utilizadas duas ferramentas básicas de pesquisa: observação e inquirição. Com estes instrumentos buscou-se verificar o nível de utilização do português dentro dessa comunidade e se esse uso implica em modificações nos padrões culturais indígenas dos Tikuna aldeados.

As observações foram feitas in loco na comunidade São José I, desde o ano de 2012 quando iniciou o curso de formação inicial para professores indígenas, no qual era ministrante do componente curricular Língua Portuguesa. Essas idas e vindas aconteciam uma vez ao ano, sendo intensificada em meados de 2019, entre os meses de outubro a dezembro na área indígena pertencente ao povo Tikuna, localizada na ilha do Camaleão, município de Anamá-AM. E as inquirições foram realizadas com indígenas aldeados, que exerçam as mais variadas funções na aldeia. Para fazer parte desse estudo, o informante apresentou idade entre 18 e 65 anos, ser indígena aldeado e pertencente a etnia tikuna.

2.1. Instrumento de Pesquisa: Observação

No universo da Ciência a observação é elemento fundamental para a pesquisa, pois é a partir dela que serão delineadas as fases de um trabalho. A organicidade do fazer científico nasce dessas observações, sendo possível desses olhares uma melhor formulação da problemática, construção de novas hipóteses, definição de outras variáveis, coletas de dados mais significativas dentre outras. Observar é ver e ouvir com atenção, examinando criticamente pessoas, coisas, acontecimentos e fenômenos relevantes à pesquisa.

Cunha (2007, p.64) considera a observação como um método de investigação essencial e básico que pode ser utilizado como uma etapa para complementar outros procedimentos investigativos. Para ela, observar é o primeiro ato de fazer ciência.

Indubitavelmente, a utilização da observação como método investigativo nessa pesquisa científica foi importante para identificar os comportamentos dos indígenas aldeados no momento em que utilizam a língua portuguesa no seu cotidiano: nas reuniões comunitárias, nas assembleias, nas escolas, nos momentos de lazer e no contato com os não indígenas, em suas relações econômicas e sociais.

Diante da proposta inferida, seguindo os critérios da pesquisa etnográfica, funções e procedimentos de coleta de dados, foi necessário ir à comunidade várias vezes, panorama característico do estudo em questão, dialogar e interagir com as lideranças comunitárias locais, moradores mais antigos da aldeia, pescadores, agricultores, professores, gestores e pais de alunos, bem como acompanhar os encontros comunitários e assembleias ocorridas na Aldeia São José I. Para tanto foi conveniente sempre um olhar perspicaz, durante a pesquisa de campo, já que essas observações foram fundamentais para elucidar questionamentos sobre algumas hipóteses levantadas.

Em várias literaturas sobre metodologia científica é comum catalogar a observação em categoria assistemática e sistemática. Nessa pesquisa, ambas foram usadas, uma vez que a observação casual serviu de base para o planejamento sistematizado dos fenômenos linguísticos emergentes oriundos entre os participantes do estudo.

Para tal propósito, a observação sistemática (planejada, estruturada e controlada) inicialmente serviu para indicar quais informações realmente foram significativas ao estudo, sendo a base para indicar e limitar a área de observação, bem como quais os moradores da aldeia participaram da pesquisa e as formas metodológicas de duração das observações. Para Demo (1996), as observações dentro de uma pesquisa funcionam como uma espécie de atividade cotidiana que tem como base questionamentos críticos, sistemáticos e criativos da realidade. Já Gil (1999), afirmar ser um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico.

Nesse contexto, o objetivo básico da observação foi compreender como se desenvolve determinada atividade ou tarefa na aldeia São José I, levando em consideração as observações comportamentais e a análise de atividades dentro da temática estudada.

a) Observação Assistemática

Como já mencionado, o estudo já vem ocorrendo desde alguns anos, porém intensificado no ano de 2019, especialmente entre os meses de outubro a dezembro. E essas observações foram realizadas de forma casual e discreta para que os comportamentos observados fossem mais espontâneos e naturais. A princípio aconteceu de forma livre sem nenhum planejamento preambular, evidenciando ser um momento preparatório para as etapas iniciais do estudo, no intuito de conhecer mais peculiaridades da problemática pesquisada e definir melhor pressupostos.

Em um segundo momento, essa observação casual buscou uma postura mais taxológica e organizada. A intenção foi anotar todas as impressões sobre o que foi observado e realizar pequenos registros fotográficos e de vídeos, objetivando facilitar os próximos passos do trabalho: uma observação assistemática bem feita torna os caminhos futuros mais amenos.

Ao final dessa etapa de estudo, esse método assistemático de observação auxiliou na realização preliminar de levantamentos sobre o nível de uso da língua indígena e/ou portuguesa pelos aldeados da comunidade, além de indicar locais que, potencialmente, serviram de referenciais de coletas de dados linguísticos mais incisivos para a pesquisa: escolas, casas comunitárias, campo de futebol, casa do cacique, casa de aldeados e etc. Além disso, subsidiou dados para a preparação e organização da observação sistemática.

b) Observação Sistemática

Esse procedimento teve como base dados colhidos da observação assistemática. A partir dessas informações, buscou-se a fomentação de atividades adequadas para os grupos em estudo. Um planejamento organizado e estruturado para registros dos fenômenos linguísticos observados, que possibilitou o emprego de análises quantitativas e qualitativas.

Nesse direcionamento, a presente pesquisa utilizou a observação comportamental como observação sistemática. Segundo Moraes & Mont'Alvão (2003), os gestos e as posturas adotados fazem parte dos elementos de análise realizados pelo homem. Para eles é uma forma interessante para obter informações sobre a percepção ambiental e compreender comportamentos pessoa-ambiente. Outro procedimento utilizado foi a análise das atividades cotidianas dos comunitários. Sendo conveniente ressaltar que mesmo uma pessoa agindo sozinha numa atividade, ainda assim ela estará inserida numa comunidade, com características culturais próprias. Logo, esses objetos de observação foram significativos para mensurar opiniões, falas, ações e outras.

2.2. Instrumentos de Pesquisa: Inquirição

Indagar sistematicamente o utente sobre suas opiniões, concepções e postura diante a realidade que o cerca é fator vultoso neste tipo de procedimento científico de coleta de dados. Alguns autores dizem que dentro do cenário científico, inquirição é a ação ou efeito de inquirir, de indagar, de fazer perguntas, questionar. Uma averiguação minuciosa por meio da procura organizada de informações para suscetivelmente qualificá-las. Essa técnica, teoricamente, foi dividida em três categorias: entrevistas, questionários e escala de avaliação. Partindo desse pressuposto, optou-se em usar essas três formas de inquirição, neste trabalho, visando assegurar uma melhor eficácia na coleta de informações específicas junto aos aldeados da comunidade indígena tikuna São José I.

Tendo em vista que esses três tipos de inquirição necessitam de tempo e atenção dos inquiridos, a aplicação dessas ferramentas ocorreu in loco na comunidade tikuna com alguns aldeados selecionados. E de um universo de 121 aldeados, apenas 10 foram selecionados para fazer parte do estudo por apresenta idade entre 18 e 65 anos, ser indígena aldeado e pertencente a etnia tikuna.

a) Entrevistas

Segundo Gil (1999), a entrevista é um recurso em que o pesquisador se apresenta frente ao pesquisado e lhe faz perguntas e indagações, com objetivo de obtenção de dados que interessam à sua averiguação. As entrevistas são ordenadas de acordo com seu tipo de disposição. Essa disposição é definida pela rigidez lexical das palavras usadas nas questões e na determinação das ordens das perguntas. Nessa pesquisa pretende-se usar dois tipos de entrevistas com os indígenas aldeados da comunidade tikuna: informal e semiestruturada.

É importante frisar que a princípio a opção foi deixar o contato com os informantes o mais natural possível. Temáticas como origem da aldeia, cultura tikuna, vida na cidade, língua indígena, prática de esportes, pescarias e outras foram sendo contextualizadas e discutidas. Uma espécie de diálogo corriqueiro em que os aprendizados auditivos, visuais, sinestésicos afloram espontaneamente no ouvir, no falar, no sentir, no cheirar, associando imagens aos conteúdos conversados. Além disso, essa conversa simples trouxe inúmeras possibilidades de percepção acerca das características fonéticas e morfosintáticas do português indígena falado na comunidade. Já no caso da escolha por uma entrevista previamente estruturada, a intenção foi, ainda manter a espontaneidade do informante, porém com um roteiro elaborado de maneira prévia pelo entrevistador, sem descartar que novos questionamentos pertinentes a vida social da aldeia ou do informante fossem incluídos no decorrer do diálogo. Sendo um

bate-papo direcionado e, ao mesmo tempo, flexível para que entrevistador e entrevistado tivessem mais liberdade de se expressar de maneira mais espontânea.

Cunha (2007, p.72) também defende a premissa de que a entrevista informal tem como peculiaridade a analogia como uma simples conversa entre duas pessoas. Em outras palavras, caracteriza-se por um tipo de entrevista que não se aprofunda tanto na estruturação, uma vez que a ordem das perguntas e o vocabulário serão utilizados de maneira bem livre. Muitas vezes, ocorrendo casualmente sem marcação prévia de hora ou lugar. O objetivo fundamental foi levantar as problemáticas e reunir dados iniciais para o estudo em questão. Nesse trabalho, essa informalidade proporcionou ao entrevistado uma postura mais descontraída e espontaneamente, podendo trazer à tona questionamentos que não haviam sido levantados ainda pelo pesquisador. Como a cultura indígena é alicerçada na oralidade, esse tipo de abordagem traz bons resultados, já que deixa o falante à vontade. E a intenção pretendida foi justamente transformar conversas corriqueiras e descontraídas em ferramentas adequadas para fazer levantamentos culturais, sociais, linguísticos, econômicos e atitudinais dos indígenas, permitindo ao entrevistado expressar-se livremente.

Do mesmo modo, Cunha (2007, p.73) ressalta que a entrevista semiestruturada, previamente organizada por um roteiro inicial de perguntas, poderá trazer mais celeridade à pesquisa. Esse tipo de procedimento foi útil em muitos momentos, pois proporcionou que todos os entrevistados fossem indagados com as mesmas perguntas, possibilitando possíveis alterações na ordem da questão quando o pesquisador achou conveniente e interessante. Assim como permitiu ao pesquisador adequar, quando necessário, o linguajar (vocabulário) e a estrutura das frases, ao perceber que o entrevistado não dominava as expressões linguísticas da maneira como foram formuladas.

O que se buscou alcançar com a entrevista semiestruturada junto a alguns aldeados da etnia Tikuna da Aldeia São José, situados na ilha do Camaleão, município de Anamá, foi colher impressões sobre o uso da Língua Portuguesa e/ou Língua Tikuna na comunidade, solidificando ou reestruturando alguns dados colhidos anteriormente, afirmando ou negando alguns pressupostos observados sobre o futuro linguístico dos indígenas que habitam aquela aldeia. Serviu também para resgatar aos pesquisados algumas impressões e debater o assunto sobre a política linguística adotada pela comunidade e/ou escola na utilização do português ou língua indígena.

É importante ratificar a literatura grafada no capítulo 01, página 26 desse trabalho, acerca da Chave de Transcrição utilizada para registro das entrevistas. Dessa forma, o presente estudo seguiu os direcionamentos da chave de transcrição desenvolvida e utilizada

no *Vertentes do Português Popular do Estado da Bahia*. Ao escolher esse procedimento, optou-se como critério básico o registro dos fatos linguísticos observados na fala do informante, levando em consideração as marcas específicas do seu dialeto, tanto no nível fônico, quanto no morfossintático. Isso inclui ausência de concordância verbal e nominal, preposições, complementizadores, quebra no encadeamento sintático dos enunciados e outros. E isso facilitou muito o trabalho, já que possibilitou o registro das peculiaridades contidas nas falas do português indígena usado por muitos na comunidade São José I.

b) Questionários

Cunha (2007, p.70) define questionário como “técnica de investigação com um número razoável de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo como intuito o conhecimento de opiniões, crenças, sensações, desejos, perspectivas, anseios, situações de experiências dentre outras”. Em outras palavras, conjunto de questões elaboradas previamente com objetivo de investigar valores e vivências individuais e coletivas.

Com base nessa afirmação, os questionamentos pretendidos foram confeccionados e organizados de acordo com as finalidades da pesquisa. Para uma melhor eficácia no uso dessa técnica de investigação, as perguntas aconteceram de duas maneiras: abertas e fechadas. No modelo aberto, os questionamentos foram apresentados de tal forma que o informante tivesse a liberdade de responder sem restrições aos seus posicionamentos. Os pontos de vista dos respondentes foram mantidos, deixando-os livres para expressar suas opiniões a respeito do que foi indagado.

Já os questionamentos fechados foram aqueles em que o respondente escolheu entre as alternativas fornecidas pelo questionário. Esse tipo de procedimento ofereceu um leque de alternativas para a resposta e o pesquisado escolheu dentre elas a que melhor representava seu entendimento sobre o indagado.

Os questionamentos foram utilizados, nesta pesquisa, na escala de avaliação por meio de perguntas no intuito de conhecer o perfil do respondente como sexo, faixa etária, nível de escolaridade, função na aldeia, tempo de moradia no local e etc. Além disso, os questionamentos por escala de avaliação foram imprescindíveis nas indagações linguísticas, já que a pesquisa teve como foco central a utilização do português na comunidade tikuna São José I. Nesse prisma, as perguntas foram pertinentes para avaliar níveis de bilinguismo dentro da aldeia e se esse viés existente entre português e o tikuna é favorável ou não para os aldeados dessa comunidade.

Para esse trabalho foram confeccionados quatro tipos de questionários específicos, no intuito de obter informações acerca do uso da língua tikuna ou portuguesa na comunidade em estudo. O primeiro e o segundo (“Questionário de Proficiência e Uso de Línguas”) buscaram investigar as facilidades linguísticas em português e tikuna, enfatizando o uso das línguas de acordo com o domínio social, nas relações com indígenas e não indígenas, dentro e fora da comunidade. O terceiro (“Uso Oraís de cada língua na comunidade”) procurou examinar as principais situações de interação linguística oral que acontecem na comunidade, identificando, em cada uma delas, a língua que é empregada, o local em que isso acontece e a circunstância ou contexto que favorece ou exige o uso de uma ou outra língua. Os três foram aplicados a sete informantes: dois anciãos, um pescador, dois agricultores, um aluno e um agente comunitário. Já o quarto questionário (“Questionário para levantamento preliminar de dados sociolinguísticos sobre a comunidade Tikuna da Ilha do Camaleão”) verificou questionamentos acerca da situação educacional dos aldeados: ambiente escolar, quantitativo de professores, discussão curricular, ensino bilíngue, material didático intercultural e posicionamentos da comunidade quanto ao ensino escolar ofertado. Esse último foi aplicado para dois professores e um coordenador municipal de educação.

c) Escala de Avaliação

A **escala** de Likert segundo **Gil (1999)** permite **avaliar** o nível de concordância para uma determinada questão, variando de uma resposta mais negativa para uma mais positiva, sendo posteriormente apresentados em forma de tabelas ou gráficos. Para o estudo em questão, o uso da dessa metodologia foi de extrema importância, pois ajudou a pontuar opiniões e julgamentos dos respondentes em relação às variáveis do uso das línguas na comunidade. Esta pontuação ocorreu a partir da indicação da intensidade do entendimento por parte do utente sobre o assunto pesquisado. Assim podemos dizer que foi uma ferramenta valiosa para mensurar o julgamento dos respondentes sobre questões sociais, atitudes, opiniões e avaliações por meio de valores numéricos.

A ideia inicial na utilização dessa técnica foi utilizar os dez participantes in loco para que se sentissem mais seguros no preenchimento dos formulários, que fossem aldeados da aldeia São José I de idade entre 18 e 65 anos. O vocabulário foi simples e o número de indagações buscou ser complacente e não enfadonha. Após a entrega dos formulários, os dados foram repassados para uma planilha no sentido de analisar o conjunto de dados por meio de estatística básica e inferencial.

Ainda como procedimentos complementares, a pesquisa buscou auxílio à exegese de documentos, analisando em literaturas acadêmicas e oficiais informações pertinentes ao assunto em estudo. Teve como pontos importantes a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica é sempre conveniente na etapa inicial de todo trabalho científico. Em particular, ela foi preponderante para reunir informações e dados sobre a temática pesquisada, pois além de traçar um histórico sobre o objeto de estudo, também ajudou a identificar contradições e respostas anteriormente sobre a pesquisa. O levantamento bibliográfico foi feito a partir da análise de fontes secundárias que abordam, de diferentes maneiras, o tema sobre a língua tikuna e a língua portuguesa em comunidades indígenas que envolvam o bilinguismo. As fontes foram livros, artigos, documentos monográficos, periódicos (jornais, revistas etc.), textos disponíveis em sites confiáveis, entre outros locais que apresentam um conteúdo documentado.

Após a seleção do material, este foi lido, analisado e interpretado. E durante esse processo foram sistematizados e organizados em fichários com conteúdos que eventualmente foram usados como fundamentação para o trabalho.

A pesquisa documental ajudou na compreensão da conjuntura histórica, social e cultural da comunidade São José I, esclarecendo hábitos, costumes, tradições e comportamentos. Os documentos são ricas fontes de informação e para tal foram utilizados registros civis, cartas, decretos, leis, filmes, mapas, vídeos, blogs, e-mails, dentre outros, com a devida autoria cientificamente comprovada. Todos foram comparados, analisados e interpretados, contribuindo de forma positiva com a pesquisa.

Pesquisas qualitativas e quantitativas usam cada vez mais as análises textuais. Seja partindo de textos já existentes, seja produzindo o material de análise a partir de entrevistas e observações. Nesse sentido, a seguinte pesquisa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga, a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação.

Por fim, é importante para este estudo comentar sobre a etapa de organização dos dados coletados e assim, com as informações obtidas, responder aos questionamentos que deram início à pesquisa. De cunho etnográfico e qualitativo esse estudo se preocupou em entender os motivos e os fenômenos linguísticos dos aldeados da comunidade São José I quanto ao uso da língua portuguesa como primeira língua, buscando compreender os porquês dessa escolha. Por esse motivo, a pesquisa preocupou-se basicamente com os aspectos da realidade da aldeia, centrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais e linguísticas dos indígenas que habitam essa comunidade.

Nessa esteira, as informações coletadas foram selecionadas e analisadas no sentido de ajudar a aldeia tikuna São José I a direcionar as melhores estratégias para construção de uma política linguística que seja adequada ao bem-viver social de toda comunidade. Todas as informações foram tratadas por meio da interpretação qualitativa das entrevistas, das observações, das questões abertas em questionários e das respostas obtidas dos entrevistados.

Como observador e assessor pedagógico, participei de várias reuniões acerca da construção do Projeto Político Pedagógico da escola da aldeia. Esse encontro contou com a participação de vários comunitários, lideranças locais, professores, alunos e técnicos da Semed-Anamã. Dentre as questões mais pertinentes, a inclusão da língua indígena no currículo da escola foi o ponto mais discutido. Minhas observações também ajudaram a entender que, apesar da língua portuguesa assumir a função de primeira língua, ainda há entre os moradores o desejo de uma educação intercultural e bilíngue. Todas essas informações contribuíram na compreensão de que é necessário mais esclarecimentos linguísticos sobre o uso das línguas tikuna e portuguesa na comunidade.

Já as entrevistas trouxeram informações relevantes sobre a existência de prováveis conflitos entre os comunitários - geração dos mais jovens e os idosos - acerca do uso da língua portuguesa e a língua tikuna. A fala de uma liderança local chamou atenção para o uso da língua indígena como forma de identidade tikuna. Por outro lado, um entrevistado mais jovem não discorda que seria sim uma forma de afirmação de identidade étnica e cultural, mas que não há sentido em aprender uma língua que alguns indígenas sentem vergonha em usá-la.

Do mesmo modo que as respostas obtidas nos questionários ajudaram a confirmar algumas hipóteses suscitadas nesse estudo. Perguntas como facilidades linguísticas em português e tikuna, uso das línguas de acordo com o domínio social, uso das línguas nas relações internas e externas da comunidade, usos orais de cada língua na aldeia apontaram uma clara opção pela língua portuguesa e um forte desprestígio pela língua indígena.

Portanto, a metodologia aqui apresentada teve como finalidade observar fatos e fenômenos da maneira como ocorrem na realidade da aldeia tikuna São José I, por meio da coleta de dados. Informações estas que foram analisadas e interpretadas, objetivando compreender e explicar a problemática que é objeto de estudo da pesquisa. Uma pesquisa inserida no campo da Linguística Aplicada, de cunho etnográfico, com a perspectiva do estudo de casos acerca da utilização da língua portuguesa pelos indígenas da aldeia tikuna em questão.

CAPÍTULO 03. REFERENCIAL TEÓRICO

Todo ser humano usa sua língua para expressar seus sentimentos, desejos, sonhos e emoções. Com esse instrumento linguístico podemos descrever o mundo que está à nossa volta, narrando ou dando nome a tudo que existe. Por isso a língua é uma forte ferramenta que permite aos povos passar de geração a geração a maneira de viver em sociedade, enfatizando seus costumes, suas crenças, tradições, rituais... (OLIVEIRA, 2000).

No Brasil, a diversidade linguística é muito latente e rica. Aqui convivemos com idiomas árabe, japonês, alemão, francês, inglês, libras e outros. Segundo dados do IBGE (2010), o país apresenta um quantitativo de 274 línguas indígenas. E o estado do Amazonas, considerado a entidade federativa que abriga a maior população indígena do país – cerca de 180 mil indígenas – possui, em seu contexto linguístico, um universo de 29 línguas indígenas faladas, evidenciando assim a diversidade linguística presente no estado, estabelecida por três famílias do tronco tupi, além de contar com mais doze famílias que agregam 47 línguas (RODRIGUES, 1986).

Nesse universo social e linguístico diversificado vivido por inúmeras aldeias indígenas, destaca-se, no país, a Língua Portuguesa como língua majoritária da nação brasileira. Apresentada nessa pesquisa como a língua usada pela comunidade indígena tikuna São José I, localizada na Ilha do Camaleão/Anamã-AM, para sua sobrevivência ao longo do tempo. Pois segundo o RCNEI (1998, p.121):

As relações socioeconômicas têm revelado aos grupos indígenas a necessidade de aprender a língua majoritária do país. Tornou-se necessário saber essa língua para compreender as normas do mercado de consumo, as relações de trabalho, as regras de escoamento de produção e as negociações de forma geral, diminuindo, dessa maneira, o desequilíbrio que se verifica, nessas situações, pelo pouco domínio da língua oficial. O conhecimento da língua portuguesa permite que as populações indígenas conheçam o funcionamento da sociedade envolvente e, ainda, que elas tenham acesso a informações e tecnologias variadas. (BRASIL, 1998, p.121).

Em outras palavras, a língua portuguesa além de ser um instrumento de defesa de seus direitos legais, econômicos e políticos, representa aos povos indígenas uma forma coerente para ampliação de conhecimentos e reconhecimento cultural, já que dominar a fala e a escrita do português torna-se um canal importante de relacionamento com outras culturas e afirmação política com a sociedade envolvente.

A realidade vivida pelos indígenas no estado do Amazonas, com relação à língua portuguesa, difere de aldeia a aldeia, devido à localização e a história de cada uma. No caso

da aldeia São José I, pertencente ao povo Tikuna - fluente em sua língua indígena -, os aldeados que ali habitam vivenciam duas situações peculiares quanto ao uso da língua portuguesa. A primeira, e mais rara, evidencia que embora falando apenas português, alguns entendem pouco a língua tradicional de seu povo, porque convivem com pessoas mais velhas que ainda a conhecem, porém usam pouco ou raramente. Com isso, o português assume a função de primeira língua dentro da comunidade, cabendo à língua tikuna o lugar de coadjuvante. A segunda, e mais preponderante, mostra que grande parte dos aldeados usa somente o português em suas falas e escrita. Fato observado na língua utilizada na escola e pelos comunitários nas assembleias, reuniões, festas, plantações coletivas e encontros religiosos. Evidentemente, a língua portuguesa assume a função de língua principal dentro e fora da aldeia. Inquestionavelmente, a literatura nos ressalta que, em contexto como este e sendo a vontade dos comunitários, é pertinente estudos e planejamentos linguísticos que possibilitem a inserção da língua indígena como língua de identidade (LI) nas discussões curriculares dos projetos políticos pedagógicos da escola indígena.

Braggio (2002) e Maher (2007) afirmam que há nas comunidades indígenas vários fatores que evidenciam as afirmações citadas anteriormente. Para as pesquisadoras, existem duas vertentes cruciais que podem favorecer a manutenção das línguas indígenas ou contribuir para seu desaparecimento em comunidades monolíngues ou bilíngues: os processos de escolarização estabelecidos em seus currículos e o modo como as línguas indígenas são neles considerados. Esse pensamento coaduna com as expectativas desse trabalho, ao trazer para a discussão como, em algumas aldeias indígenas, o ensino do português ganha tamanho prestígio entre os falantes, mesmo inserido, equivocadamente, atrelado à gramática do português usado nos currículos tradicionais das escolas da cidade. (GORETE NETO, 2005, p.27).

Paula (2018), em suas escritas, aponta caminhos contundentes sobre as possíveis causas das realidades linguísticas em comunidades indígenas. Segundo a autora:

O uso das línguas indígenas brasileiras pelos povos indígenas e pela população em geral sofreu um grande impacto com a expulsão dos jesuítas e o Diretório dos Índios editado pelo Marques de Pombal em 1758, no qual se proibia o uso das línguas indígenas, com objetivo de diminuir a influência da igreja na colônia. Aprender a língua portuguesa tornou-se, então, uma obrigatoriedade para os povos indígenas, fato que perdura até os dias atuais. Mesmo na Constituição Federal, o Artigo 210, §2º, preconiza que “o ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”. Ou seja, os povos indígenas também têm direitos de utilizar suas próprias línguas, mas é conferido à língua portuguesa um papel privilegiado nos estudos do ensino fundamental. (PAULA, 2018, p.26).

Então ao analisarmos a diacronia dos indígenas Tikuna do Alto Solimões, especificamente da aldeia Vendaval, em São Paulo de Olivença, até a ilha do Camaleão, podemos mensurar que esse grupo étnico poderia ter sido forçado, por várias circunstâncias, a abandonar sua língua indígena e adotar o português como língua padrão, em razão de sua situação econômica desfavorável, políticas educativas integrativas e várias outras pressões sociais discriminatórias. A língua indígena de um pequeno grupo de falantes vista como não detentora de prestígio, acaba ficando na invisibilidade, já que não se inclui nos padrões comunicativos públicos, assim como não representa nenhuma ascensão social de poder. (OLIVEIRA, 2000).

Bonifácio (2019) também contribui com esse estudo quando afirma que, no estado do Amazonas, o desenvolvimento da língua portuguesa, nas comunidades indígenas, se consolidou a partir da inserção da Amazônia nas atividades comerciais internacionais, por conta da extração de látex para produção da borracha no exterior. Tal fato trouxe para a região muitos nordestinos, falantes exclusivos de língua portuguesa que em busca de uma reorganização de suas vidas, passaram a manter relacionamentos matrimoniais com os indígenas, optando para seus descendentes uma escolarização unicamente em português. Essa afirmação da pesquisadora deixa ainda mais evidente à discussão aqui suscitada de que as escolhas linguísticas de uma comunidade giram sempre em torno dos motivos socioeconômicos de prestígio da língua portuguesa, trazidos por desastrosos projetos linguísticos governamentais, e, conseqüente, desvalorização da língua indígena como na aldeia tikuna São José I, ilha do Camaleão.

Dessa forma, entendemos que as escolhas feitas pelo grupo – seja de forma espontânea ou impositiva - voltadas para a relação entre língua e poder na comunidade, merecem ser compreendidas e analisadas como uma escolha de política linguística que melhor se adéqua às condições de sobrevivência em um determinado contexto. E esse contexto será significativo para consolidação de seus projetos societários de planejamento linguístico nos ambientes escolares e sociais das aldeias, tendo sempre em mente que a relação entre língua e sociedade não é estável e tranquila (CALVET, 2007).

Para Simas (2013, p.27) “a sociedade brasileira ainda tem no seu imaginário o indígena como sujeito falante de uma língua indígena, andando nu, morando na floresta e se alimentando de caça e frutos”. E essa visão, de alguma maneira, torna-se significativa para a implantação de planejamentos e políticas linguísticas voltadas para comunidades indígenas. A autora, pautando-se em dados do RCNEI, faz ponderações sobre o ensino e a aprendizagem para povos indígenas. Nessas falas ela evidencia que “parece ser uma obrigatoriedade

implantar o ensino de língua indígena em todas as escolas indígenas, mesmo nas escolas de grupos nativos que não falam mais sua língua ancestral.” Entretanto, a pesquisadora endossa seu comentário, afirmando que pensamentos assim fomentam um discurso burocrático e hierarquizado de resgate cultural, isto é, a língua enxergada mais como parte identitária da cultura indígena, e menos por sua utilização nas interações sociais das comunidades indígenas.

De acordo com RCNEI (2008, p.117), “uma das maneiras utilizadas por falantes de línguas dominantes para manter o seu poder linguístico é demonstrar desprezo pelas línguas minorizadas: é referir-se a elas como “gírias”, “dialetos”, línguas pobres” ou “línguas imperfeitas”. Isso faz com que os falantes passem a se envergonhar de suas línguas, passem a ter atitudes negativas em relação a elas, terminando por abandoná-las. E esse problema se torna mais incisivo quando seus falantes utilizam a língua portuguesa em ambiente que tradicionalmente antes não lhe era outorgada: como exemplo o ambiente familiar. Quando isso acontece, a língua indígena enfraquece porque perde forças e falantes: as crianças vão crescendo e falando português. (RCNEI, 2008). E não podemos deixar de comentar as práticas religiosas com suas oratórias, cânticos e rezas que fomentam cada vez mais a ascensão do português e a invisibilidade das línguas indígenas.

Nesse cenário de discriminação, pressão social e ambiguidade cultural que os aldeados tikuna da comunidade São José I, habitantes da ilha do Camaleão, foram convivendo pouco a pouco com mudanças em seus contextos linguísticos, tornando o português mais forte e, paulatinamente, desprestigiando a língua tikuna na fala dos comunitários. Segundo o RCNEI (2008, p.118):

Essas "invasões linguísticas", depois de algum tempo, podem fazer com que uma língua indígena acabe desaparecendo. Ela desaparece porque deixa de ter razão de existir. Desaparece porque já não serve para quase nada, porque já não tem mais funções importantes dentro da aldeia. É importante ressaltar que, de um modo geral, a perda de uma língua indígena se dá tão rapidamente que seus falantes quase nunca percebem o que está acontecendo. É bastante comum que num espaço de apenas três gerações uma comunidade, antes monolíngue em língua indígena, se torne bilíngue (português/língua indígena) e depois volte a ser monolíngue novamente: só que desta vez, monolíngue em língua portuguesa. (BRASIL, 2008, p.118).

Portanto neste capítulo, ressaltamos pressupostos acerca de influências e pressão social, econômica, política e cultural, sofridas por grande parte das comunidades indígenas, na escolha de um sistema linguístico, nos mais variados contextos: monolíngues, bilíngues ou multilíngues. Dessa forma, a discussão aqui exposta coaduna ou diverge para as variantes que determinam ou não a língua indígena como L1 ou L2, bem como a língua portuguesa. Para essa análise, a pesquisa usa como base a comunidade indígena tikuna São José I, situada na

ilha do Camaleão, município de Anamá/AM, que impulsionada por muitos fatores usa a língua portuguesa como instrumento comunicativo padrão na escola, nos livros didáticos, nos atos religiosos, nas reuniões comunitárias, nas transações comerciais, no contato com os não indígenas, dentre outras.

3.1 Alguns conceitos acerca das línguas indígenas na Linguística Aplicada.

No transcorrer dessa pesquisa, alguns conceitos vêm sendo usados como base para o entendimento de questões relacionadas ao uso das línguas em comunidades indígenas. Dessa forma, é pertinente o esclarecimento de expressões como bilinguismo, multilinguismo, plurilinguismo, monolinguismo, língua um (L1) e língua dois (L2), com o objetivo de explicitar determinados conceitos, utilizados pela Linguística Aplicada, a partir de estudos bibliográfico e documental, visando contribuir na compreensão de que o Brasil é um país bi/multilíngue e que as políticas linguísticas vigentes necessitam caminhar no sentido de reconhecer a diversidade cultural e linguística dos cidadãos brasileiros. Nesse sentido, essas explanações serão congruentes nos estudos das representações do uso das línguas nos mais variados contextos, levando em conta as complexas relações – de poder - entre as línguas e a sua exterioridade histórico-social (FOUCAULT, 2004). Isso evidencia posicionamentos voltados para a relação entre língua majoritária e línguas minoritárias, ou seja, as línguas indígenas e a língua portuguesa em ambientes comunicativos nada paritários, em que por questões de prestígio, uma língua sobrepõe-se sobre as demais.

Todavia é interessante ressaltar que a definição de bilinguismo, ao longo do tempo, passou a ser uma tarefa nada fácil. De acordo com a etimologia da palavra, considerando a origem latina *bi-linguis*, bilíngue é quem fala duas línguas. Sendo o significado de “*bi*” dois e “*linguis*” língua. A princípio, o termo bilíngue encontrava-se fortemente enraizado no nível de proficiência demonstrado no domínio de duas línguas. Para Bloomfield (1935) o sujeito bilíngue é aquele que demonstra alto controle nativo em duas línguas. Já para Weinreich (1953), bilíngue é quem usa duas línguas de forma alternada. No entendimento de Grosjean (1989), o sujeito bilíngue é aquele que faz uso de duas línguas no seu dia a dia, em diferentes contextos, usando-as de forma conveniente ao discurso estabelecido pelo emissor/receptor. Para ele, os bilíngues vão usar alternadamente suas línguas de acordo com o tipo de interlocutor, o contexto, o objetivo comunicativo e outros. Baker (2006) também endossa esse estudo ao afirmar que é necessário buscar formas para caracterizar o indivíduo como bilíngue ou não. Para o autor é necessário considerar as seguintes dimensões

: habilidade, uso, duas línguas balanceadas, idade, desenvolvimento, cultura, contexto e bilinguismo eletivo (bilinguismo circunstancial).

Dessa maneira, esse trabalho de pesquisa considera bilíngue qualquer usuário de línguas, independente do nível diferenciado de proficiência, já que um falante pode ter maior domínio de uma língua numa etapa da vida que exija esse uso e, em outra etapa, pode ser propício à utilização de uma nova língua. E isso caracteriza bem o monolinguismo em língua portuguesa apresentado pela comunidade pesquisada. De acordo com os dados coletados, hoje a maioria é falante de uma língua que originariamente não é sua, porém com grande possibilidade, se assim o quiserem, de se tornarem bilíngues, pois ainda há um pequeno grupo de falantes de tikuna na aldeia.

Outros termos que abordaremos neste texto se referem ao multilinguismo e plurilinguismo. Segundo Gass e Selinker (2008), alguns teóricos acabam incorporando o termo bilinguismo à noção de multilinguismo/plurilinguismo. Porém, Ribeiro-Berger (2015), explicita que o termo “multilíngue” refere-se à coexistência de diferentes línguas em dada sociedade ou espaço geográfico, enquanto o termo “plurilíngue” remete ao uso de várias línguas por um indivíduo. De forma geral, entendemos que os conceitos de multilinguismo e plurilinguismo são dados ao contexto coexistente de uso de várias línguas e falares, cogitando tanto o aspecto individual quanto coletivo, sendo, por esse entendimento, mais amplo que o bilinguismo. Ainda é adequado explicitar que a diferença entre esses dois termos pode ser compreendida como uma questão etimológica - *pluri* denota “vários” e *multi* “muitos”-, ou didática, já que, da perspectiva das políticas linguísticas, afirma-se que a área geográfica é multilíngue e um indivíduo é plurilíngue. O certo é que no contexto da aldeia tikuna indígena São José I, Ilha do Camaleão, Anamã/AM, são os falantes que constroem o quadro social e linguístico da comunidade. E mesmo de forma inconsciente, favorecem o direcionamento das escolhas por esse ou aquele sistema comunicativo que melhor serve aos seus anseios societários.

E por fim, trataremos dos conceitos de monolinguismo, língua um (L1), língua dois (L2) e língua adicional, levando em consideração que o pensamento de unificação de uma língua, de um território e uma comunidade de fala, proporcionou o surgimento da concepção língua oficial de uma nação, ocasionando a invisibilidade e a marginalização das línguas locais existente no país. Segundo Luz (2009), ao oficializar apenas uma maneira de escrever e falar em uma língua deixa-se na escuridão as demais, assim como a cultura, os costumes e as tradições expressa por seus falantes. E nessa esteira, o Estado Brasileiro reconhece apenas a língua portuguesa como oficial e desconsidera a rica diversidade linguística existente no país.

Mas para explicitar o que a pesquisa entende por monolinguismo, optamos por definir: a situação de uma comunidade em que é falada apenas uma língua ou o domínio de apenas uma língua por parte do falante. Já o termo língua materna ou primeira língua (L1), abordaremos como a forma preponderante utilizada pelos falantes em seus processos comunicativos. Necessariamente, chamamos a atenção que essa língua, geralmente, é a primeira que aprendemos em casa, por meio da família e conseqüentemente nos ambientes comunitários. Logo definiremos como L1: a língua da mãe, do pai, do outros familiares, da comunidade, adquirida por primeiro, da relação afetiva, do cotidiano, predominante na sociedade, de melhor status para o indivíduo, que ele melhor domina ou com a qual se sente mais à vontade (PUPP SPINASSÉ, 2006). E o termo segunda língua ou L2 refere-se ao segundo sistema linguístico de utilização importante para a comunicação e a integração social. Por fim, Klein (1995) considera a língua adicional como uma terceira língua aprendida pelo indivíduo. Para a autora, para que esta língua seja considerada como adicional é necessário que o falante a utilize com frequência e não somente a aprenda.

Nesse sentido, é necessário sempre entender a heterogeneidade presente em uma comunidade linguística. Entender que essa língua não é falada da mesma forma por todos os membros dessa comunidade, pois todos nos falamos uma variação de uma língua, seja ela indígena ou portuguesa. O importante é entendermos a complexidade da interação entre língua, cultura e sociedade, assim como as possíveis mudanças ocorridas na vida desse falante. Pois para a Sociolinguística, o social não pode estar separado da língua, já que além dos fenômenos linguísticos, há os fatores externos ocasionados pelos contatos sociais e econômicos.

3.2 Contatos Linguísticos dos Povos Indígenas no Amazonas

Rodrigues (1986) afirma que é comum entre os povos indígenas, dentro ou fora das aldeias, a convivência com duas, três ou mais línguas. Para o autor, há vários cenários dentro desse ambiente: há indígenas que só falam a língua indígena, outros que usam somente a língua portuguesa e ainda aqueles que falam e entendem mais de uma língua.

Ocasionalmente, nesses contextos, uma língua, por questão social, econômica ou cultural, torna-se o meio de comunicação mais frequente, passando a ser usada por todos quando estão reunidos nas pescarias, nas caçadas, nos ajuris ou nas assembleias comunitárias.

Baseado nessa afirmação, Rodrigues (1986) chama esse veículo de comunicação comum entre falantes de línguas diferentes de língua franca ou língua de contato. Isto é, a língua que um grupo de indígenas intencionalmente resolveu adotar para haver um

intercâmbio melhor de informações entre eles. Para exemplificar em quais condições a língua indígena assume função de língua franca, o autor usou a Língua Tukano, que faz parte da família Tukano, preponderante no Triângulo Tukano, Rio Uaupés, um dos grandes afluentes do Rio Negro. Segundo ele, por ter posição social privilegiada entre as demais línguas dessa família, ela passou a assumir a função de língua franca, servindo como o meio mais comum de comunicação entre os indígenas da região do Alto Rio Negro.

Por outro lado, o autor também exemplificou contextos em que a Língua Portuguesa passou a dominar o cenário das comunidades indígenas e, conseqüentemente, assumir a função de língua franca até firma-se como língua materna de uma determinada aldeia. Para explicitar essa fala Rodrigues (1986) usou como parâmetro o Povo Mura. Um povo preponderante dos Rios Madeira e Solimões que até o início do século XX eram falantes de sua língua materna. Segundo o autor, esse povo, levado pelos contatos nas missões religiosas, nas relações comerciais e trabalhistas com colonos, missionários e outros povos indígenas, passou a usar a Língua Geral “Nheengatu” que aos poucos perdeu para a Língua Portuguesa o lugar de língua franca.

De acordo com Horta Nunes (1996), os primeiros contatos dos portugueses com as línguas indígenas foram sempre rodeados pela grande necessidade de aprender as línguas faladas pelos nativos e assim fundamentar seus projetos imperialistas. Segundo o autor, aos pouco a língua portuguesa ia sendo introduzida no universo dos indígenas brasileiros. Todavia, encontrava nessa caminhada um forte adversário: o Tupi, uma língua franca empregada em boa parte do território brasileiro.

Camargo (2001), ressalta que mesmo com a pujança populacional, o Tupi não resistiu e cedeu, paulatinamente, lugar à Língua Portuguesa. Para a autora, o português preponderou em nosso território por duas razões bem definida. A primeira porque era visto, pelos povos originários, em razão de sua notoriedade, representando a falsa impressão de ser a língua de uma civilização hegemônica. Segundo, porque era a língua falada nas escolas, nas repartições públicas, nos comércios, nas missões, nas administrações entre outras. Para ela, a língua portuguesa representava aos indígenas a comunicação com o resto do mundo, com o resto da humanidade. Simas (2013, p. 52) fomenta essa discussão ao afirmar que algumas literaturas usam uma classificação equivocada em relação a língua Tupi. Para a autora muitos se referem ao Tupi como a língua Tupi-guarani, sem atentar para o fato de que o Tupi-guarani é uma família linguística pertencente ao tronco Tupi. Ela também acrescenta em sua escrita que ao longo dos anos de contato, essa língua veio sofrendo mudanças naturais. E nessa diacronia, segundo a autora, o Tupi deu origem ao Tupi-Austral que passou a ser conhecido como Língua

Geral Paulista – LGP. Uma língua usada na região de São Pulo, difundida pelos bandeirantes nos estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A pesquisadora também ressalta que na região amazônica o Tupi foi o responsável pela origem da Língua Geral Amazônica – LGA, também nomeada Nheengatu, falada por algumas etnias que habitam o Alto Rio Negro. Ao final, tendo como base Cruz (2011, p. 28-29), a autora cita algumas fases da língua Tupi: no início preponderou o Tupinambá (língua falada na costa do Brasil, no século XVI); depois Língua geral brasílica (língua geral falada na província de Maranhão e Grão-Pará, de 1616 até o final do século XVIII); Nheengatu (variedades de línguas gerais faladas na região amazônica no século XIX até o momento atual).

De acordo com Guimarães (2005), a língua portuguesa no início da colonização comunicava-se com as línguas indígenas, com as línguas gerais e ainda com a língua holandesa. Segundo o autor, esses contatos linguísticos ocasionaram intensas trocas de saberes entre línguas, resultando em vocabulários enunciados em língua indígena com termos em português e vice-versa. Entretanto Nunes (1996) afirma que há divergência nessa amistosidade. Para ele, as primeiras organizações lexográficas contendo vocábulos portugueses no Brasil foram direcionadas ideologicamente para diminuir ao máximo a influências das línguas indígenas. Isso representaria, segundo o autor, preservar e nutrir o poder via domínio da língua, naquele momento da história brasileira.

Conforme Bessa Freire (1983) mesmo a língua portuguesa sendo a língua oficial do Império brasileiro colonial, ainda se encontrava muito subordinada ao Nheengatu. E que apesar de inúmeras decisões políticas imposta pelo império português, proibindo o uso da língua geral nas escolas e na colônia, a Língua Geral Amazônica continuou crescendo, atingindo o status de língua majoritária da população regional, no início do século XIX.

Para Busse e Aguilera (2008), o contato linguístico não se trata apenas de línguas que se encontram em contato, mas de culturas que passam a coexistir num mesmo ambiente. Pois o que entra em contato, além das línguas, são conjunturas políticas, sociais e culturais diferentes. Para os autores, essa convivência não poderia ocorrer de forma estável ou nivelada, pois são modos de pensar e organizar a realidade pelos quais são filtrados, também, os processos de interação (BUSSE e AGUILERA, 2008, p.13).

Já Heye e Vandresen (2006) destacam que a definição de uso das línguas em contato, depende das funções ou do contexto em que cada língua é utilizada. E essa opção é determinada pelo uso funcional de cada uma das línguas existente naquele cenário bilíngue, determinando a situação de domínio linguístico de uma língua em relação a outra. Pois segundo Saussure (1916), a língua é uma convenção social adotada pelos indivíduos, que

permite o exercício dessa faculdade.

Por fim, Bonifácio (2019, p.45), tendo como base Winford (2003), ressalta que os resultados possíveis de contatos linguísticos podem estar relacionados a dois fatores: os internos (linguísticos) e os externos (social e psicológico). Segundo a autora, dentre os linguísticos há uma atenção especial a natureza da relação entre as línguas em contato, sobretudo no grau de similaridade tipológica existentes entre elas. Mas que somente isso não inviabiliza outras restrições estruturais como lexicais, fonológicas ou morfológicas. Quanto aos fatores sociais relevantes, a autora cita a duração e a intensidade do contato entre os grupos, o tamanho destes grupos, o poder ou relações de prestígios e padrões de interação entre eles, que ocasionam a comunicação entre os grupos. Já no que se relaciona aos fatores sociopolíticos, a pesquisadora é bem enfática ao afirmar que tais fatores estariam diretamente associados às motivações que levam a escolha ou não de uma determinada língua. Há ainda em Bonifácio (2019, p.48), referências ao termo morte de línguas, como consequência dos contatos linguísticos. A autora, usando Thomason (2001) como base epistemológica, comenta que uma língua morta é o resultante, na sua grande maioria, do contato intensivo com uma outra de maior prestígio social, econômico ou cultural. Ao final, a pesquisadora também não descarta, para esse fim tão trágico, a morte de uma comunidade linguística, como foi e ainda é o caso de muitas línguas indígenas brasileiras.

3.3 Língua e sociedade: uma relação instável nas comunidades indígenas do Amazonas.

No estado do Amazonas, assim como no Brasil, nos últimos anos há uma crescente proliferação de escolas nas aldeias indígenas, bem como os cursos de formação de professores indígenas e produções de material didático específico em língua indígena ou bilíngue. E quando ouvimos a expressão “escola bilíngue” imaginamos sempre a existência da paridade linguística entre as línguas circulantes em determinada comunidade (CANDAUI, 2008). Todavia o que se observa, tanto nas licenciaturas indígenas, quanto nos magistérios indígenas é a preponderância de práticas pedagógicas estruturadas em torno da cultura escrita. Nesse octógono, os indígenas do mundo letrado são colocados por alguns como atores ou protagonistas e por outros como vítimas incontinentes de projetos educacionais que, na maioria das vezes, têm a língua portuguesa como língua de instrução/submissão.

Franchetto (2008) afirma que um dos confrontos mais marcantes entre populações indígenas e a sociedade majoritária é a aquisição e o impacto da escrita, com suas inexoráveis decorrências: alfabetização, letramento e escolarização. Segundo a autora, esses são instrumentos delicados e ao mesmo tempo poderosos nas mãos dos agentes civilizadores. Para

muitos a introdução da escrita em sociedades de tradição oral, gera um grande conflito ideológico e linguístico entre os falantes. Para Simas (2016, p.27), apoiada nos argumentos de Franceschini (2011), há nas comunidades indígenas uma intensa “guerra de línguas” em que não existe igualdade nesse confronto. Pois a língua indígena sempre está em desvantagem. Segundo a pesquisadora, isso reflete ainda um conflito mais profundo: culturas distintas e suas ideologias. Isto é, a maneira cosmológica do indígena de ser, de agir e de pensar, de um lado, e do outro o mundo onipotente do não indígena. Simas (2016, p.35) ainda ressalta que nesse cenário linguístico desigual, o indígena considera a escrita como técnica que garante sobrevivência nos mais diversificados contextos sociolinguísticos com a sociedade majoritária. Para a pesquisadora, escrevem para garantir diálogos e assim usufruir dos seus direitos de cidadãos; leem para não serem enganados em situações econômicas e jurídicas. Entretanto entendemos que aqui estamos diante de um grande entrave: a perda de identidade nas comunidades indígenas, ocasionada pela inserção da escrita, dando à língua portuguesa maior visibilidade ou a negativa constitucional quanto ao direito, se assim o desejar, de uso da língua portuguesa como L1 ou L2 em seus contextos comunicativos.

Indubitavelmente, sabemos que por meio da língua, os sujeitos podem estabelecer comunicação com os outros, evidenciar e defender sua cultura, expressar seus pensamentos, sentimentos e anseios. Na língua se projeta a cultura de um povo. (RCNEI, 2008). Em se tratando de língua indígena, a relação com a sociedade majoritária aflora ainda mais o discurso preconceituoso e discriminatório. Para a sociedade envolvente esses grupos são considerados menos civilizados e não interessa o aprendizado da língua, já que ela só acontece dentro da comunidade indígena, logo, não tem utilidade ou valor algum para os demais grupos étnicos. (CANDAUI, 2008).

Cunha (2009) diz ser tão grande o prestígio dado a uma língua, que um museu foi criado para exaltar seus vernáculos, na Estação da Luz, cidade de São Paulo. Isso ilustra bem como a sociedade entende o lugar das línguas minorizadas faladas no Brasil. Decerto a afirmação de Cunha nos faz refletir que a avaliação negativa de uma língua decorre da avaliação negativa que a sociedade faz de seus falantes. Lucchesi (2015) diz que a língua no Brasil está profundamente partida. De acordo com o autor, essa partição nada mais é do que resultado da violência divisória que rasga a sociedade brasileira. Para a maioria da sociedade, os indígenas que vivem nas aldeias são olhados como ignorantes, inferiores, atrasados, aculturados, preguiçosos e improdutivos. Então busquemos entender a tamanha pressão social sofrida pelo aldeado da comunidade tikuna São José I, situados na ilha do Camaleão, município de Anamá/AM. Pouco a pouco humilhados e não reconhecendo a aceitabilidade de

seu sistema linguístico, foram desprestigiando a língua tikuna de seus ancestrais em detrimento à hegemônica e privilegiada língua portuguesa.

Meliá (1979, p. 68) ressalta que a escolha de uma ou mais língua por determinada comunidade indígena está sujeito a pressões de caráter ideológico e político. Ele entende que o convívio entre língua indígena e língua portuguesa nunca será equânime e equilibrado. Para o autor, esse fenômeno sociolinguístico é conhecido como diglossia e acontece geralmente quando:

Uma língua é usada como variedade alta, técnico-acadêmica, de uso oficial, com abundante literatura, ensinada na escola, enquanto a outra é considerada variedade baixa, simplesmente coloquial, de uso confinado numa comunidade, sem literatura apreciável, e que não é ensinada na escola formal. (MELIÁ, 1979, p.68).

Meliá (1979) ainda chama nossa atenção ao mostrar que a noção de diglossia serve para relativizar o bilinguismo existente nas comunidades indígenas, analisando a relação de duas línguas conforme seus usos sociais. Segunda a teoria exposta pelo pesquisador, há nessa relação campos de aplicação diferente, língua dominante e dominada, língua superior e inferior. Uma verdadeira segregação social impulsionada por um padrão linguístico considerado hierarquicamente melhor e mais prestigiado que o outro. Então analisando todos esses pontos de vista chegamos à conclusão que a diglossia se refere à relação histórico-social de como se falam duas línguas e como são aplicadas realmente nos usos sociais. Meliá (1979) ainda é mais enfático e ressalta que:

Os falantes daquela língua, que a história e as ideologias discriminatórias consideram inferiores, se veem de fato, depois de um tempo, impedidos de poder falar sobre tópicos considerados de cultura. E encarar a situação linguística de sociedades indígenas simplesmente como um bilinguismo, quando a realidade é a de uma dramática diglossia, isso vai desnaturalizar toda a política de planejamento linguístico nos programas da chamada educação indígena pelo ensino bilíngue. (MELIÁ, 1979, p. 69).

Dessa maneira, o desequilíbrio diglósico presente, de forma implícita, nos programas de educação escolar indígena implantado nas comunidades indígenas, nos faz refletir ainda mais, no escopo deste trabalho, acerca do verdadeiro papel do ensino bilíngue presente nas escolas estaduais e municipais do estado do Amazonas, em particular a escola da aldeia tikuna São José I. Essa afirmativa é pertinente quando analisamos Bartolomeu Meliá (1979). Nesse livro, o autor fala que a maneira equivocada como é trabalhado o bilinguismo nas escolas indígenas acentua ainda mais a preponderância da língua portuguesa sobre a língua indígena para a sociedade. Pois enquanto a língua portuguesa se reserva todas as áreas de conhecimentos mais técnicos e de prestígio, a língua indígena é reduzida à área do coloquial.

Pimentel da Silva (2010) contribui com essa questão ao afirmar que o desejável, do ponto de vista de uma educação bilíngue intercultural, é gerar o intercâmbio recíproco de

saberes, conhecimentos, técnicas, artes, línguas e etc, sem discriminação traduzida na igualdade de oportunidades. Segundo a autora, a proposta de uma educação bilíngue intercultural foi pensada partindo das próprias expectativas dos indígenas para obtenção de conhecimentos que garantiriam a posse e o gerenciamento dos seus territórios, conseguindo assim formas para melhorar as condições de vida nas suas aldeias, reforçar a língua materna, os costumes, as tradições do povo e manter sua cultura (PIMENTEL DA SILVA, 2010, p. 12). Nesse sentido, podemos entender, de acordo com as palavras da autora, que a educação bilíngue vai além do ensino de duas línguas num ambiente escolar, mas traz à tona a visão de mundo, de culturas e modos diferentes de sabedorias humanas necessárias para a formação do indígena. E nessa valorização de saberes culturais distintos, as línguas são reconhecidas como fonte de sabedoria. Quando os indígenas lutam pela sobrevivência de suas línguas, estão lutando pela manutenção da sabedoria nela guardada (PIMENTEL DA SILVA, 2010). Em outro trecho do texto, a mesma autora argumenta que muitas vezes é no saber do outro que encontramos a melhoria para vários problemas da humanidade. Como exemplo citou as práticas medicinais indígenas ou maneiras específicas de manejo sustentável do meio ambiente. Mas segundo ela, essas sabedorias normalmente estão fora dos projetos políticos pedagógicos que se dizem bilíngues interculturais, pois o conhecimento válido neles é somente o das ciências dos livros (PIMENTEL DA SILVA, 2010, p.14).

Com a Constituição Federal de 88 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, se estabelece o uso das línguas maternas nas escolas indígenas. Nesse panorama foi crescente o desenvolvimento de programas bilíngues de substituição, subtração ou de transição. Porém, o que é pertinente nesses programas, é que mesmo com a utilização da língua indígena durante a alfabetização, o objetivo principal é a valorização do português e não dá língua materna (MAHER, 2005).

Freire (2000) contribui nessa tentativa de elucidação a respeito da instável relação língua indígena e a sociedade brasileira, quando afirma que as línguas indígenas sempre foram consideradas, pelo colonizador, como línguas inferiores, pobres e atrasadas. Todavia, é dever deste trabalho levar a todos o conhecimento que não existe uma língua melhor que outra, nem língua inferior ou superior. O que existe, segundo Freire (2000), são:

falantes que, na estrutura social, ocupam posições privilegiadas em relação aos falantes de outras línguas, dando a falsa impressão de que suas línguas são superiores, quando do ponto de vista estritamente linguístico, não existe língua rica e língua pobre. Os proprietários de terra falam uma língua, os sem-terra falam outra. Aí, os primeiros determinam que sua língua é superior a dos segundo, o que não se sustenta cientificamente. (FREIRE. J.R, 2000, p.23).

Nesse contexto, Gorete Neto (2009) nos fala que ao direcionar o ensino de línguas para apenas uma língua como ideal, estaremos desconsiderando outras línguas presentes no processo comunicativo dos falantes. E isso certamente deixará as menos favorecidas na invisibilidade, silenciando, assim, suas identidades. Para a autora, nas comunidades indígenas a presença de determinada língua no ambiente comunitário, não se trata de escolhas ou desejos dos indígenas que ali habitam e sim de imposições sociais, econômicas e culturais ocasionadas por força do contato com a sociedade envolvente. Talvez agora estejamos diante de uma preocupante dicotomia, a qual a comunidade tikuna São José I sofre em relação à língua e o contexto social que circunda a aldeia: trabalhar e ratificar a cultura de seus ancestrais, tendo como ferramenta principal a língua indígena e/ou ao mesmo tempo dominar os padrões linguísticos da língua portuguesa como passaporte emancipatório.

Dessa forma, entendemos, como citado e ratificado, que o uso de uma, duas ou mais línguas, é preponderante em qualquer sociedade. Entretanto, somos convictos de que a usabilidade ou ensino de uma língua não implica a exclusão ou invisibilidade de outra, já que ambas podem ser trabalhadas de formas diferentes, com a mesma paridade de importância na comunidade.

Meliá (1979) argumenta que o incentivo a novas propostas e planejamentos linguísticos adequados à realidade de cada aldeia poderia amenizar e favorecer outro olhar da sociedade com relação à importância das línguas indígenas na diversidade linguística no Brasil. Pois acreditamos que o desenvolvimento linguístico de uma comunidade tem relação direta com sua vida social. E que toda mudança social se propaga na língua que circula no seio dessa comunidade. O uso ou não de uma língua se constitui devido às necessidades sociais, econômicas e culturais dos falantes. Nesse caso, podemos afirmar que a relação entre língua e sociedade, por mais conturbada que seja, é intrínseca. Pois a língua de um povo representa a identidade do grupo social a qual pertence, já que os valores sociais são modificadores incondicionais dos comportamentos linguísticos (CUNHA, 2009). Por isso, o quanto importante é para esse estudo o reconhecimento que a inclusão de uma língua indígena no currículo escolar das escolas, seja esta como L1, L2 ou língua de identificação (LI) lhe atribui o status de língua plena, colocando-a em igualdade de importância à língua portuguesa.

Portanto, de acordo com Oliveira (2000, p.90) conceber uma identidade entre a língua portuguesa e a nação brasileira sempre foi uma forma de excluir importantes grupos étnicos e linguísticos da nacionalidade; ou de querer reduzir estes grupos, na maioria das vezes à força, ao formato luso-brasileiro. O autor faz consideráveis ponderações acerca de um conceito de nacionalidade. Para ele seria muito mais interessante:

redefinir esse conceito tornando-o plural e aberto à diversidade. Seria mais democrático e culturalmente mais enriquecedor, menos violento e discricionário, e permitiria que conseguíssemos nos relacionar de uma forma mais honesta com a nossa própria história: nem tentando camuflar e maquilar o passado, escondendo os horrores das guerras, dos massacres e da escravidão que nos constituíram, nem vendo a história apenas como uma sequência de denúncias a serem feitas. (OLIVEIRA, 2000, p.90).

Portanto, grande parte da sociedade envolvente considera a cultura indígena como atrasada e primitiva. E isso faz com que as línguas indígenas também sejam olhadas como inferiores, atrasadas e pobres. E não se pode nega a relação existente entre língua e sociedade. Pois a situação linguística de uma comunidade, seja indígena ou não, tem relação direta com sua vida social e as pressões sofridas sobre a forma de comunicação escolhida. E toda mudança social se propaga na língua da comunidade. Silva e Souza (2017, p.264) afirmam que o falante em si não é senhor de sua língua, ele não fala a língua que deseja, mas a língua que lhe é possível falar, com as formas verbais próprias de sua comunidade linguística, que também é social, cultural e econômica. Para eles, a língua só existe em função de uma realidade sociocultural na qual o falante da língua está inserido.

3.4 Alfabetização e letramento em comunidades indígenas: condição para o surgimento de conflitos lingüísticos.

A história da educação escolar indígena nos mostra que desde Vieira, Pombal, até os dias atuais, a escola foi criada para buscar integrar os indígenas à sociedade majoritária. E, nesse imbróglio, as línguas indígenas sempre foram olhadas como o grande empecilho para concretização desse desejo integracionista. (Oliveira, 2000).

Para que possamos entender melhor essa relação conflituosa que sempre existiu entre o processo educativo nas comunidades indígenas e a escrita, Luciano (2006, p.146) afirma:

O fato de o processo educativo nas sociedades indígenas apresentar diferenças radicais quanto à chamada “educação nacional” levou os colonizadores que aqui chegaram a uma conclusão equivocada de que não existia educação indígena. Numa visão etnocêntrica, pressupunha-se que os índios não tinham educação, porque não tinham as mesmas formas e os mesmos modelos educacionais ocidentais. É com esse ponto de vista que historicamente se têm implantado os projetos escolares para os índios. Em outras palavras, a escola e a alfabetização entram em cena como sinônimos de educação, cultura e civilização, como se os índios não as tivessem. (LUCIANO, 2006, p.146).

Para Luciano, a principal função da escola do branco era, e ainda continua sendo, ensinar os indígenas a falar e escrever em língua portuguesa. Entretanto, estudos recentes evidenciam uma pequena mudança nesse paradigma, uma vez que algumas escolas, ao perceberem enormes dificuldades de alfabetizar indígenas em uma língua que eles não

dominavam, passaram a utilizar as línguas indígenas nesse processo. Porém, assim que dominasse essa escrita, a língua indígena era retirada, permanecendo como meta o português. Evidentemente que esse processo contribuiu exacerbadamente para o enfraquecimento, o desprestígio e o desaparecimento de muitas línguas indígenas. (BRASIL, 2008).

Nesse pensamento, temos que admitir que a grande necessidade de interagir com a sociedade envolvente, levou o indígena a buscar na leitura e na escrita alternativas para esse processo. Logo, a escolarização seria a ferramenta mais adequada para se chegar à cultura letrada. Todavia, de acordo com Leite (2003), não basta aos povos indígenas apenas aprender a ler e a escrever, é necessário usar a escrita no dia a dia das aldeias. Nesse sentido, entendemos que é necessário o uso social da leitura e da escrita na formação de cidadãos indígenas críticos que possam usar dos conhecimentos adquiridos pelo processo de escolarização e debater as melhoras sociais e econômicas para suas aldeias. Dessa forma, é preciso sair dos caixinhas de que o processo de alfabetização trabalhado em uma escola indígena sirva apenas para codificar e decodificar símbolos gráficos, mas sim entendido como uma prática pedagógica que leve o indígena a resolver suas problemáticas nos mais variados contextos comunicativos. Ainda segundo Leite (2003), é importante desenvolver a leitura e a escrita nas comunidades indígenas na perspectiva de levar os povos originários a compreender a importância da escrita como um fator positivo que possa suprir suas necessidades comunicativas em qualquer situação de uso: social, cultural ou educacional.

Decerto, temos que admitir a ambivalência da escola para uma comunidade indígena. Candau (2008) afirma que se a escola pode ajudar no processo de desaparecimento de uma língua indígena, ela também pode, por outro lado, ser mais um elemento que incentiva e favorece a sua manutenção e revitalização. Para isso, necessitamos discutir nos planejamentos linguísticos qual o papel da língua indígena na comunidade e na escola indígena - se esse for o desejo dos aldeados - ou qual o papel da língua portuguesa nesse contexto.

Talvez aqui centre o ponto nevrálgico desse trabalho, já que precisamos entender porque a língua indígena praticamente desapareceu na usabilidade linguística dos aldeados da comunidade Tikuna São José I, ilha do Camaleão, sendo o tikuna a maior língua indígena falado no Brasil.

Entretanto, é perceptível nesta busca de resposta, sobre a invisibilidade de uma língua em detrimento a ascensão de outra, que os mais significativos esforços linguísticos de manutenção e revitalização de uma língua têm suas limitações. Nenhum currículo ou instituição pode definir sozinho o destino de uma língua. Para isso é necessário à consolidação de uma política linguística coesa que se encaixe nos projetos societários e econômicos

almeçados pela comunidade indígena (RCNEI, 2008). Muitos pesquisadores nessa temática têm desenvolvidos estudos, dentre eles Meliá (1979), Grosjean (1982) e Hamell (1984), buscando comprovar hipóteses que comprovem as razões pelas quais algumas comunidades conseguem manter suas línguas indígenas, mesmo que de maneira desigual, ao passo que outras, sucumbindo às pressões sociais, econômicas, culturais e religiosas, caminham do bilinguismo com diglossia até o monolinguismo em língua portuguesa. Dessa maneira é unânime para todos que a assimilação e manutenção de uma ou mais línguas, em qualquer ambiente, tem relação direta com as atitudes e encaminhamentos sociais de seus falantes.

Bartolomeu Meliá (1979), usando como base uma exclamação de Lévi-Strauss (1957), nos faz perceber como é dicotômico o processo da escrita para comunidades indígenas. Segundo o pesquisador, a escrita é vista por esses povos como um processo mágico de prestígio social que ao mesmo tempo passa a ser um valioso instrumento nas mãos dos dominantes, usado para fortalecer a dominação. A ideia passada pela sociedade majoritária é que a educação para o indígena tem como único ponto de origem a alfabetização. O ensinar a ler e escrever se tornou a maneira mais peculiar de ensino e de aprendizagem: um indígena analfabeto não tem cultura, não se comunica e não interage com a sociedade envolvente.

Então até que ponto o processo de alfabetização será uma resposta concreta para comunidades indígenas que enxergam nessa ação pedagógica melhores expectativas de equidade social. De acordo com Meliá (1979, p.60):

Enquanto a sociedade nacional vê a alfabetização como a condição essencial para dar educação ao índio - supostamente sem cultura, porque é ágrafa -, a sociedade indígena, se não está demasiadamente deturpada, quereria usar a alfabetização como simples técnica suplementar, tirada do branco, mas para resolver os problemas trazidos pelo contato. A alfabetização quer assimilar o índio; o índio quer assimilar a alfabetização, mas para não ser assimilado. Muitas das ambiguidades do processo de alfabetização, as condições nas quais se desenvolve a língua que é usada, provêm desse jogo de tensões. (MELIÁ, 1979, p.60).

No contexto investigativo da comunidade tikuna São José I, ilha do Camaleão, é pertinente evidenciar aspectos como localização da aldeia, números de indígenas aldeados, situação econômica e o grau de contato com a sociedade do município de Anamá/AM, como possíveis causas da escolha linguística em alfabetização na língua portuguesa e não na língua tikuna. O que é preocupante afirmar que o português é a língua materna dessa comunidade. E esse motivo direciona a discussão de seu currículo escolar para a alfabetização somente em português, por entenderem que essa escolha poderá trazer algum prestígio dentro da sociedade envolvente, propiciando progresso nos estudos e certa estabilidade socioeconômica para as futuras gerações, além de ser um fortíssimo instrumento de autodefesa.

Todavia Meliá (1979) nos chama a atenção que mesmo a comunidade indígena sendo falante do português, não pode ter seus princípios pedagógicos iguais aos da sociedade majoritária. Para ele há casos, em que o falante indígena monolíngue em português necessita identificar-se com sua tradição étnica específica. E evidencia que a alfabetização é um problema relativo à situação do contato. E que mesmo em português, necessita de um currículo específico que terá por objetivo macro não abafar a identidade e a educação étnica, mas sempre valorizá-la.

3.5 Políticas e planejamentos linguísticos em comunidades indígenas no Amazonas.

Mariani (2004) ressalta que em um processo colonizador sempre haverá um complexo e tenso jogo entre memórias e apagamentos das imagens produzidas sobre as línguas em circulação. Para a autora, desde a Carta de Pero Vaz de Caminha, passando pelas primeiras descrições feitas por Anchieta, entre outros autores, que a língua vem servindo a esse propósito. Segundo ela, na visão do colonizador, o Estado, a religião e a realeza sempre objetivaram a busca de uma língua nacional gramatizada e escrita. E ao atravessar o oceano Atlântico essa nova língua do colonizador, com suas normas escritas e organizadas, sempre foi louvada e prestigiada pela literatura, passando a ser meta da coroa portuguesa o ensino na nova colônia.

Como a história nos conta, coube aos jesuítas um papel influente nas primeiras composições linguísticas do novo território. Segundo Mariani (2004, p. 76), o exercício de uma política linguística unitária representava a possibilidade de domesticação e absorção das diferenças de povos e culturas indígenas que se encontravam fora dos parâmetros do que se entendia como civilização na época. Para chegar a maior efetividade desse processo, o percurso mais racional, segundo os religiosos, era a adoção do ‘vernáculo local’ (MARIANI, 2004). No caso, o Tupi era a maior língua falada em toda costa brasileira e poderia ser este instrumento linguístico.

Dessa maneira, tanto o português quanto a língua geral serviriam de caminho para abrandar a diversidade linguística e civilizar os indígenas, transformando-os em sujeitos colonizados cristãos e vassalos ao Estado (MARIANI, 2004, p.76). Todavia a autora ressalta que as relações de poder que sustentavam a hegemonia de uma língua sobre a outra era realmente o que importava nesse cenário.

Para Freire (2020), ao longo da história, os povos indígenas vêm sofrendo com as intensas políticas linguísticas impostas a eles. O autor ressalta que uma das primeiras a impactar diretamente os indígenas, ocorreu no início do período colonial e tinha como

objetivo básico a comunicação com os indígenas, para que assim pudessem compreender as ordens dadas pelos colonos na execução das atividades. Mas como consistia em segregação e expropriação não teve sucesso. Já em uma segunda tentativa, a estratégia era usar intérpretes indígenas com a missão de traduzir ordens e doutrinas do português para as línguas locais. Porém novamente fracassou pela necessidade de intérpretes nativos para realizar essa função.

O escritor afirmar que preocupados os jesuítas passaram para uma terceira tentativa. Dessa vez, a tática foi a instituição das línguas gerais como ferramentas capazes de permitir a comunicação interétnica entre falantes de diferentes línguas, num mesmo espaço territorial. Para esse propósito foram estabelecidas como língua geral: a Língua Geral Paulista (LGP), propagada em todo litoral, tendo como base o tupi paulista, e a Língua Geral Amazônica (LGA), difundida na Costa do Salgado, que tinha como base o tupinambá do Maranhão e de Belém (FREIRE, 2020). O autor comenta que esse sim teve certo sucesso, porque estava presente nas relações exogâmicas entre indígenas de grupos étnicos diferentes e, na medida que usavam a língua geral, deixavam de repassar a seus filhos a sua língua materna, tornando-se monolíngues.

Nesse cenário, a língua geral preponderou até a metade do século XVIII, período em que o Marques de Pombal tornou obrigatório o uso da língua portuguesa em todo território nacional. Esse período conhecido como “ Fase Pombalina” teve como objetivo principal gerir os aldeamentos e as antigas missões deixadas pelas congregações religiosas, retirando os indígenas de uma servidão oficial, porém transformando-os em agricultores sendentários a serviço do império. Em outras palavras, podemos afirmar que foram as primeiras tentativas de integrar os indígenas à sociedade nacional. É importante lembrar que ainda era proibido a utilização da língua materna, sendo obrigatório o uso do português como língua oficial da colônia e um certo favorecimento ao casamento de indígenas com não indígenas. Segundo algumas literaturas, essa política pendurou até meados do século XIX com o declínio do “Diretório Pombalino” em 1798.

Segundo Freire (2020) somente em 1845, com o Decreto 426 é que ressurgiu algumas manifestações legais acerca das políticas linguísticas destinadas aos povos indígenas. De acordo com o autor, foi nesse período que surgiram as primeiras trilhas para ocupação dos territórios indígenas, destinando terras a colonos que ajudassem na assimilação e aculturação dos povos originários. E foi justamente neste cenário que surgiu o Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1910. Esse órgão tinha como objetivo proteger os indígenas, afastando-os das catequeses católicas. Mas sem sucesso, pois as ações missionárias religiosas e evangélicas continuaram seus projetos integracionistas que se intensificou na ditadura Vargas (FREIRE,

2020). E em 1967, após várias críticas de maus tratos aos indígenas, o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Entretanto, para Ferreira (2001) esse quadro não mudou muito, já que a função desse órgão era apoiar a política do governo no projeto integracionista, facilitando as ações dos grandes latifundiários na colonização da Amazônia.

Conforme afirma Nobre (2005) sob a gestão da FUNAI, em 1973, foi criado o Estatuto do Índio que tornou obrigatório o ensino das línguas maternas nas escolas indígenas. Para ele foi um passo significativo ao reconhecimento da importância do ensino bilíngue e uma educação que respeitasse as línguas indígenas utilizadas nas comunidades.

Há de se destacar que no final da década de 50, surge o *Summer Institute of Linguistics* (SIL) que foi o primeiro programa de estudo bilíngue em nosso território. Como metodologia esse grupo de pesquisadores missionários procurou vincular a criação de uma cultura letrada em uma comunidade oral, tendo como pano de fundo os textos bíblicos. Mas foi duramente criticado por promover a conversão dos indígenas ao protestantismo. Para Silva (1994) a verdadeira intenção do programa de educação bilíngue do SIL era integracionista, pois a questão não era mais exterminar a diferença, mas sim domesticá-la.

Nesse caminho, chegamos a Constituição Federal de 1988 que assegurou aos indígenas o uso de seus processos próprios de aprendizagens e também a decisão de escolha da língua que melhor servisse aos seus anseios sociais.

Em vários contatos com professores indígenas, desempenhando a função de formador, nos cursos de Formação Continuada e Magistério Indígena, sempre foi pertinente nos diálogos formais ou corriqueiros, os mesmos relatos sobre a importância da escola na articulação política, cultural e social de suas comunidades. É consenso entre todos que as propostas curriculares e as metodologias, ali trabalhadas com os alunos, têm como ênfase o exercício dos conhecimentos próprios de cada povo, sem deixar de lado o acesso a outros conhecimentos e culturas. E o instrumento que proporcionará o ensino, a aprendizagem e a correção entre os saberes, utilizados pelas sociedades indígenas ou não indígenas, é a língua. Por isso é de grande valia se pensar o currículo dessa escola indígena, refletindo os seguintes pontos: que língua deve ser trabalhada nessa escola; de forma oral, escrita ou nas duas; se existir mais de uma língua na comunidade, qual será a de instrução e por quê? (RCNEI, 2008).

Toda língua tem um sistema linguístico específico que permite organizar sons, construções de palavras, regras sintáticas e princípios de discurso peculiar. Toda língua tem léxico próprio com milhares de palavras que estão em constante mudança. Em outras palavras:

Não existem, portanto, línguas mais pobres e línguas mais ricas, ou línguas com poucas palavras e línguas com vocabulário extenso. Não existem línguas sem gramática - embora existam línguas cujas gramáticas não estejam registradas em livros... Não existem línguas com gramática simples e línguas com gramática complexa, línguas com sons esquisitos e línguas com sons normais. Não existe língua primitiva. Toda língua é completa, rica e serve plenamente para todos os usos que dela se queira fazer. A inclusão de uma língua indígena no currículo escolar tem a função de atribuir-lhe o *status* de língua plena e colocá-la, pelo menos no cenário escolar, em pé de igualdade com a língua portuguesa, um direito previsto pela Constituição Brasileira. (BRASIL, 2008, p.118)

Na verdade essa afirmação traz, para o trabalho de pesquisa em questão, reflexões pertinentes acerca da desvalorização ou prestígio de uma língua em determinado contexto. No nosso caso, o contexto linguístico da comunidade tikuna São José I, habitantes da ilha do Camaleão, município de Anamá/AM. Pois a compreensão de que uma língua carrega em si um conjunto de experiências históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas de um determinado povo ou comunidade, nos faz refletir que qualquer língua, seja ela indígena ou não indígena, merece ser trabalhada e valorizada dentro dos projetos linguísticos e societários da aldeia. Maher (2007) nos afirma que a aceitação ou não, de certas formas linguísticas por parte da comunidade falante, está relacionada com o significado social que lhe é imposto pelo grupo que as usam. Em outras palavras, algumas línguas são rotuladas ou discriminadas porque a sociedade envolvente, preconceituosa, correlaciona seu uso a circunstâncias e/ou comunidades com valores negativos.

Jean Louis Calvet (2007) aponta, por meio de suas escritas, que o Estado sempre buscou um ideal monolíngue, através de suas estereotipadas e incongruentes políticas linguísticas. Para ele, o Estado sempre encontra maneiras e justificativas para tentar legislar ou ditar o uso correto de determinada língua, privilegiando uma, deixando outras menos significativas, em uma visão etnocêntrica, na invisibilidade. O autor ainda chama atenção para o fato de que não podemos falar em política linguística sem mencionar a expressão “planejamento linguístico”. Pois para ele não adianta a discussão e criação de uma coesa e objetiva política linguística, se essa não tiver uma ação prática de implementação que atenda realmente aos reais anseios sociais e políticos de determinada comunidade. E somente o Estado pode colocar em prática esta política. Todavia, Maher (2013) nos aponta que determinadas políticas linguísticas poderiam sim ser construídas e colocadas em práticas nas escolas, por meio de estratégias curriculares, estabelecidas em seus projetos pedagógicos, para modificar certa situação sociolinguística específica que ocorra em sua comunidade. E nesse emaranhado de posicionamentos sobre a quem deve a responsabilidade de discussão ou fomentação de políticas linguísticas, centra-se a figura de um dos atores principais no ambiente escolar comunitário: o professor indígena. Uma peça importante nesse contexto,

uma vez que, em seus planejamentos, toma decisões diárias sobre o que e como ensinar; qual língua ou norma seguir e quais procedimentos metodológicos a adotar. Dessa forma, é extremamente necessário olhar para a formação inicial e continuada desse docente e entender se sua formação básica ou superior teve como suporte uma formação intercultural, específica e comunitária, com discernimentos linguísticos sobre a real importância da língua indígena como afirmação de identidade, seja como L1 ou L2, em comunidades indígenas monolíngues ou bilíngues.

De acordo com Braggio (1989), o problema maior, relacionado à educação escolar indígena e, conseqüentemente, à efetivação de uma política linguística que dê valorização a língua indígena, é que o processo educacional utilizado, na maioria das aldeias, torna-se uma das principais ferramentas de segregação usada pela sociedade não indígena. Segundo a autora, a proposta curricular desenvolvida nas escolas indígenas tem como preponderância a língua portuguesa e os materiais didáticos utilizados nas escolas dos brancos. O que justifica de acordo com a autora, não haver nenhuma preocupação, por conta das secretarias estaduais e municipais de ensino, em selecionar ou preparar materiais específicos para cada povo, que incluam o universo sociocultural e linguístico dos indígenas, levando-os a baixos rendimentos nas avaliações de larga escala promovidas pelo governo. A pesquisadora endossa seu pensamento ao chamar atenção que a falta de políticas linguísticas, formação intercultural, um currículo apropriado para as escolas indígenas e a sujeição às regras dos sistemas educacionais estaduais e municipais geram falta de autonomia, apatia, subordinação e preconceitos aos povos indígenas.

Rocha (2019) também contribui para essa discussão, quando enfatiza que dentre os desafios para a criação de uma política pública para a educação escolar indígena no Amazonas, está a questão linguística, cuja diversidade pressupõe uma política linguística que atenda a essa característica do diferente, evidenciando o papel da língua portuguesa nos diversos contextos comunicativos e culturais de cada aldeia. Oliveira (2002) alerta que muitas vezes, o Estado utiliza a escola em prol de seus projetos que visam construir um ideal de nação que não deixa espaço para a diversidade linguística, forçando a utilização do monolinguismo em língua portuguesa, como ferramenta de emancipação social e cultural.

Rocha (2019) faz ponderações expressivas em sua pesquisa sobre a importância da formação docente na ratificação de uma coesa e estruturada caminhada para a criação de políticas linguísticas em comunidades indígenas. A pesquisadora inicia sua fala, ressaltando, em âmbito federal, a formação superior de professores indígenas, executada pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), por meio da Faculdade de Educação (FACED).

De acordo com a Rocha (2019, p.67), “a UFAM abarca também, hoje, as Licenciaturas Indígenas, contemplando um link sobre Política Linguística, segundo a proposta que coloca como fio condutor das formações as línguas faladas pelos indígenas, que são alunos dos cursos, caminhando na busca da valorização das línguas indígenas”.

Em relação às políticas públicas no estado do Amazonas, a ênfase foi dada, ainda de forma incipiente, na formação de professores. Tais cursos específicos, destinados à formação de professores indígenas, discutem em sua estrutura curricular espaços interculturais de ensino e de aprendizagem, valorizando a importância da língua indígena em comunidades indígenas, bem como espaços para debate e fomentação de políticas linguísticas (ROCHA, 2019). A pesquisadora destaca a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC/AM, no contexto da formação de professores indígenas, por meio do Programa de Formação de Professores Indígenas/Projeto Pirayawara, enfatizando como um dos princípios norteadores da proposta pedagógica a língua: “o mais amplo e complexo, pois é ela que revela e determina a estrutura de pensamento indígena e a sua cosmovisão cultural e possibilita a produção e a reprodução de todo o conhecimento” (ROCHA, 2019, p.68).

Esse programa de formação de professores indígenas colabora com a fomentação de uma discussão linguística, quando afirma que o uso das línguas nas comunidades indígenas fundamentam os projetos educativos ali desenvolvidos, proporcionando aos professores indígenas em formação a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades, a valorização de suas ciências e valores tradicionais, para assim desenvolver a efetivação de uma política linguística em contexto de falantes monolíngues em língua portuguesa, monolíngues em línguas indígenas, bilíngues em língua portuguesa e língua indígena ou falante multilíngue – indígenas que, além da língua portuguesa, da língua indígena de seu grupo, falam outras línguas indígenas ou até mesmo falam uma língua estrangeira. Este tipo de falante é muito comum em locais de fronteiras. (AMAZONAS, 1998, p.18).

Em 2015, o CEEI-AM aprovou as Matrizes Curriculares de Referência para o Ensino Fundamental e Ensino Médio, por meio da Resolução nº 2/2014, com proposta intercultural, bilíngue, por entender a importância da língua na formulação e efetivação de uma política linguística, tendo a participação da comunidade na discussão, refletindo sobre sua língua e sua situação como falante: língua vista como elemento imprescindível na relação ensino e aprendizagem (AMAZONAS, 2015). Segundo a escrita desse documento, a questão de uma política linguística definida pela comunidade é significativa para a discussão de perspectivas futuras para gerações vindouras, bem como determinar a produção de material didático

específico a cada povo. Essa língua passará a ser compreendida enquanto instrumento que revela e determina a estrutura do pensamento indígena, devendo ser trabalhada sempre na vertente interdisciplinar e intercultural dos saberes indígena e não indígena, de acordo com o contexto sociolinguístico de cada aldeia (AMAZONAS, 2015). Nesse sentido a proposta da Matriz Curricular Intercultural de Referência para as escolas indígenas no Amazonas afirma:

O sistema linguístico de cada povo deverá ser considerado como aporte teórico, metodológico e transdisciplinar de todo processo escolar, afirmando que a cultura de cada povo indígena, as tradições culturais, os conhecimentos acumulados, a educação das gerações mais novas, as crenças, os pensamentos e as práticas religiosas, as representações simbólicas, a organização política, os projetos de futuro, enfim, as (re) produções socioculturais dos povos indígenas são, na maioria dos casos, manifestados através do uso de uma ou mais línguas pelos povos indígenas, sejam elas indígenas ou não indígenas. Por isso, é necessário que sejam sempre priorizadas nos projetos políticos pedagógicos das escolas indígenas. (AMAZONAS, 2015, p.27).

Nesse panorama, ainda apreensivo e tortuoso, é legitimado pelo estado do Amazonas às escolas indígenas, o reconhecimento e a paridade da língua indígena e/ou da língua portuguesa no processo de ensino e aprendizagem desenvolvido em seus ambientes escolares. Em outras palavras, uma postura de escola bilíngue que poderia ser executada mesmo em aldeias em que o monolinguismo em língua portuguesa já esteja enraizado no contexto linguístico dos falantes, como é o caso da comunidade tikuna São José I, da ilha do Camaleão. Entretanto, é evidenciada mais uma vez pela literatura exposta nesse trabalho de pesquisa, que cabe à comunidade qualquer decisão acerca da língua escolhida pelo docente em seus processos pedagógicos, sejam eles escritos ou falados. Simas (2016) argumenta que a proposta da Matriz Intercultural talvez busque colocar em prática uma política linguística mais humana e igualitária nas escolas indígenas. Porém afirma que mesmo a matriz tendo o propósito de uma postura intercultural e bilíngue, acaba sendo um modelo impregnado de ideologia colonizadora que não se aplica aos princípios vigentes da educação escolar indígena. Nessa perspectiva, a pesquisadora aponta dois caminhos possíveis para uma discussão curricular eficaz e adequada, em ambientes linguísticos dominados pela língua portuguesa, como é o caso da aldeia tikuna em pesquisa: o primeiro, em que a língua indígena assumir a função de L2, a comunidade decidirá pela política de preservação dessa língua, devendo ser contemplada na matriz como língua de estudo (LE) ou língua de instrução (LI)³, ficando à língua portuguesa (L1) o papel de língua de instrução; o segundo, em que a língua indígena já esteja “morta”, a comunidade poderá escolher no currículo da matriz curricular a implantação da língua indígena de seus ancestrais. Logo, é imprescindível o entendimento de

³ Nesse caso usaremos nesta escrita (LE) para língua de estudo e (LI) para língua de instrução, mesmo sabendo que, respectivamente, muitos autores usam essas siglas para nomear Língua Estrangeira e Língua Indígena.

que toda proposta para a educação escolar indígena se efetive como política pública coesa aos verdadeiros interesses dos povos indígenas, sendo evidenciada e ratificada a equidade pedagógica e linguística, como preconiza o Art.231 da Constituição Federal.

Dessa forma, é dever desta pesquisa discutir sobre a veemência dos planejamentos e políticas linguísticas nas comunidades indígenas, em quaisquer contextos, reconhecendo a importância ou posição de uma língua em relação à outra, implicadas as mais variadas funções – meio de instrução, língua oficial ou veículo de comunicação entre indígenas e não indígenas. Porém, é peculiar refletir acerca da ambiguidade impregnada por trás dos direitos linguísticos assegurados aos povos indígenas. E propostas como a Matriz Curricular Intercultural ofertada às escolas indígenas no Amazonas, e outras pelo Brasil a fora, podem favorecer a convivência pacífica entre língua indígena, língua portuguesa ou outras que existirem naquele contexto, e/ou serem formas disfarçadas de assimilacionismo, uma vez que são subordinadas à estrutura de poder e dominação estabelecida pela sociedade majoritária. (MAHER, 2006).

É importante ressaltar que metas e ações sobre o uso das línguas indígenas e portuguesa necessitam serem traçadas, planejadas e mensuradas no contexto das aldeias, cabendo a comunidade o protagonismo, pois são eles os donos do discurso naquele local. As instituições governamentais, pesquisadores, educadores, indigenistas e organizações não governamentais resta somente o assessoramento técnico e financeiro. (CUNHA, 2008).

Dentre essas metas, Cunha (2008), ao citar como âncora Cooper (1989), destaca passos importantíssimos para que um planejamento linguístico se torne eficiente. Para ele, o primeiro movimento é um bom planejamento do corpus da língua, isto é, uma atividade que dê à língua um caráter mais normativo. Evidentemente, nosso olhar como professor-formador e pesquisador nos faz admitir que um trabalho descritivo dessa língua fosse muito mais produtivo do que a mera normatização, pois a partir desses dados, contribuições sobre o uso de determinada língua poderiam ajudar na escrita. Outro movimento, apontado por Cunha (2008), ainda tendo como base Cooper (1989), é sobre planejamento do status da língua, que consiste no reconhecimento, por um governo nacional, da importância ou posição de uma língua em relação a outras.

Cunha (2008), ainda afirma que o Artigo 210 da Constituição Federal já assegura às comunidades indígenas a possibilidade de também usar nas escolas suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem. O que seria, segundo o autor, uma breve sinalização de mudança no planejamento de status de línguas minoritárias brasileiras, como abertura para seu uso como meio de instrução. E como forma de consolidação, a lei 9.394/96, em seus artigos

78 e 79, por meio da oferta de um ensino bilíngue, proporciona a solidificação de um modelo de educação intercultural e bilíngue.

O que nos faz refletir, analisar e mensurar as peculiaridades linguísticas existentes na aldeia São José I, é que a língua tikuna já possui uma boa definição de sua grafia, presentes em inúmeras produções escritas e materiais didáticos específicos, assim como estudos descritivos significativos. Todavia, os aldeados dessa aldeia usam com exclusividade o português em suas ações sociais, econômicas, culturais, religiosas e escolares. Nesse sentido, precisamos elucidar que tipo de planejamento linguístico é adotado pela comunidade ou se não há relevância nas discussões acerca da importância da língua tikuna no cotidiano da aldeia.

Nessa mesma esteira, Cunha (2008) afirma que além do planejamento de corpus da língua e do planejamento de status, é necessário um planejamento de aquisição nas comunidades indígenas. Em outras palavras, um planejamento minucioso que proporcione às crianças indígenas aprendizagem e uso das línguas de seus ancestrais para que esses conhecimentos próprios não sejam extintos com a morte dos indígenas mais velhos que ainda o falam. E para que esse propósito seja alcançado é preciso discussões sobre essa temática, a fim de mostrar a todos os anseios das comunidades indígenas em relação à língua, ao ensino, à aprendizagem ou a qualquer outro direito adquirido.

3.6 As línguas tikuna e portuguesa na comunidade São José I

Freire (2000) afirma que o contato linguístico no Brasil existe desde o período da colonização. Segundo o escritor, essa intensa circulação, nos mesmos espaços geográficos, sempre traz mudanças importantes no sistema linguístico das línguas em contato. Geralmente, nesse contexto de mudanças, é comprovado por inúmeras literaturas que talvez elas não sejam tão positivas para as línguas ameríndias. Às vezes, imperceptivelmente, os próprios usuários criam estereótipos de superioridade entre as línguas, levando umas ao prestígio e outras à invisibilidade. Para Aryon Rodrigues (1994), o contato entre os colonizadores e os povos indígenas nunca foi bom, pois sempre traz consequências desastrosas aos indígenas como: perda de identidade, invisibilidade linguística, preconceitos, segregação, subordinação e discriminação.

Indubitavelmente, nesse contexto, abordaremos o uso da língua portuguesa (LP) e da língua tikuna (LT) na aldeia São José I, levando em consideração que a situação linguística das comunidades indígenas que habitam a ilha do Camaleão não é confortável, pois a

comunidade enraizou o português como primeira língua e os poucos, que ainda fazem uso da língua indígena, sofrem pressão da sociedade envolvente que insiste em chamar a língua tikuna de “gíria”, em atos discriminatórios. E isso carrega consigo a falsa impressão que só é possível reconhecimento social na comunidade, se o falante esquecer sua língua indígena e usar somente o português em seus contextos linguísticos.

Como já foi ressaltado anteriormente, há uma intensa movimentação de idas e vindas de indígenas e não indígenas entre a ilha do Camaleão e os centros urbanos. É frequente a saída da comunidade para resolução de algum problema. Assim como é frequente a chegada de profissionais, advindo dos centros urbanos, para desenvolver algum projeto social nas aldeias da ilha. Nesse intercâmbio, ora formal, ora esporádico, a língua portuguesa assume total papel de conversação e diálogo. É perceptível tanto na escrita quanto nas interlocuções verbais a presença do português como língua majoritária, cabendo à língua tikuna lugar de uso restrito, por ser entendido pela sociedade envolvente como um objeto linguístico de menos prestígio. Praticamente, o que mais nos chamou atenção, durante as pesquisas de campo, na comunidade São José I e nas demais aldeias indígenas da ilha, foi a preponderância da escrita da língua portuguesa em contraste absurdo com a oralidade da língua tikuna. É comum ouvir, principalmente nas refeições de assados de peixe, em que todos se reúnem ao redor da fogueira, o uso estritamente das falas em tikuna.

Rodrigues (1986) classificou a língua tikuna como isolada, que não tem parentesco com qualquer outra língua indígena. O autor faz essa afirmação acerca da língua tikuna, considerando-a uma língua isolada, por perceber em suas pesquisas linguísticas que essa língua é membro único de sua respectiva família genética. Isto é, não forma ou pertence a nenhuma outra família linguística. Ao analisarmos os estudos de Soares (2002) e Bonifácio (2019), percebemos que a língua tikuna possui todo arcabouço linguístico paritário ao da língua portuguesa. Isto é, apresenta em sua estrutura: codificação, elaboração de alfabetos, gramatização, sistematização do léxico, manuais literários, etc.; designações e usos pautados por leis e decretos; política de ensino e aprendizagem; políticas de divulgação e avaliação dos usos linguísticos. Então nos perguntamos por que a língua tikuna é vista como inferior à língua portuguesa até mesmo pelos próprios falantes indígenas da aldeia. E, após as leituras de Severo (2011), apoiado nos estudos de Foucault (1995), entendemos que a dinâmica das relações de poder não é uma variável exterior ao funcionamento das línguas, mas seu próprio motor de constituição e circulação. Para esse autor, somente a compreensão dessa dinâmica possibilita a implantação de políticas e planejamentos linguísticos mais igualitários e úteis,

bem como uma forma crítica de observar os reais motivos que levam ao entendimento do que seja um discurso dito prestigioso de um desvalorizado.

O entendimento das palavras de Severo (2011), reportado para o contexto da pesquisa que tem como *corpus* a língua portuguesa na comunidade tikuna São José I, nos leva a entender que muitos são os obstáculos para a circulação efetiva da língua tikuna em contexto público. Dessa maneira, tendo como base as observações na comunidade pesquisada e as entrevistas com algumas lideranças indígenas da Aldeia São José I, evidenciamos a falta de compreensão da importância, pelos legisladores, da circulação efetiva das línguas minoritárias, bem como, o desconhecimento do funcionamento da língua tikuna e o significado social dentro da aldeia. E por fim, os interesses políticos e econômicos de grupos locais que impõem o uso da língua portuguesa como único padrão linguístico aceitável e reconhecido pela sociedade envolvente.

O Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (RCNEI, 2008, p. 22) afirma que cada povo indígena que vive hoje no Brasil é dono de universos culturais próprios. Sua variedade e sua originalidade são um patrimônio não apenas para eles próprios e para o Brasil, mas para toda a humanidade. Segundo o referencial, da reflexão sobre suas trajetórias, de suas visões sobre o cosmo, dos significados filosóficos de respeito e amor à natureza, nascem diferentes visões de mundo expressadas na arte, na música, nos mitos, nos rituais e nos discursos. Então não cabe a uma sociedade etnocêntrica, apoiada em padrões ditos sociais ou econômicos, determinar qual discurso deverá ser mais pomposo ou menos prestigiado. Pois se entende que as culturas e as línguas são frutos da herança de gerações anteriores que estão sempre em constante construção e reelaboração. (RCNEI, 2008).

Durante o trabalho de campo, foi comum na fala dos entrevistados que a língua portuguesa serve muito para eles nos processos interativos com os não indígenas e que querem muito seu aprendizado. Entretanto, também desejam principalmente os mais velhos, que a língua tikuna também tenha o mesmo tratamento. Que a escola ajudasse a comunidade nesse caminho. Segundo dona Maria:

[...] a educação de meu povo, os conhecimentos guardados pelos meus antepassados, as tradições da cultura, as crenças, as pinturas, os símbolos, manifesta na comunidade pelo diálogo, fala, conversa, que se dá ainda por um pequeno grupo na língua tikuna. E mesmo aquele mais jovens, que hoje só fala o português, poder aprender a língua indígena dos seus antepassados *pra dizer que ainda é tikuna*. E não pra sentir vergonha com ele, *com seu língua*, passando a negar sua identidade. [...] *E para mim a única forma de impedir que a língua tikuna não desapareça na comunidade São José I é mostrar pra todos a importância da nossa língua para nós manter vivos como indígenas da nação magüta. E tentar criar maneira pra levar a*

língua tikuna pra dentro dos planejamentos da escola. *Isso tanto no fala oral quanto na escrito. [...]*” (“Dona Maria”, 2019).

É importante comentar que há um enorme desejo da aldeia São José I em assegurar a inclusão da língua tikuna no currículo da escola – quer como segunda língua (L2) ou até mesmo língua de identidade (LI). Esse movimento é possível, uma vez que a Constituição Brasileira permite que os povos indígenas usufruam dos direitos linguísticos que lhe são assegurados. Nesse sentido, seria atribuído a esta língua indígena na comunidade o *status* de língua plena, que certamente contribuiria a seus falantes a possibilidade de desenvolver atitudes positivas em relação a ela, diminuindo os riscos de perdas linguísticas, tanto em manifestações discursivas quanto escritas. (RCNEI, 2008, p. 121). Além disso, não custa nada ratificar que o sistema linguístico da língua tikuna possui gramatização e sistematização lexical, amparo linguístico legal, políticas de ensino e aprendizagem definida como L1 ou L2, política de divulgação e usos. Então, talvez o que falta são melhores definições, nas discussões curriculares, acerca de estratégias certas para o desenvolvimento da língua tikuna nesta comunidade, tanto em metodologias de uso discursivo quanto nos padrões de produções escritas.

Quanto à língua portuguesa, que fique bem claro não ser intenção desse estudo tecer críticas ao uso desse sistema linguístico por populações indígenas. Pois compreendemos o quão importante é para esse povo, entender e usar o português como meio de sobrevivência nessa sociedade etnocêntrica. São comuns nas aldeias indígenas da ilha do Camaleão visitas aos médicos, bancos, cartórios e repartições públicas. E para manter esse diálogo, o indígena necessita da fala e da escrita em português. Então dominar a estrutura linguística dessa língua é imprescindível para os anseios societários dos aldeados desse local, já que isso poderá facilitar o acesso a novas informações e o entendimento de como funciona a estrutura social da sociedade urbana das cidades vizinhas. Além disso, não podemos deixar de comentar que nas relações econômicas com as populações ribeirinhas e urbanas o português é preponderante. E infelizmente, somente dessa forma, é possível a compreensão das normas do mercado de consumo, das relações de trabalho, das regras de escoamento dos produtos agrícolas e pesqueiros produzidos na ilha e as negociações financeiras.

Logo, é inevitável deixar de ressaltar o uso da língua portuguesa no ambiente comunitário da aldeia São José I, pois os aldeados estão em constante contato com a linguagem escrita ou falada do português em casa – livros, folders, banners, cadernetas, receitas médicas, cartilhas ou apostilas injuntivas -, no campo de futebol – placas, cartazes,

leiteiros -, nos noticiários de televisão ligados a antenas via-satélite, nos celulares interligados a rede *wi-fi*, usando o *WhatsApp* como aplicativo de troca de mensagem e comunicação em áudio e vídeo pela internet, nos cultos religiosos pregados pela igreja batista, nas assembleias e reuniões comunitárias, dentre outros. Enfim, a ampla circulação escrita e falada da língua portuguesa evidencia cada vez mais seu status de língua franca dentro da comunidade. E para coadunar com esse diálogo, é conveniente ressaltarmos que os povos indígenas têm o seu modo próprio de falar a língua portuguesa. Modo esse que tem marcas fonológicas e lexicais específicas da língua de origem presentes no vocabulário, na pronúncia e na gramática, devendo ser respeitados dentro e fora do ambiente comunitário. (RCNEI, 2008).

CAPÍTULO 4. ANÁLISE DOS DADOS: PROFICIÊNCIA, FACILIDADES, USOS, ATITUDES LINGUÍSTICAS, LEITURA E ESCRITA NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ I.

Depois de cinco séculos, da Carta de Caminha à Constituição de 1988, é pertinente comentar que o léxico do português encontrado, na maioria das aldeias indígenas, reflete a longa história de contatos linguísticos dos indígenas com os não indígenas, cuja comunicação em português se acentuou ao longo desse processo.

Como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, a história dos indígenas tikuna que habitam a comunidade São José I, na ilha do Camaleão, não difere muito dessa realidade de intensos contatos. Nessa perspectiva, o contato linguístico na ilha entre indígenas e a sociedade envolvente foi se constituindo, ao longo das décadas, com a pressão da língua portuguesa sobre a língua tikuna, em um cenário marcado pela expropriação social, cultural e econômica, que ocasionou a crescente aquisição da cultura do branco e a adoção do português como primeira língua.

Para tal propósito, os dados aqui analisados buscaram refletir sobre situações reais de uso da língua dentro do contexto social da aldeia tikuna em estudo, procurando evidenciar que todo discurso é cercado por questões políticas e ideológicas e que é necessário ouvir as vozes de todos que realmente vivenciam as práticas sociais da aldeia (MOITA LOPES, 2006). Para o autor, as questões linguísticas tornam-se promissoras para investigação em LA não só para serem melhor compreendidas, mas também para gerar reflexões sobre as injustiças sociais originadas dentro destes contextos.

Com o objetivo de investigar o uso da língua portuguesa no contexto comunicativo da comunidade tikuna São José I, verificando os motivos que levaram a sua preponderância entre os aldeados, o estudo optou : i) pela aplicação de questionários com uma linguagem de fácil entendimento, com itens fechados e abertos com escalas, os quais possibilitaram maior flexibilidade nas respostas, quanto ao uso da língua portuguesa ou tikuna na comunidade; ii) pelas entrevistas como ferramenta de geração de dados, por compreender como uma forma narrativa em que tanto entrevistador quanto entrevistado trocam informações/comunicações significativas para um trabalho linguístico; iii) pelas observações que possibilitaram analisar empiricamente o contexto social dos participantes, bem como várias interações comunicativas ocorridas na aldeia; iv) pelas notas no diário de campo tomadas durante as observações, aplicação dos questionários, refeições, momentos de lazer, encontros casuais e descontraídos com os aldeados.

4.1 Proficiência e uso das línguas portuguesa e tikuna

Mesmo sabendo que o questionário pode ser um instrumento limitado, decidimos em adotá-lo, pois sua utilização possibilitou agendamento prévio para reunirmos com os comunitários, a escolha do local e horários para aplicá-los, sem diminuir a rotina da aldeia.

Para a coleta de dados acerca dos usos orais e escritos das línguas Tikuna e Portuguesa foram utilizados cinco questionários, apresentados nos APÊNDICES I,II,III e IV, aplicados a dez moradores da aldeia São José I. O primeiro possibilitou averiguar a facilidade linguística em relação à língua Tikuna e ao Português. O segundo analisou o uso das línguas de acordo com os domínios sociais. O terceiro verificou o quanto de leitura e escrita existe na comunidade indígena pesquisada. O quarto investigou os usos orais de cada língua e o último verificou dados sociolinguísticos referentes à comunidade.

a) Facilidade linguística em Língua Tikuna e Língua Portuguesa

Os dados expostos na tabela abaixo nos permitem fazer observações sobre a facilidade linguística em Língua Tikuna e foram obtidos a partir das respostas dos dez informantes com grau de escolaridade que oscilam do nível fundamental incompleto ao Ensino Médio completo.

Tabela 1. Facilidade linguística em Língua Tikuna

Tikuna	Sim	Um Pouco	Não	Total %
Entende	20%	40%	40%	100
Fala	20%	10%	70%	100
Lê	10%	70%	20%	100
Escreve	20%	60%	20%	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Garcia (2009) afirma que as atitudes linguísticas funcionam como termômetros na avaliação da vitalidade de uma língua. Para a autora, as pressões externas, que podem ser de ordem histórica, econômica e política, juntamente com elementos ideológicos internos presentes na aldeia influenciam os caminhos seguidos pelos comunitários em suas escolhas linguísticas. Dessa forma, o diagnóstico realizado com 10 moradores da aldeia tikuna São José I evidencia o quanto a língua tikuna está esquecida dos padrões comunicativos da comunidade em estudo. Pois somente 20% afirmou ainda entender e falar a língua de seus ancestrais. Sendo que 40%

entender um pouco e o restante não compreender mais. Quanto à fala, 20% ainda usa a língua indígena, 10% um pouco e 70% marcaram desconhecer a língua indígena. Na leitura, 70% declarou saber ler pouco, 20% não dominar nada e apenas 10% consegue decifrar os signos linguísticos dessa língua. Ou seja, entre 10 moradores da aldeia apenas 01 consegue ler em tikuna. No que se relaciona à escrita, 60% escreve algumas palavras, 20% produz pequenas frases esporádicas e 20% não demonstrou interesse pela escrita da língua tikuna. Todos esses dados percentuais podem ser verificados na Tabela 1 acima.

Tabela 2. Facilidade linguística em Língua Portuguesa

Português	Sim	Um Pouco	Não	Total %
Entende	100%	-	-	100
Fala	100%	-	-	100
Lê	100%	-	-	100
Escreve	100%	-	-	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Como é possível observar na Tabela 2, 100% dos informantes que responderam ao questionário disseram que entendem, falam, leem e escrevem em Português. Isso comprova o quanto o Português é a língua majoritária e de vitalidade plena nessa comunidade indígena. E que é inegável o fato de ser hoje um poderoso instrumento de diálogo com a sociedade envolvente. O domínio do português, para essa comunidade, pode ser um caminho para a inserção no meio social. Aprender português é a forma que os indígenas têm de conhecer e lutar por seus direitos, transformando-os em sujeitos capazes de discutir junto aos órgãos competentes seus próprios projetos societários indispensáveis para a continuidade da vida em sua aldeia.

b) Usos e atitudes linguísticas

O segundo questionário investigou o uso das línguas, conforme os domínios sociais, tendo como intuito observar os usos de cada língua nesses domínios e as atitudes dos falantes em relação a elas. Para Fernandes (1998), usos e atitudes linguísticas são manifestações de ordem social do indivíduo, distinguida por estar centrada e referir-se especificamente tanto à língua quanto ao uso que dela se faz na sociedade. Para o autor, a língua funciona como ferramenta indispensável na aquisição de significados sociais, valores, normas e marcas culturais. Ela constrói a identidade e fortalece a cultura de um povo. Portanto, a atitude é geralmente positiva se os falantes tiverem maior prestígio e posição social elevada. Ou negativa se os falantes apresentarem uma atitude negativa em relação a sua própria língua. E isso acontece

geralmente quando essa variedade não lhe possibilita uma ascensão social. Na tabela abaixo observaremos os dados referentes aos usos das línguas de acordo com os domínios sociais na comunidade São José I.

Tabela 3. Usos e atitudes linguísticas de acordo com os domínios sociais

	Tikuna	Português	As duas	%
Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com adultos?	20%	80%	-	100
Que língua você fala melhor?	10%	80%	10%	100
Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com as crianças?	-	100%	-	100
Que língua é usada com frequência para ler livros ou a bíblia?	-	100%	-	100
Que língua é usada com mais frequência em casa para escrever?	-	100%	-	100
Que língua é usada no trabalho para falar com seus colegas?	-	100%	-	100
Que língua é usada no trabalho para falar com seus alunos?	-	100%	-	100
Que língua é usada com pessoas de mesma idade na vizinhança?	-	100%	-	100
Que língua é usada durante uma cerimônia, um ritual de seu povo?	20%	10%	70%	100
Que língua é usada quando reza na igreja?	-	100%	-	100
Qual é a língua de suas preces?	-	90%	10%	100
Que língua as crianças falam com maior frequência?	-	100%	-	100
Que língua os mais velhos falam com maior frequência?	30%	10%	60%	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação ao uso no cotidiano da comunidade tikuna, os dados nos mostram que o uso da língua portuguesa se tornou unânime entre os indígenas aldeados pesquisados. Isso apenas comprova a hipótese levantada na escrita desse trabalho que por questões históricas, econômicas e culturais de contato com os não indígenas, a língua portuguesa passou a ser a primeira língua da aldeia.

Nesse sentido, os dados contidos na tabela acima revelam que 80% dos informantes responderam que a língua mais usada para falar com os adultos é o português. E 100%

confirmou ser o português: a língua mais usada pelas crianças, para ler livros ou a bíblia, para escrever, para falar com seus colegas, para falar com seus alunos, vizinhos, parentes e fazer suas preces na igreja da comunidade. Isto significa que a maioria dos informantes respondeu que têm a língua portuguesa como primeira língua, utilizando-a de forma maciça dentro da aldeia. Outro fato que os dados coletados nos revelam é que o português é a língua mais usada pelas crianças na escola. Isso significa que as crianças já chegam fluentes em português e continuam intensificando essa língua, uma vez que o processo de ensino e de aprendizagem tem como língua de instrução a língua portuguesa. Os números evidenciam que os espaços para a língua tikuna encontram-se cada vez mais reduzido a poucos falantes, pois apenas os mais velhos ainda usam esporadicamente a língua indígena em algumas cerimônias ou rituais na comunidade, desaparecendo aos poucos com essas pessoas.

c) Leitura e escrita na comunidade São José I

Com a estruturação dos primeiros povoados e vilas em território brasileiro, o fenômeno da leitura e da escrita espalhou-se entre os povos originários que aqui habitavam. O surgimento da escola levou os indígenas a descobrirem as letras e as possibilidades de compreensão de novos códigos linguísticos. Para Neves (2009) a leitura e a escrita sempre foram vista como uma ambiguidade no contexto oral das comunidades indígenas, porém foi a aprendizagem desse novo código linguístico que favoreceu as articulações e as negociações com a sociedade envolvente. Segundo a autora, a leitura e a escrita foram sempre olhadas por alguns indígenas como possibilidades de sucesso e emancipação social.

De acordo com Elias (1994) a cultura oral, instrumento de maior comunicação entre os povos indígenas, sempre foi vista pela sociedade não indígena como aspecto de primitivismo e de atraso cultural. Segundo o autor, os colonizadores entendiam que para transformar um povo selvagem em um povo civilizado, a leitura e a escrita seriam as ferramentas adequadas para tal propósito. Entretanto, ele é enfático ao afirmar que o ler e o escrever, na maioria dos contextos, é sempre direcionado para uma escola formal que tem em sua base apenas a cultura escrita. E isso poderá levar a falta de valorização do saber tradicional dos alunos indígenas e, conseqüentemente, a substituição da língua materna por uma língua de melhor visibilidade social.

Tabela 4. Leitura e escrita na comunidade São José I

NAS RELAÇÕES COM NÃO-ÍNDÍGENAS	SITUAÇÕES DE USO				
	nunca	pouco	algumas vezes	com frequência	%
É necessário uso da leitura e/ou escrita nas relações com outras organizações não governamentais?	10%	30%	10%	60%	100
É necessário uso da leitura e/ou escrita por professores indígenas?	-	30%	10%	60%	100

É necessário o uso da leitura e/ou escrita por agentes de saúde ou funcionários da escola na área indígena?	10%	30%	-	60%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nas relações com órgãos públicos locais e regionais? (prefeitura, secretarias municipal e estadual)	-	-	10%	90%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nas relações com pesquisadores, técnicos e universidades?	10%	20%	30%	40%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na participação política? (partidos, eleições, candidatura).	20%	10%	10%	60%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nos atos religiosos da comunidade? (textos da bíblia, folhetos litúrgicos, hinários)	10%	10%	-	80%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nas relações comerciais com as comunidades próximas?	10%	10%	10%	70%	100
Usam calendários nas escolas?	10%	-	10%	80%	100
Costumam ler rótulos de produtos e embalagens?	-	-	10%	90%	100
NAS RELAÇÕES INTERNAS DAS COMUNIDADES					
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na relação entre autoridades indígenas? (bilhetes, avisos, cartas)	-	10%	20%	70%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na relação com outros membros da comunidade? (bilhetes, avisos, cartas)	-	30%	20%	50%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na relação com parentes que moram em outras aldeias ou outras áreas? (bilhetes, cartas)	10%	20%	10%	60%	100
É necessário o uso da leitura e/ou escrita em situações do dia-a-dia dentro da aldeia ou entre aldeias?	-	30%	20%	50%	100
As pessoas da comunidade têm costume de se comunicar através de bilhetes ou cartas com parentes que moram na cidade.	10%	20%	20%	50%	100
Há pessoas que leem jornais, boletins ou revistas que chegam à comunidade?	10%	20%	30%	40%	100

Fonte: Elaborado pelo autor

Especificamente, os dados contidos na tabela acima mostram o uso da leitura e da escrita nas relações internas da comunidade e nas relações com os não indígenas. Em relação ao uso de leitura e escrita com os não indígenas, os números nos evidenciam como é frequente as situações comunicativas que envolvem o português. Nas relações com órgãos públicos, locais e regionais, nos atos litúrgicos, nas relações comerciais com comunidades próximas, leituras de rótulos e embalagens, leitura e escrita são frequentes em quase todo processo interativo. Em outras palavras, é entendido na análise desses dados que o português é compreendido por essa comunidade como uma língua forte socialmente. É a língua do poder brasileiro. Portanto, sem o domínio do português não conseguiriam trocar conhecimentos com o restante da sociedade e muito menos entender a legislatura do país. Aprendendo a complexidade da língua do branco, eles podem ler e compreender seus códigos de modo independente, passando a ser protagonista dos registros dos próprios saberes.

Dessa forma, analisando os números percentuais de uso da leitura e da escrita nas relações comunitárias internas e externas, podemos deduzir que: i) a cultura oral dessa aldeia, paulatinamente, vem perdendo espaço para leitura e a escrita, influenciados pelos padrões

culturais, sociais e econômicos da sociedade não indígena que valoriza mais a forma de comunicação escrita; ii) a língua portuguesa tanto na escrita quanto na fala se tornou a primeira língua dessa comunidade tikuna.

d) Tikuna e Português: usos orais na comunidade São José I

A tabela abaixo apresenta dados acerca das principais situações de interação linguística oral que acontecem na comunidade São José I, identificando, em cada uma delas, a língua que é empregada, o local em que isso acontece e a circunstância ou contexto que favorece ou exige o uso de uma ou outra língua.

Tabela 5. Usos orais de Português e Tikuna na aldeia São José I

Língua usada		Atividade	Contexto
Português	Tikuna		
70%	30%	Conversas na família em casa	Durante as refeições.
100%	-	Conversa com os amigos na vizinhança	Ao cair da noite.
100%	-	Reuniões da comunidade	Assembleias/encontros.
60%	40%	Trabalho na roça	Capina/plantações.
80%	20%	Pescaria no rio	Ao retirar os peixes.
80%	20%	Caçada na mata	Limpendo as caças.
90%	10%	Celebração da comunidade	Diálogos e cânticos
40%	60%	Festa ou ritual indígena	Cânticos e danças
100%	-	Banho no rio	Diálogos
90%	-	Velório / ritos de morte	Despedidas e cortejos.
100%	-	Comércio na aldeia	Compras e vendas
100%	-	Formação de professor na aldeia	Cursos de formação
100%	-	Reunião com órgãos do governo	Encontros e discussões
100%	-	Encontro com pesquisadores	Durante as entrevistas
100%	-	Reuniões na escola	Encontros com pais
100%	-	Cultos Evangélicos ou Missa Católica	Reza e preces
100%	-	Nas relações com comunidades próximas	Encontros comunitários
100%	-	Eventos esportivos da comunidade	Jogos de futebol
100%	-	Posto de saúde e Posto da FUNAI	Consultas/documentação

Fonte: Elaborado pelo autor

Nos dias atuais, entendemos que a linguagem escrita é fundamental na vida de qualquer ser humano. Seja em português ou quaisquer outras línguas, ela exerce um papel fundamental. Todavia a oralidade é a forma predominante de aquisição, transmissão e produção cultural de muitos grupos étnicos espalhados pelo planeta. Silva (2013, p.54) afirma que a palavra dita comunica conteúdo e visões de mundo “o vivido” e o “concebido”. À palavra dita pela voz se agregam pausas, silêncios, gestos e expressões faciais. Ao usarmos a palavra da autora, podemos entender que é por meio da oralidade que os povos indígenas constroem seus valores, sua identidade e sua cultura. Por isso é tão necessário observar a fala dentro de uma

comunidade indígena. E observar se a ancestralidade e a palavra não estão sendo esquecidas ou silenciadas.

Nestes termos, o questionário sobre os usos orais do Tikuna e do Português na aldeia São José I buscou descrever em quais espaços as línguas estão sendo usadas, se há situações reais de bilinguismo ou preponderância de uma língua na fala da comunidade. De acordo com os dados contidos na Tabela 5, na maioria dos espaços a língua portuguesa é soberana, assumindo quase a totalidade das falas nas reuniões comunitárias e escolares, nos eventos esportivos e relações comerciais internas e externas. Nota-se que essa unanimidade da fala no português só não acontece em algumas atividades desenvolvidas na roça, nas pescarias, nas caçadas, nos rituais indígenas e celebrações na comunidade. Talvez isso se justifique, porque tais atividades são, na maioria das vezes, executadas por pessoas adultas ou os mais velhos que mantêm contato constante com os anciãos falantes da língua tikuna.

Silva (2005, p. 85), ancorada na literatura de D'Angelis (2005), apresenta três momentos do avanço da língua portuguesa sobre os espaços da língua indígena. No primeiro momento, a língua serve à sua comunidade de maneira absoluta e eficaz, sem considerar o número de falantes. O segundo se dá quando a língua majoritária abarca a minoritária, emprestando termos e denominações. Em situações de contato, aos poucos esse fenômeno faz com que a língua majoritária adentre os espaços da língua minoritária, tornando-a desprestigiada e invisível. No terceiro momento, a língua portuguesa praticamente já domina todos os contextos comunicativos da aldeia, restringindo o uso da língua indígena somente para comunicação das pessoas mais idosas que falam pouco o português. No caso específico da comunidade tikuna em análise, os dados mostram exatamente esta realidade da sobrepujança da língua portuguesa tanto na fala quanto na escrita. Segundo D'Angelis (2005) talvez esse processo seja irreversível. E cabe à comunidade indígena resgatar ou não a língua de sua ancestralidade.

e) Levantamento preliminar de dados sociolinguísticos da Aldeia São José I

Segundo Freitag (2005) a língua estabelece uma intensa relação de ir e vir com a sociedade. Para a autora, sem a língua, o homem não se organiza socialmente. Isso significa que em qualquer sociedade, indígena ou não, a organização social depende da dinâmica em que esse discurso é utilizado. Para ela, o homem é um ser linguístico e social e esses dois termos são indissociáveis. Essas afirmações só reforçam a ideia de que os fenômenos da variação linguística estão sujeitos à influência de fatores internos (linguísticos) e externos (sociais).

Nesse sentido, o esboço sociolinguístico realizado a partir dos questionários aplicados

a quatro professores indígenas da aldeia tikuna São José I apenas constata o que já vem sendo explicitado com outras análises: a língua portuguesa é a língua de circulação plena na comunidade. Todos os professores—que responderam ao questionário afirmaram que sabem apenas o português. E que há uma escola na aldeia com quatro salas que atende alunos da educação infantil ao 5º ano do Ensino Fundamental. Sendo o ensino monolíngue ministrado exclusivamente em língua portuguesa.

É importante ressaltar que a educação escolar indígena durante uma década foi ministrada por professores não indígenas advindos da cidade de Anamá. Esses professores alfabetizavam as crianças somente na língua portuguesa, usando como material pedagógico apenas os livros didáticos enviados pela secretaria municipal de educação. Esses dados ajudam a entender como a língua portuguesa foi solidificando-se entre os aldeados dessa comunidade indígena tikuna.

Perguntado aos professores acerca do porquê da língua portuguesa na aldeia, todos foram unânimes em responder que ela facilita a vida dos comunitários em suas relações sociais e econômicas internas e externas. E que não negam a língua de seus ancestrais, porém não observam nesta língua indígena um veículo de comunicação adequado para a atual situação geográfica e econômica da aldeia. Segundo os quatro informantes, a língua tikuna poderia ser discutida na aldeia como um instrumento de identificação, podendo ser incorporada no currículo escolar como uma língua de estudo.

Portanto, o entendimento entre língua e fatores sociais favorece a compreensão sobre o porquê do uso de determinada língua em comunidades indígenas. Dessa forma, é aceitável o fato de que as línguas são dinâmicas, sofrem variações e se transformam com o tempo. O uso de uma língua indígena ou do português depende plenamente das necessidades dos falantes em uma dada interação social, econômica ou cultural.

4.2 Das entrevistas

Quando indagados sobre qual a língua mais usada na aldeia, todos foram absolutos em afirmar que o português assume essa função na fala da comunidade. Todavia as duas lideranças de 55 e 59 anos, apesar de concordarem com essa afirmação, demonstraram descontentamento com essa realidade na aldeia, pois ambos são falantes da língua tikuna. Para esses dois senhores não falar mais a língua de seus ancestrais representa a perda identidade tikuna.

Quando indagados se gostariam do uso das duas línguas na aldeia, tanto os idosos quanto os mais jovens disseram que o normal para uma aldeia indígena seria a presença do

bilinguismo em que ambas as línguas tivessem a mesma importância. Todavia para alcançar esse cenário, seria necessário muitas reuniões comunitárias e planejamentos linguísticos que prestigiassem a utilização tanto do português quanto o tikuna. Para eles a escola da comunidade não valoriza a língua indígena, pois traz como base pedagógica metodologias que valorizam apenas a leitura e a escrita em português. Já os dois professores afirmaram que mesmo sendo formados no magistério indígena e terem consciência da importância da educação intercultural nas escolas indígenas, não dispõem de material didático específico e contextualizado para trabalharem a língua indígena.

Quando indagados se já sofreram algum tipo de preconceito por serem indígenas ou usarem a língua tikuna em ambientes urbanos, os mais idosos afirmaram que sim sofrem preconceitos constantemente na cidade e mesmo sabendo falar a língua tikuna preferem não fazer uso. Já os mais jovens disseram que apesar de serem falantes da língua portuguesa, sempre sofrem algum tipo de discriminação por serem indígenas aldeados.

Diante desse quadro, penso que todos os indígenas da comunidade São José I são conscientes que a língua portuguesa é a primeira língua da comunidade. E que isso veio se consolidando há muitas décadas. Mas um fato que ficou bem nítido durante as inquirições é que há um enorme desejo de todos os informantes pelo resgate da língua tikuna. Para eles uma forma de iniciar esse processo seria a inclusão da língua tikuna na escola da aldeia e a busca de metodologias que favoreçam uma educação com saberes próprios e interculturais.

4.3 Das observações

A técnica da observação tem como intuito ver determinada realidade em todos os sentidos. Observar pessoas, ambientes e comportamentos representa estar próximo do que realmente as pessoas fazem. Freire (2015) afirma que observar faz parte de um ensinamento e que devemos perceber os fatos inerentes à situação observada. Logo, sendo esta pesquisa de base etnográfica, a observação auxiliou de forma significativa a análise da realidade dos moradores da aldeia São José I. Pois ambientes físicos como organização espacial, limites geográficos, acessos e locais com funções centrais foram compreendidos, assim como os ambientes sociais e humanos, que envolveu organizações coletivas, grupos, subgrupos, níveis socioeconômicos, vestuários, acessórios, hábitos, atividades realizadas, reuniões comunitárias, dentre outros.

Nas caminhadas pela aldeia, percebi que alguns anciãos reunidos, ao redor de uma fogueira com peixes assados, discutiam em língua tikuna. Esse fato me fez entender questões primorosas em relação à utilização da língua tikuna e portuguesa na aldeia. Também ficou

claro que as mulheres se dedicam mais às atividades domésticas, à agricultura, à confecção de paneiros e pequenos adornos corporais. Observei ainda que muitas não possuíam escolarização e por isso se restringiam à subserviência dos maridos nas reuniões e assembleias.

Durante as reuniões comunitárias, notei que os jovens, motivados pela escolarização, aquisição de recursos tecnológicos ou contatos constantes com a cidade, utilizam o português em todo processo comunicativo. E com a chegada da energia elétrica na comunidade, os pais adquiriram aparelhos eletrônicos como TVs, rádios e aparelhos celulares. Esse fato faz com que as crianças praticamente vivam cotidianamente a língua portuguesa, mesmo sem sair de casa. Quantos aos anciãos, há em muitos a postura de guardiões dos saberes tradicionais, cobrando muito dos mais jovens a valorização cultural do povo tikuna. Porém concordam que o intenso contato linguístico trouxe marcas indeléveis e que é praticamente impossível não fazer uso do português dentro e fora da aldeia.

Dessa forma, é impossível negar as consequências dos contatos linguísticos entre as línguas indígenas e o português, pois é dinâmico o processo social das aldeias adjacentes aos centros urbanos, como é o caso da comunidade em estudo. Muitos fatores contribuíram para a língua portuguesa chegar a esse patamar dentro da fala dos aldeados. E hoje, as tecnologias como celular, televisores, internet e os livros didáticos da escola na sua totalidade monolíngues em português, intensificam ainda mais esse quadro de soberania de uma língua sobre a outra. Com base nas informações coletadas e analisadas foi possível construir um panorama linguístico da comunidade em análise. Esse levantamento poderá ser útil em um provável planejamento linguístico, se assim for consenso entre todos os moradores, na gestão das línguas coexistentes no espaço geográfico da aldeia São José I. Isso possibilitará a inclusão da língua tikuna no Projeto Político Pedagógico da escola que passará a ser trabalhada no processo de ensino e de aprendizagem como uma língua de identidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo dedicou-se à análise do uso da língua portuguesa no contexto comunicativo da comunidade indígena tikuna São José I, situada na ilha do Camaleão, município de Anamã-Am. De base etnográfica, a pesquisa buscou investigar as possíveis motivações que levaram à preponderância do português nesta comunidade indígena e ainda averiguar se há espaços para políticas e planejamentos linguísticos acerca das línguas utilizadas pelos aldeados nas relações sociais dentro e fora da aldeia.

Com a utilização de questionários, entrevistas, observações e trabalhos de campo foi possível entender o panorama linguístico presente na aldeia e as situações histórico-sociais ocasionadas pelo intenso contato linguístico do português com a língua tikuna, desde a chegada das primeiras famílias indígenas e não indígenas à ilha. De acordo com os dados obtidos nesse levantamento linguístico, a comunidade tikuna São José I se apropriou da língua portuguesa como língua materna, usando-a como uma ferramenta necessária para a comunicação e para defesa de seus interesses.

Os dados coletados durante os trabalhos de campo foram significativos e contundentes para elucidar e ratificar as hipóteses levantadas acerca da utilização das línguas nesta comunidade indígena. Com base nesta análise, é possível concluir que a língua portuguesa é sim um meio importante para o acesso aos conhecimentos universais e um instrumento poderoso na reivindicação de seus direitos constitucionais adquiridos, visto que é por meio da língua portuguesa que a comunidade consegue interagir internamente e ingressar de forma escrita e/ou falada aos centros urbanos como hospitais, delegacias, bancos, prefeituras, cartórios, comércios e outros.

Os dados adquiridos dos questionários, entrevistas e observações também ajudaram a compreender o que contribuiu para o processo de deslocamento da língua materna do tikuna para o português. E todas as respostas apontaram que o contato linguístico com os padrões expropriadores, os grandes centros urbanos e os não indígenas que também habitam a ilha e outras comunidades próximas, contribuíram para a solidificação da língua portuguesa como primeira língua na comunidade estudada. Durante as falas dos entrevistados, observou-se que apesar de o português ter a sobrepujança na aldeia, todos concordaram que a língua indígena não é apenas um código linguístico na qual os povos originários se comunicam, mas um lugar de conhecimento cultural e histórico desse povo. Segundo os mais velhos quando esse conhecimento é abandonado, seja pelo discurso ou pelas práticas sociais, morre a cultura indígena naquele espaço. Para eles, o meio mais racional de ter essa equidade linguística e

cultural na aldeia seria por meio da educação. Mas uma educação diferenciada e específica, que ofereça em sua proposta pedagógica os princípios interculturais dos saberes locais aliados aos universais.

O questionário para levantamento preliminar de dados sociolinguísticos sobre a comunidade Tikuna São José I, APÊNDICE IV, aplicado a quatro docentes que ministram aulas em salas multisseriadas da educação infantil ao 5º ano, evidenciou que, na maioria dos casos, as políticas direcionadas à comunidade não são respeitadas. Pois as diretrizes para a implantação ou implementação dessas políticas, sejam elas sociais, educacionais, linguísticas ou econômicas, já estão pré-estabelecidas pelo poder público. Com isso muitos conflitos surgem dentro dessa aldeia tikuna: conflitos linguísticos porque apesar de usarem o português como língua padrão, expressam desejo pelo bilinguismo; conflitos culturais já que muitos afirmaram não conhecer a cultura de seus ancestrais e assim não se identificarem mais como indígenas; conflitos de ordem ideológica pois muitos enxergam o modo de vida da sociedade envolvente como o único privilegiado social e economicamente, não vendo mais significado nos costumes, nas vozes e nas tradições do povo tikuna.

A questão da invisibilidade da língua indígena em uma comunidade tikuna foi um fator interessante ressaltado neste estudo. Os percentuais contidos na Tabela 2 (Facilidade linguística em língua portuguesa) comprovaram que 100% dos informantes entendem, falam, leem e escrevem em português. Todavia foi percebido nas entrevistas e conversas informais que essa unanimidade de uso da língua portuguesa é contestada. Muitos afirmaram que gostariam de aprender a falar, ler e escrever em língua tikuna.

Essas declarações são consideráveis em estudos linguísticos como este para evidenciar o quanto é importante orientações sobre políticas e planejamentos linguísticos nas comunidades indígenas. Pois é preciso entender quais são as verdadeiras práticas discursivas existentes neste local e como se caracteriza suas identidades étnicas em torno desse discurso. Para 80% dos informantes, o correto seria existir na aldeia uma proposta bilíngue que considerasse as necessidades linguísticas da comunidade e favorecesse a manutenção e o uso de suas línguas nos contextos exigidos: social, econômico e cultural.

Nesse sentido, duas condições seriam fundamentais para a concretização desse projeto linguístico na comunidade São José I: em primeiro lugar, é que a idealização desse projeto fosse de iniciativa das próprias comunidades de falas envolvidas, cabendo às organizações, instituições e ativistas, que não pertencem à comunidade, apenas assessoramento legal, logístico e financeiro; o segundo seria usar o diagnóstico linguístico resultante desse estudo e planejar, organizar, implantar e implementar uma política local

doméstica que oferecesse condições reais de uso para as línguas existentes na aldeia tikuna em estudo.

Nesse prisma, é inegável afirmar que a escola é um espaço estratégico para a implantação desse projeto linguístico. A escola é o lugar de transformação de comportamentos, sendo a instituição responsável pela padronização linguística do discurso usado pela comunidade. Para os indígenas que participaram dessa pesquisa, a escola é todo espaço físico da comunidade que mescla o ensino e a aprendizagem à rotina do cotidiano da aldeia. Por isso tamanha a importância dessa instituição na implantação dos projetos societários de interesse comunitário, já que para algumas comunidades indígenas, ela tem a função primordial de reafirmar as identidades étnicas, valorizar os saberes locais e as línguas que circulam nesse ambiente.

É importante frisar que o Estado brasileiro só passou a reconhecer que é um país formado por uma rica diversidade de grupos étnicos nas últimas décadas. Atrelado a essa mudança de postura, a legislação concedeu aos povos originários o direito à manutenção de suas especificidades culturais, históricas e linguísticas. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 210, garantiu aos indígenas a manutenção de sua identidade cultural, permitindo que a escola indígena se tornasse um instrumento de valorização das línguas, dos saberes e das tradições indígenas. Entretanto, apesar dos direitos constitucionais adquiridos quanto ao uso de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem, isso não acontece na maioria das escolas indígenas.

De acordo com os dados coletados, na escola da aldeia São José I os conteúdos ainda são ministrados conforme o ensino do não indígena, seguindo o mesmo currículo e os livros didáticos das escolas municipais de Anamã. Dados como estes só ajudam a entender o porquê da preponderância do português nesta aldeia indígena. Além de nos levar a refletir que se a Constituição Federal conseguiu avanços na área legal, ela também direcionou aos estados e municípios o gerenciamento dessas políticas sem que houvesse mecanismos que assegurassem os princípios da educação escolar indígena. Na prática, a escola preconizada pelos povos indígenas, ainda não venceu a distância entre a legislação e as políticas implementadas.

Por fim, após a descrição de todos os procedimentos adotados durante o trabalho de campo e dos resultados obtidos, ancorado na etnografia e nos fundamentos teóricos, foi possível construir um panorama linguístico da aldeia tikuna São José I. Em síntese podemos afirmar que:

- i) O contato linguístico na ilha do Camaleão entre indígenas e a sociedade envolvente foi se constituindo, ao longo das décadas, com a pressão da língua portuguesa sobre a língua tikuna, em um cenário marcado pela expropriação social, cultural e econômica, que ocasionou o deslocamento da língua materna do tikuna para o português.
- ii) O Português é a língua majoritária e de vitalidade plena nessa comunidade indígena, sendo um instrumento poderoso de diálogo com a sociedade envolvente.
- iii) Mesmo o português ser entendido por muitos como a língua de prestígio e ascensão social, ainda é possível observar tímidas disputas entre a língua indígena e a língua portuguesa por espaços/nichos comunicativos na aldeia.
- iv) A cultura oral dessa aldeia, paulatinamente, vem perdendo espaço para leitura e a escrita, influenciados pelos padrões culturais, sociais e econômicos da sociedade não indígena que valoriza mais a forma de comunicação escrita.
- v) As tecnologias como celular, televisores, internet e os livros didáticos usados na escola, em sua totalidade monolíngues em português, intensificam ainda mais o cenário de soberania da língua portuguesa na aldeia.
- vi) Não há orientações para planejamentos linguísticos acerca das línguas utilizadas pela comunidade.
- vii) Grande parte dos moradores da aldeia é favorável à criação de uma proposta bilíngue para o uso das línguas tikuna e portuguesa.
- viii) Na escola da aldeia não há currículo específico e diferenciado e o material pedagógico usado pelos professores se resume apenas ao livro didático enviado pela Secretaria Municipal de Anamã.

Dessa forma, esperamos que o resultado desta pesquisa possa contribuir substancialmente para o entendimento da temática abordada. Sendo importante frisar que o cenário abordado nesta pesquisa buscou estudar os motivos que levaram à preponderância da língua portuguesa neste local. Dessa forma, sugerimos uma investigação mais detalhada em torno da variedade do português usado na aldeia. Um português com mobilidade sintática flexível com alternâncias na ordem sujeito, verbo, objeto, sem comprometimento da compreensão oral e textual; circularidade com repetições e redundâncias que faz parte de uma estratégia discursiva muito presente no discurso tikuna. Para ser mais exato, um português como marcas fônicas peculiares, ocasionada pelo uso de elementos fonéticos da língua tikuna. Já no campo morfossintático, foi percebido em muitos discursos, ausência de concordância ou

nexos gramaticais, preposições, complementizadores, objetos nulos, quebra do encadeamento sintático dos enunciados e outros.

Assim concluo este estudo com a esperança de que seja um instrumento útil de contribuição com os projetos societários da comunidade indígena tikuna São José I, habitante da ilha do Camaleão. O intuito é que com a análise das informações aqui contidas, os aldeados possam refletir acerca da realidade linguística presente nessa comunidade e, com base nos dados representados nas tabelas, iniciar seus planejamentos linguísticos em torno das línguas presentes na aldeia. E cabe ao poder público e ao Estado oferecer políticas públicas condizentes e direcionadas ao bilinguismo, fortalecendo a prática intercultural no Projeto Político Pedagógico da escola da aldeia, a formação de professores com ênfase no estudo da língua tikuna, a produção de material didático específico e diferenciado, além de criar mecanismos administrativos e legais aos professores, com a gestão pedagógica do ensino e da aprendizagem trabalhado na aldeia, favorecendo a interrelação entre os saberes locais e os universais vigentes na comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Celestino **de**. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2010.
- BONIFÁCIO, Ligiane Pessoa dos Santos. **Contato linguístico Tikuna-Português no Alto Solimões-Amazonas: um estudo sobre a variedade de português falada por professores Tikuna**. Rio de Janeiro, 2019.
- BRAGGIO, S.L.B. As diferentes situações sociolinguísticas e os tipos de empréstimos na adição do português ao xerente akwém: fatores positivos e negativos. LIAMES, v.12, p. 157-177,2012.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 15 de fevereiro de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas**. Brasília: MEC, 1998.
- BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Fundação Nacional do Índio. biblioteca@funai.gov.br. Acessado em 20.11.20.
- AGUILERA, V. A.; BUSSE, S. Contato linguístico e bilinguismo: algumas reflexões para o estudo do fenômeno da variação linguística. In: Revista Línguas e Letras. ISSN: 15177238. vol. 9 nº 16, 2008. p. 11- 25
- CAMARGO, Biderman Maria Tereza. O Português Brasileiro e o Português Europeu: Identidade e contrastes. In: Revue belge de philologie et d'histoire, tome 79, fasc. 3, 2001. Langues et littératures modernes - Moderne taal- en letterkunde. pp. 963-975.
- CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. Revista Brasileira de Educação v. 13 n. 37 jan./abr. RJ, 2008.
- CABRAL, Ana Sueli Arruda Câmara. Et al. A linguística histórica das línguas indígenas do Brasil, por Aryon Dall'Igna Rodrigues: perspectivas, modelos teóricos e achados. PUCSP. Delta, v.30 esp. p.513-542,2014. Disponível em: < <http://dx.doi.org?10.1590/0102-445090644999061809> > Acesso em 22/05/2021.
- CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Metodologia do censo demográfico 2010 / IBGE. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 720 p. - (Relatórios metodológicos, ISSN 0101-2843 ; v. 41) Disponível em: https://www.google.com/biblioteca.ibge.gov.br/periodicos2010_indigenas. <http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 24 de maio de 2021.
- CIMI - Conselho Indigenista Missionário. Jornal Porantim. Relatório Violência contra os povos indígenas do Brasil. <https://cimi.org.br/jornal-porantim/>. Acessado em 10.09.20.
- CUNHA, Adan Phelipe. Contrastando Sapir (d)e Whorf na “Hipótese Sapir-Whorf”. Seta, Campinas, v. 5, p. 3-17, 2011. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/seta/article/view/1279/1478> . Acesso em: 25 mai. 21.

D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Educação Escolar Indígena? A gente precisa ver. *Cienc. Cult.* vol.60 n. 4 São Paulo Oct. 2008.

FERNÁNDEZ, Francisco Moreno. 1998. *Princípios sociolinguísticos y sociología del lenguaje.* Barcelona, Editorial Ariel.

FRANCESCHINI, Dulce do Carmo. **Línguas Indígenas e Português: contato ou conflito de línguas?** Reflexão acerca da situação dos Mawé. In: SILVA, Sidney de Souza. *Línguas em Contato: Cenário do bilinguismo no Brasil*, Campinas, SP, 2011.

FREIRE, J. R. B. Da fala boa ao português na Amazônia brasileira. *Ameríndia – Revue d'ethnolinguistique amérindienne*, Paris, n. 8, 1983.

FREIRE, J.R. Bessa. **Cinco ideias equivocadas sobre o índio.** In Revista do Centro de Estudos do Comportamento Humano (CENESCH). Nº 01 – Setembro 2000. P.17-33. Manaus-Amazonas.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia.** Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.* 51ª Ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 2015.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Idade: uma variável sociolinguística complexa. *Línguas & Letras*, v. 6, p. 105-121, 2005.

GARCIA, S. M. de. O papel das atitudes linguísticas na manutenção ou não da língua indígena em comunidades indígenas bilíngues: o caso Ipegue/Terena. *Revista Eletrônica Via Litterae*, Anápolis, v. 1, n. 1, p. 99-118, 2009.

GORETE NETO, M. **Construindo interpretações para entrelinhas: cosmologia e identidade étnica em textos escritos em português, como segunda língua, por alunos indígenas Tapirapé.** Dissertação de Mestrado PPG Linguística Aplicada, Campinas, SP: IEL/Unicamp, 2005.

GUIMARÃES, Eduardo (2005), **Multilinguismo, divisões da língua e ensino no Brasil** – Coleção REVER – Cefiel/IEL/Unicamp. Produção Editorial A+ Comunicação. 2005-2010.

HAMMERSLEY, Martyn & ATKINSON, Paul. **Etnografía Métodos de investigación** Barcelona: Ediciones Paidós, 1994.

IBGE. **Censo Demográfico 2010** - Características Gerais dos Indígenas: resultados do universo. IBGE: 2010. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.p df. Acesso em: 10 de janeiro de 2019.

LEITE, Sérgio Antônio da Silva. *Alfabetização e Letramento: Contribuições para as práticas pedagógicas.* 2. Ed. Campinas, SP: Komedi, 2003.

LÍNGUAS indígenas, línguas ameaçadas. Conferência apresentada por José Ribamar Bessa Freire [s.l., s.n], 2020. 1 vídeo (1h44m15s). Publicado pelo canal da Associação Brasileira de Linguística. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=aBn8HfXjwIo&list=PLwgcPOZa6EHspTBGHNIHKMAN3ChzWeSf5&index=2&t=2310s> .2020

LUCCHESI, Dante; BAXTER, A. . A Transmissão Linguística Irregular. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). O Português Afro-Brasileiro. 1ed.Salvador: EDUFBA, 2009, v. 1, p. 101-124.

LUCIANO, Gerssem J. S. **“Projeto é como branco trabalha; as lideranças que se virem para aprender e nos ensinar”**: experiências dos povos indígenas do Alto Rio Negro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MAHER, Terezinha J. M. **Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural**. In Cavalcanti, M. C. e Bortoni-ricardo, S. M. (orgs.) Transculturalidade, linguagem e educação, Campinas, Mercado de Letras, 2007.

MAHER, T. M. **“Políticas Linguísticas e Políticas de Identidade: currículo e representações de professores indígenas na Amazônia ocidental brasileira”**. Currículo sem Fronteiras, v.10, n.1, pp.33-48, Jan/Jun. 2010.

MARIANI, Bethania. *Colonização lingüística: línguas, política e religião* (Brasil, sécs. XVI a XVIII e Estados Unidos da América, século XVIII). Campinas, Pontes, 2004.

MELIÀ, Bartolomeu. **Educação Indígena e Alfabetização**. São Paulo: Loyola, 1979.

MOITA LOPES, L. P. (org) 2006. Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar. São Paulo: Parábola Editorial. ISBN 85-88456-49-4. 279p.

MORAES, A.; MONT’ALVÃO, C.. Ergonomia, Conceitos e Aplicações. Rio de Janeiro: iUsEr, 2003.

NIMUENDAJÚ, C. The Tukuna. Trad. William D. Hohenthal. Bekerley: University of California Press, 1952.

NUNES, José Horta, N922 d, Discurso e instrumentos linguísticos no Brasil. Dos relatos de viajantes aos primeiros dicionários. Campinas, SP · 1996.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Ação indigenista e utopia milenarista: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna**. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita (Orgs.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Unesp, 2002. p. 277-310.

OLIVEIRA, G.M. **Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico**. Revista Linguagem, 2000. P, 84-91.

PAULA, Eunice Dias de. **O ensino de línguas nas escolas indígenas**. Estudos de línguas e educação indígena. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018, p. 23-44.

PIMENTEL DA SILVA, M. do S. Cidadania, interculturalidade e formação de docentes indígenas: reflexões político-pedagógica sobre educação bilíngue intercultural. Organização: Leandro Mendes, Maria do Socorro Pimentel da Silva, Mônica Valeria Borges. Goiânia: Ed da PUC Goiás, 2010, p. 11-17.

ROCHA, Suely da Silva. **O ensino da língua portuguesa como L2 na Escola Estadual Indígena Almirante Tamandaré: as políticas públicas sobre o olhar ticuna da comunidade Umariáçu II**. Dissertação de Mestrado em Letras, 2019.

RODRIGUES, Aryon D. **As Línguas Gerais Sul-americanas**. In: Papia. Revista de Crioulos de Base Ibérica 4 (2). Brasília: Thesaurus Editora/UNB, 1996.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. **Línguas brasileiras: Para o conhecimento das línguas indígenas**. Editora Loyola, SP, 1986.

SEDUC, **Proposta Pedagógica de Matrizes Curriculares Interculturais de Referência para as Escolas Indígenas no Amazonas: Ensino Fundamental e Ensino Médio**. Manaus, 2014.

SEVERO, C. G. Questões de língua, identidade e poder: hibridismos em Timor Leste. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, Belo Horizonte, v.11, p.95-113, 2011 a.

SILVA NETO, Serafim da. Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 2ª Ed., 1963.

SIMAS, Hellen Cristina Picanço. **Educação Escolar Yanomami e Potiguara**. Tese (Doutorado), UFBPB, Ceará, 2013.

SIMAS, H. C. P.; PEREIRA, R. C. M. Política linguística nacional na escola Yanomami. **Revista do GELNE**, v. 18, n. 1, p. 23-50, 2 jan. 2017.

SPINASSÉ, K. P. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. *Revista Contingentia*, v. 1, n. 1, p. 01-10, 2006.

SOARES, Marília Facó. Traduções, Acervos e Elaboração de Material Didático em Contexto indígena. *Liames*, Campinas, v. 17, n. 1, p. 159-175, jan./jun. 2017.

SAUSSURE, F. [1916]. Curso de Linguística Geral. São Paulo: Cultrix, 2006.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In Ki-Zerbo, J.(Coord.). História Geral da África: I. Metodologia e Pré-História da África (São Paulo: Ática/UNESCO, 1982).

APÊNDICES

APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO DE PROFICIÊNCIAS E USO DE LÍNGUAS

Questionário de Proficiência e Uso de Línguas

Informação Pessoal

Nome: _____

Sexo: M () F ()

Idade: () 13-18anos () 19-39anos () 40 anos ou mais

Comunidade: _____

Ocupação: _____

Tempo de Ocupação: _____

Facilidade Linguística (em Língua Indígena)

- a. Você entende uma conversa em Sim () Um pouco () Não ()
Tikuna?
- b. Você fala Tikuna? Sim () Um pouco () Não ()
- c. Você lê em Tikuna? Sim () Um pouco () Não ()
- d. Você escreve em Tikuna? Sim () Um pouco () Não ()

Facilidade Linguística (em Português)

- a. Você entende uma conversa em Sim () Um pouco () Não ()
Português?
- b. Você fala Português? Sim () Um pouco () Não ()
- c. Você lê em Português? Sim () Um pouco () Não ()
- d. Você escreve em Português? Sim () Um pouco () Não ()

Uso de línguas de acordo com os domínios sociais (marque com um X no quadro correspondente)

	Tikuna	Português	As duas
01. Qual foi a primeira língua que você aprendeu quando criança?			
02. Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com os adultos?			
03. Que língua você fala melhor?			
04. Que língua é usada com mais frequência em casa para falar com as crianças?			
05. Que língua é usada com frequência para ler livros ou a bíblia?			
06. Que língua é usada com mais frequência em casa para escrever?			
07. Que língua é usada no trabalho para falar com seus colegas?			
08. Que língua é usada no trabalho para falar com seus alunos?			
09. Que língua é usada com pessoas de mesma idade na vizinhança?			
10. Que língua é usada durante uma cerimônia, um ritual de seu povo?			
11. Que língua é usada quando reza na igreja?			
12. Qual é a língua de suas preces?			
13. Que língua as crianças falam com maior frequência?			
14. Que língua os mais velhos falam com maior frequência?			
15. Qual é a língua mais bonita?			
16. Qual língua você usa quando está com raiva?			
17. Em sua opinião, qual é a melhor língua para uma pessoa falar?			
18. Qual língua deve ser ensinada na escola?			
19. Qual língua você prefere para ler?			
20. Qual língua você prefere para escrever?			

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO DE PROFICIÊNCIA E USO DE LÍNGUAS

Questionário de Proficiência e Uso de Línguas

Informação Pessoal

Nome: _____

Sexo: M () F ()

Idade: () 13-18anos () 19-39anos () 40 anos ou mais

Comunidade: _____

Ocupação: _____

Tempo de Ocupação: _____

NAS RELAÇÕES COM NÃO-ÍNDÍGENAS	SITUAÇÕES DE USO			
	nunca	pouco	algumas vezes	com frequência
É necessário uso da leitura e/ou escrita nas relações com outras organizações não governamentais?				
É necessário uso da leitura e/ou escrita por professores indígenas?				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita por agentes de saúde ou funcionários da escola na área indígena?				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nas relações com órgãos públicos locais e regionais? (prefeitura, secretarias municipal e estadual)				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nas relações com pesquisadores, técnicos e universidades?				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na participação política? (partidos, eleições, candidatura,)				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nos atos religiosos da comunidade? (textos da bíblia, folhetos litúrgicos, hinários)				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita nas relações comerciais com as comunidades próximas?				
Usam calendários nas escolas?				
Costumam ler rótulos de produtos e embalagens?				
NAS RELAÇÕES INTERNAS DAS COMUNIDADES				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na relação entre autoridades indígenas? (bilhetes, avisos, cartas)				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na relação com outros membros da comunidade? (bilhetes, avisos, cartas)				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita na relação com parentes que moram em outras aldeias ou outras áreas? (bilhetes, cartas)				
É necessário o uso da leitura e/ou escrita em situações do dia-a-dia dentro da aldeia ou entre aldeias?				
As pessoas da comunidade têm costume de se comunicar através de bilhetes ou cartas com parentes que moram na cidade				
Há pessoas que leem jornais, boletins ou revistas que chegam à comunidade?				

APÊNDICE III – USOS ORAIS DE CADA LÍNGUA NA COMUNIDADE

Usos orais de cada língua na comunidade

Informação Pessoal

Nome: _____

Sexo: M () F ()

Idade: () 13-18anos () 19-39anos () 40 anos ou mais

Comunidade: _____

Ocupação: _____

Tempo de Ocupação: _____

A tabela abaixo pretende caracterizar as principais situações de interação linguística oral que acontecem na comunidade, identificando, em cada uma delas, a língua que é empregada, o local em que isso acontece e a circunstância ou contexto que favorece ou exige o uso de uma ou outra língua.

Língua usada	Atividade	Contexto
	Conversas na família em casa	
	Conversa com os amigos na vizinhança	
	Reuniões da comunidade	
	Trabalho na roça	
	Pescaria no rio	
	Caçada na mata	
	Celebração da comunidade	
	Festa ou ritual indígena	
	Cerimônia de cura indígena	
	Banho no rio	
	Velório / ritos de morte	
	Comércio na aldeia	
	Formação de professor na aldeia	
	Reunião com órgãos do governo	
	Encontro com pesquisadores	
	Reuniões na escola	
	Cultos Evangélicos	
	Missa católica	
	Rezas cristãs (terço, procissão, festa)	
	Nas relações com comunidades próximas	
	Eventos esportivos da comunidade	
	Posto de saúde	
	Posto da FUNAI	